UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O imaginário brasileiro sobre a Amazônia:
uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de
Geografia e da mídia impressa

Magali Franco Bueno

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia Humana do
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2002

Agradecimentos

À Profa. Maria Regina de Toledo Sader, que desde a graduação inspirou uma maior aproximação com a Amazônia, encorajando a busca de um entendimento da região a partir de um ponto de vista tão pouco explorado pelos geógrafos: o imaginário. Pela segurança de suas orientações e pelo agradável convívio em todos estes anos.

Muitos de nós, alunos de graduação, tivemos um primeiro contato com a Amazônia por meio das viagens organizadas pelo Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Sou grata a ele por esta oportunidade, por compartilhar a paixão pela região e pela acolhida a este trabalho e esta pesquisadora.

À Profa. Maria de Lourdes Beldi de Alcântara, por toda a colaboração no desenvolvimento deste trabalho, pela valiosa contribuição no exame de qualificação e pelo grande estímulo no constante aprendizado, suscitado pela sua convivência.

Ao Núcleo de Estudos do Imaginário, o NIME/ LABI, onde minha formação continua sendo complementada. Os seminários e a troca com pesquisadores de distintas áreas foram fundamentais para o enriquecimento desta pesquisa. Plagiando o Marcelo, colega do Núcleo, é um espaço onde o verdadeiro conhecimento não estabelece hierarquias.

Para muitos de minha geração a pós-graduação parecia fazer parte de outra dimensão, inacessível para simples “mortais”. Por isso, não posso deixar de agradecer à Profa. Maria Adélia Aparecida de Souza, que por meio de um convite para fazer uma pesquisa de aperfeiçoamento, me encorajou a seguir este caminho; e ao Ricardo Castillo e Ricardo Mendes, que fizeram com que o convite chegasse até mim.

No Pará, agradeço ao NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, particularmente às Professoras Maria Célia Nunes Coelho e Rosa Acevedo Marin, pela oportunidade de cursar a disciplina sobre a formação social da Amazônia. Ao Prof. Alfredo Wagner de Almeida, pela leitura e sugestões ao projeto. À Profa. Deborah Lima-Ayres, por ter cedido uma cópia de sua tese de doutorado. Às funcionárias da biblioteca, tão solícitas no envio de material para São Paulo. E aos colegas, especialmente ao João Márcio, que se tornou um amigo, e a Guilhermina.

À Profa. Lourdes Furtado, do Museu Paraense Emílio Goeldi, pelo acesso aos seus relatórios de pesquisa e convites para assistir às palestras e discussões promovidas pela instituição.

As conversas sobre pesca, pescadores e ribeirinhos com a Profa. Wilma Leitão, do Departamento de Antropologia da UFPa, além de esclarecedoras, foram prazerosas. Agradeço muito a bibliografia indicada e cedida.

Ao Padre Adolfo Zohn Pereira, da Paróquia das Ilhas, por todas as informações sobre as ilhas, pelas caronas e, particularmente, pela preciosa ajuda na elaboração do mapa da região.

A todos os moradores de Anequara, pela gentil acolhida em suas casas e por compartilharem seu conhecimento. Agradeço particularmente à Lindalva, pela amizade; à Dona Conceição, Dona Lourdes e ao Vassoura – como ele prefere ser chamado – pelas inúmeras hospedagens e pelo carinho com que me receberam, e ao Amarildo, que me apresentou à sua comunidade.

Ao Aladim, Presidente da Colônia dos Pescadores, pelo tempo encontrado para uma entrevista, em meio a tantas atribuições exigidas pelo seu cargo.

Ao Masulo, com quem tive o prazer de conhecer um pedacinho a mais da Amazônia.

Ao Lúcio Flávio Pinto, pelas informações sobre questões amazônicas, pela amável disponibilidade e generosidade em compartilhar conhecimento.

Aos colegas do Laboratório de Planejamento do Departamento de Geografia da USP, pela convivência instigante. Agradeço especialmente à Elisa, pelas discussões sobre a história do pensamento geográfico, pela leitura do relatório de qualificação e por todos os favores que me fez durante minha estadia no Pará.

A todos que contribuíram para a realização desta empreitada. Agradeço especialmente ao Germano, que indicou as primeiras trilhas do imaginário, e de quem sinto muitas saudades. À Nami, pelo inestimável auxílio com a recuperação e organização das imagens, pelo seu otimismo e seu bom humor contagiantes; ao Auxiliomar, pela cuidadosa e paciente leitura do segundo capítulo desta dissertação; à Tânia pelo *abstract*; à Alexandra, pela leitura de parte do texto; e à Alice, que me manteve informada sobre as atividades do Núcleo enquanto estive no Pará.

Às bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; do NAEA/UFPa, do Centur, do Museu Paraense Emílio Goeldi, da FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, do IBAMA e da CPT – Comissão Pastoral da Terra, em Belém; do INPA, em Manaus; e à Biblioteca Particular Christóvão Sena, em Santarém, uma referência muito importante no que diz respeito ao vale do Tapajós.

Aos funcionários do Departamento de Geografia da USP.

À CAPES, pelo financiamento de parte desta pesquisa.

Ao Alfredo, nem tanto pela elaboração de todos os mapas dessa dissertação, nem pelas inúmeras leituras que fez deste texto e de suas versões anteriores, nem pela ajuda imensa nos momentos finais, mas por todo o incentivo, desde o início. Pela companhia em dois anos de trabalho de campo. Por compartilhar deste sonho. Mesmo que eu só realize uma pequenina parcela deles, parte da alegria deste está no fato de tê-lo com ele dividido.

Resumo

O objetivo deste trabalho foi entender de que forma o vocábulo “Amazônia” tornou-se imbuído de significado, verificando que imagens estão predominantemente associadas a esta denominação.

Foi retomada a construção de Amazônia ao nível do imaginário, através dos discursos vinculados a ela desde a chegada do colonizador ao Novo Mundo, privilegiando-se a representação elaborada nos últimos 50 anos.

Dois níveis de representação de Amazônia foram estudados: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região. A visão externa foi resgatada a partir dos discursos do Estado, da Geografia escolar e da mídia impressa brasileiros.

A assimilação dessa imagem de Amazônia foi constatada empiricamente por meio de entrevistas de rua, e a apreensão da visão de Amazônia entre a população tradicional da região foi obtida através de um estudo de caso em uma comunidade ribeirinha amazônica.

Constatou-se que, no Brasil, a percepção predominante de Amazônia é a da paisagem da floresta e que as visões endógena e exógena são dissonantes. A domesticação da natureza é um elemento presente nos discursos externos sobre a região, nos quais prevalecem dicotomias como paraíso/inferno e civilização/barbárie. A visão interna é heterogênea. Entre moradores tradicionais não existe uma concepção sobre Amazônia, pois não há o distanciamento necessário para a construção desse conceito. Prevalece, neste caso, o reconhecimento e a identidade com os lugares, que são diretamente experienciados.

Palavras-chave: Amazônia, imaginário, representação, região, lugar.

Abstract

The objective of this work was to understand how the word “the Amazon” became full of meaning, verifying what images are predominantly associated to this concept.

The concept of “the Amazon” was rebuilt in connection with the imaginary level of people. It was made through the speeches which involved the concept since the arrival of the colonizing settler to the New World, focusing mainly in the representation of the last 50 years.

Two levels of representation of “the Amazon” had been studied: the external, structuralized by the speeches declared externally, and the endogenous one, elaborated by the protagonists who live in the region. The external vision was rescued from the speeches of the State, the school Geography and the Brazilian printed media.

The assimilation of this image of “the Amazon” was evidenced by means of street interviews. Moreover, the apprehension of the vision of “the Amazon” among the traditional population of the region was acquired through a study of case in an Amazonian marginal community.

One evidenced that, in Brazil, the predominant perception of “the Amazon” is the landscape of the forest and that the endogenous view and external one divert in meaning. The domestication of the nature is a present element in the external speeches on the region, in which dichotomies prevail as paradise/hell and civilization/barbarity. The internal vision is heterogeneous. Among traditional inhabitants a conception does not exist on “the Amazon”, therefore there is not the necessary detachment for the construction of this concept. It prevails, in this case, the recognition and the identity with the places, that directly are experienced.

Keywords: “the Amazon”, imaginary, representation, region, place.

Índice

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice.....	vii
Índice de figuras, fotos, imagem, mapas e quadros	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1	9
A região e os lugares na Amazônia	9
A região	10
O lugar	15
Anequara: um lugar na Amazônia	19
Abaetetuba e a região das ilhas.....	19
Anequara.....	24
As dimensões espaciais e a apreensão do espaço: definindo nomenclaturas	28
Capítulo 2.....	35
A formação de um imaginário brasileiro sobre a Amazônia: reflexos do olhar alóctone	35
O Novo Mundo: os primeiros cronistas.....	35
Expedições de reconhecimento à bacia do Amazonas	39
O século dos naturalistas	46
Jornalismo e ficção: dois autores do século XX.....	49
Interdiscurso e representações sobre Amazônia	63
Capítulo 3.....	66
Amazônia: uma região?.....	66
Planos governamentais e propostas de divisão regional: a Amazônia no discurso do Estado ..	68
Os livros didáticos de Geografia e a representação da Amazônia.....	82
Capítulo 4.....	100
A imagem de Amazônia na mídia impressa brasileira	100
As revistas analisadas	102
<i>O Cruzeiro</i>	102

<i>Realidade</i>	105
<i>Veja</i>	109
A estrutura das reportagens e o papel das fotografias	111
<i>O Cruzeiro</i>	112
<i>Realidade</i>	115
<i>Veja</i>	118
O discurso fotográfico e o discurso verbal	123
Os meios de comunicação de massa e as imagens sobre Amazônia	138
Capítulo 5	142
A representação da Amazônia	142
Considerações finais.....	158
Bibliografia.....	169
Bibliografia citada	169
Bibliografia consultada.....	178
Jornais.....	186
Anexos.....	187

Índice de figuras, fotos, imagem, mapas e quadros

IMAGEM 1: Região das Ilhas de Abaetetuba – PA.....	20
MAPA 1: Macro-localização da área de estudo: Comunidade de Anequara / Abaetetuba – PA.....	21
MAPA 2: Comunidade de Anequara: região das Ilhas / Abaetetuba - PA	22
CROQUIS 1: Comunidade de Anequara	25
MAPA 3: Região e lugar. Comunidade de Anequara / Abaetetuba – PA.....	30
FIGURA 1: Amazônia delimitada a partir de diferentes critérios	78
FIGURA 2: Rio e floresta da Amazônia – Ilustração do livro de Aroldo de Azevedo.....	87
FIGURA 3: Mapa da população brasileira. Ilustração do livro de Aroldo de Azevedo	88
FIGURA 4: Seringueiro. Ilustração do livro de Aroldo de Azevedo.....	89
QUADRO 1: Revista <i>Veja</i> - Tiragem e circulação paga das edições analisadas	110
QUADRO 2: Revista <i>Veja</i> - Tiragem e circulação médias nos meses abordados, a partir da década de 90.....	111
QUADRO 3: Relação das reportagens analisadas	112
FOTOS 1, 2, 3 e 4	113
FOTOS 5 e 6	114
FOTOS 7, 8, 9, 10 e 11	115
FOTOS 12, 13 e 14	116
FOTO 15	117
FOTOS 16, 17 e 18	117
FOTOS 19 e 20	118
FOTOS 21, 22, 23 e 24	119
FOTOS 25, 26, 27 e 28	120
FOTOS 29, 30 e 31	121
FOTOS 32, 33 e 34	123
FOTOS 35 e 36	123
FOTOS 37 e 38	125

FOTOS 39, 40 e 41	126
FOTOS 42 e 43	127
FOTOS 44 e 45	127
FOTOS 46, 47 e 48	128
FOTOS 49, 50, 51, 52 e 53	130
FOTOS 54, 55, 56 e 57	131
FOTOS 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64	133
FOTOS 65 e 66	134
FOTO 67	135
FOTOS 68 e 69	136
FOTO 70	138
FIGURA 5: Exemplos de localização de Amazônia obtidos nas entrevistas.....	143
QUADRO 4: Resumo das entrevistas	144
QUADRO 5: Resultado das entrevistas realizadas em São Paulo - SP	149
QUADRO 6: Resultado das entrevistas realizadas em Manaus - AM.....	151
QUADRO 7: Resultado das entrevistas realizadas em Belém - PA	154

Introdução

“O exotismo não é apenas um fornecedor de clichês. Na melhor das hipóteses (ou seja, quando as terras e os nativos escapam por milagre à colonização, à exploração ou à evangelização) é a maneira pela qual o Ocidente costuma, por toda parte, imprimir sua marca. ‘Evidentemente, il mondo era nostro.’ Se a Amazônia mantém relações privilegiadas com essa categoria, é porque a nossa mania de largar o que está perto para desencavar o que está longe e essa busca de arcaísmos e alteridades aí encontraram um terreno favorável. A imensa floresta é um dos reservatórios onde há muito tempo se alimenta nossa sede de exotismo e de pureza.”

Serge Gruzinski¹

Sempre me impressionou a alusão feita à Amazônia em livros didáticos e, principalmente na mídia, geralmente transmitindo idéias muito generalizadoras e, não raro, estereotipadas a respeito da região. Apenas a mera observação da sua área — mais de 3 milhões de km², se considerada a Amazônia clássica, e mais de 5 milhões no caso da Amazônia Legal — é capaz de suscitar dúvidas quanto a tais generalizações. É realmente possível falar na Amazônia, ou em uma Amazônia? Como afirma Carlos Walter P. GONÇALVES (2001), embora a visão externa à região seja homogeneizadora, ela é extremamente complexa e diversificada.

Nesta pesquisa existe a preocupação em entender quais foram os processos que fizeram com que o vocábulo “Amazônia”, polifônico e polissêmico, se tornasse imbuído de significado — a

¹ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo, SP: Cia das Letras. 2001, p.29.

ponto de ser capaz de remeter praticamente qualquer pessoa a uma imagem — e apreender que imagens estão predominantemente associadas a esta denominação.

As diferentes visões existentes sobre Amazônia não dizem respeito apenas aos múltiplos agentes, mas também às distintas escalas. Existem dois principais níveis de construção da representação sobre a Amazônia: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região. Este segmento interno pode ser dividido em intra-regional, representado pelos discursos dos intelectuais e da mídia regional — que não serão abordados neste trabalho —, e o local, constituído pela visão da população tradicional.

Resgatou-se a visão de Amazônia construída no Brasil, nas últimas cinco décadas, e apreendida no nível nacional, a partir dos discursos do Estado, da Geografia escolar e da mídia impressa. Para verificar a assimilação dessa imagem de Amazônia construída no âmbito nacional, foram feitas entrevistas em três capitais brasileiras, duas delas localizadas na própria região.

Para captar a apreensão do conceito de Amazônia entre a população tradicional da região, foi feito um estudo de caso em uma comunidade ribeirinha amazônica, procurando compreender o espaço de vida dos moradores, sua relação com o lugar e o nível de apreensão existente sobre a região. Para isto, foi escolhida Anequara, uma comunidade rural localizada no estado do Pará.

A despeito da existência de uma reificação da Amazônia, não é possível concebê-la como um dado objetivo. Amazônia é um conceito, uma construção social. Estabeleceu-se um recorte resgatando a representação de Amazônia construída nos últimos cinquenta anos. Mas, interessa retomar sucintamente a construção dessa Amazônia ao nível do imaginário, através dos discursos vinculados a ela desde a chegada do colonizador ao Novo Mundo, pois muitas destas imagens povoam o imaginário sobre a região e, portanto, colaboram na formação de uma representação sobre ela.

Embora, com o decorrer do processo histórico, tenham sido construídas e reconstruídas percepções sobre a chamada Amazônia, esta porção do território brasileiro não possui uma existência *a priori*. Ela começa a existir na apropriação mental e material da sociedade sobre ela. É nesse sentido que Neide GONDIM (1994) fala da “invenção da Amazônia”.

Segundo Antônio Carlos MORAES (1988), é importante compreender o espaço como categoria construída dentro de uma cultura específica e num contexto histórico também determinado. E neste caso, as representações sobre o espaço também só podem ser entendidas numa cultura e num tempo histórico definidos. Essa perspectiva insere o sujeito nos processos que a Geografia propõe-se a entender, considerando:

“[...] a complexidade do universo da consciência e do movimento dos sujeitos. A relatividade histórica e cultural do conhecimento. A necessidade de não diferenciar o produtor, o produzido e o contexto de sua produção” (MORAES, 1988:21).

Para explicar a produção do espaço sob este ponto de vista, é necessário resgatar a historicidade do processo que produz espaços e também as leituras e interpretações sobre eles, isto é, sua valorização subjetiva. Estas duas faces do processo não podem ser desvinculadas, uma vez que uma interfere na outra. A leitura de um espaço, a forma como uma sociedade apreende-o e concebe-o, refletir-se-ão na produção material dele, que por sua vez pode levar a novas leituras num momento subsequente. Mas, apenas para fins didáticos, é possível separar essas duas faces do processo. Neste sentido, interessa muito mais, para a finalidade desta pesquisa, entender a percepção de uma determinada porção do espaço, no caso, a Amazônia, do que o reflexo disso na sua produção material.

Há uma representação da Amazônia construída através de discursos. Os discursos sobre Amazônia não são construídos sobre a realidade, mas sobre outros discursos sobre a Amazônia, sobre a América, sobre o Novo Mundo e, até mesmo, sobre as Índias.

Algumas das expressões que estiveram ligadas ao Novo Mundo, permanecem ainda associadas à Amazônia. Denominações como “Eldorado” e “Paraíso” foram ressemantizadas, mas ainda remetem a essa porção do território². Esta noção de paraíso, aliás, vem sendo utilizada com referência à região com um vínculo bastante freqüente com o turismo. A expressão “Eldorado” muitas vezes está vinculada às atividades econômicas, como esteve, principalmente nas décadas de 1960 e 70, no Brasil.

A construção do imaginário sobre Amazônia, a partir do século XVI — que era, então, uma imagem associada ao Novo Mundo, e não à Amazônia especificamente — foi estruturada, inicialmente, a partir de narrativas. As imagens eram criadas a partir da fusão de formas e paisagens já conhecidas com as informações obtidas a partir dos relatos sobre o Novo Mundo. Posteriormente, os desenhos, figuras, pinturas, enfim, a iconografia sobre o continente foi incorporada à representação anterior. Muito depois vieram a fotografia e o cinema, que se em certa medida transformaram o processo de constituição desse imaginário, não impediram a prevalência de certas

² A expressão “paraíso”, principalmente, aparece ligada não apenas à Amazônia, mas a qualquer área que guarde características de “natureza intocada”.

concepções formadas muito anteriormente, como a uniformidade da paisagem, a associação com a idéia de paraíso ou de eldorado.

Aurélio MICHILES (1992) ensina que a primeira tomada aérea da floresta amazônica foi realizada por um dos pioneiros do cinema brasileiro, Silvino Santos, para o documentário *No rastro do Eldorado*, realizado entre 1924 e 1925. Pode-se afirmar que esta é uma das imagens mais recorrentes com relação à região, inclusive nos meios de comunicação³, o que reforça ainda mais sua presença no imaginário de grande parte das pessoas.

A percepção da homogeneidade da paisagem pode ser notada em diversos autores, como La Condamine⁴, Spix e Martius⁵, Euclides da Cunha⁶ e Alberto Rangel⁷. Estes viajantes, ao descreverem suas impressões a partir dos rios, ainda tinham a oportunidade de, num segundo olhar, numa observação mais cuidadosa, perceber que essa homogeneidade é apenas aparente⁸. Mas não têm a mesma chance os leitores de revistas e espectadores de televisão brasileiros; estes, além de contarem apenas com alguns dos pontos de vista do fotógrafo ou cinegrafista, raramente encontram nos textos destas reportagens informações que desfaçam tais impressões.

Imagens que privilegiam a floresta também reforçam outras noções, como a de vazio demográfico e da inacessibilidade àqueles lugares. Estas noções implicam em se considerar esses locais ainda não explorados, o que não deixa de ter um certo vínculo com a idéia de paraíso.

Nicolau SEVCENKO (1996) acredita que existem duas formas de atitude, dentro do processo de colonização, dos europeus em relação à América. Essas duas formas não seriam, segundo ele, dissociadas, mas acabariam tornando-se “atitudes especializadas no contexto da evolução do processo colonizador”: o primeiro seria o impulso do desejo⁹, a busca do desconhecido. A segunda seria:

³ Duas edições da revista *Veja*, com reportagens especiais sobre a Amazônia (“A Amazônia à espera dos conquistadores”, de 11 de agosto de 1971 e “Amazônia: onde está a verdade?”, de 05 de julho de 1989), levaram essa mesma tomada fotográfica em suas capas.

⁴ Cf. LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem ao Amazonas (1735-1745)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992. p. 53.

⁵ Neide GONDIM (1994) aponta a tendência homogeneizadora da visão de um grande número de viajantes que percorreram a Amazônia. A autora refere-se principalmente à visão sobre o indígena, mas talvez isso possa ser extrapolado para a visão do todo.

⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido. Ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p.3.

⁷ Cf. RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. 4ª ed. França: Tours, Typographia Arrault & Cia., 1927. pp. 28 e 35-6.

⁸ Sobre a mudança de impressão sobre a floresta obtida num segundo olhar, conferir CUNHA, Euclides da, *op. cit.*, pp.3-5; MANTHORNE, Katherine E. O imaginário brasileiro para o público norte-americano do século XIX. *Revista USP* n° 30. São Paulo: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. p.66; e RANGEL, Alberto, *op. cit.*, p.247-8.

⁹ Esta perspectiva é bem próxima daquela adotada por Leyla PERRONE-MOYSÉS (1996), que considera a curiosidade um fator importante no conhecimento do Novo Mundo.

“[...] a prática propriamente agressiva do ato ou da intervenção colonizadora, e que implica no contato direto, físico, com esse meio — em função da extração daquilo que se veio buscar pelo ato da colonização: o vegetal tropical ou o minério. E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravio — e a ênfase aí vai na expressão bravio, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento” (SEVCENKO, 1996:110).

Pode-se considerar as visões sobre Amazônia, ainda hoje, de certa forma, pautadas por essas duas formas de atitude. O discurso ambientalista, que nas duas últimas décadas, notadamente, tem usado a Amazônia, entre outros, como apologia, baseia-se, sobretudo, nessa concepção que vê na paisagem “a fonte de um ato de adoração e a projeção de um ato de desejo” (SEVCENKO, 1996:110). E, como já foi dito, poder-se-ia complementar: uma paisagem sem homens, a paisagem representada mormente pela floresta e sua fauna, a ser preservada intocada. A segunda percepção, do desbravador, prevaleceu, principalmente entre as décadas de 1950 e 70, no Brasil. Foi a época da abertura de grandes estradas na Amazônia, em nome do progresso e da ocupação “pela pata do boi”. Continua havendo um jogo de percepções e atitudes, que são projetadas de acordo com a força dos interesses representados por elas.

Nicolau SEVCENKO (1996) resume bem a oscilação da predominância entre essas atitudes em relação à natureza:

“O fato é que essas duas atitudes, a da percepção sensual da paisagem com projeção desejante e essa prática agressiva, essa ação interveniente predatória do desbravador — juntamente com os contatos e as relações que se estabelecem entre si —, são muito interessantes. Em grande parte nós somos os caudatários, os herdeiros desse impasse e dessa hesitação entre dois modos europeus diferentes de perceber uma mesma situação” (SEVCENKO, 1996:112).

O conhecimento científico — particularmente aquele associado à Geografia — adquire um lugar importante nas representações sobre a Amazônia a partir do século XX. Com as políticas

integracionistas para a região, a partir de Getúlio Vargas — com a criação do IBGE, inclusive —, intensificadas no governo JK e, posteriormente, nos regimes autoritários, a Geografia passa a ter um papel fundamental não apenas na configuração da Amazônia brasileira, mas principalmente, na “oficialização” do seu modo de ver a região. Também os programas escolares, especificamente os de Geografia, contribuem na transmissão da visão do Estado sobre a Amazônia.

A concepção sobre Amazônia, dos brasileiros nascidos nos últimos 50 anos, foi formada sob forte influência de toda a geopolítica montada para aquele território nos governos militares. Esses discursos estão, em maior ou menor grau, incorporados à consciência sobre a região. Este período é de particular interesse, pois as idéias produzidas e veiculadas nesta época estão muito presentes nas representações feitas hoje acerca dela.

Algumas das imagens recorrentes sobre Amazônia, e que ganham ou perdem impulso, de acordo com as preocupações de cada época são: paraíso terrestre — esta muitas vezes associada à dicotomia paraíso/inferno —, celeiro do mundo, pulmão do mundo, vazio demográfico. Estas imagens remetem freqüentemente à imensidão da floresta e dos rios, à uniformidade da paisagem e ao mistério, aludindo à idéia de lugares nunca antes explorados.

Atualmente os meios de comunicação têm um papel preponderante na formação do imaginário sobre Amazônia. Imagens como as relacionadas acima são comuns tanto na mídia escrita como na televisiva. Os estereótipos associados à Amazônia são atualizados diariamente pela imprensa, e embora a origem da maioria deles tenha se perdido, remetem a concepções de Amazônia que vêm sendo construídas e reconstruídas há cinco séculos.

A palavra Amazônia tem um correspondente imediato na mente da maioria das pessoas. Quase todos os brasileiros, ao menos já ouviram falar dela e, dentre esses, poucos não saberiam dizer que imagem lhes vem à cabeça quando o nome “Amazônia” é pronunciado.

A imagem da floresta; da imensidão dos rios; são imagens geralmente desumanizadas¹⁰. Estas visões estão muito associadas ao poder dos meios de comunicação, que normalmente mostram a chamada Amazônia de um ponto de vista de contemplação bucólica da natureza, ou da destruição dela, como denúncia.

As fotografias publicadas em revistas de grande circulação, as imagens veiculadas pela televisão e até mesmo o cinema contribuem na formação do imaginário sobre a região. Aurélio MICHILES aponta o cinema como olhar privilegiado do século XX:

¹⁰ Os indígenas, comuns também em formas de representação da Amazônia associadas à paisagem, aparecem, muitas vezes, como parte integrante da natureza.

“O cinema é, por excelência, o olhar privilegiado do século XX. Nas cinematecas do mundo inteiro encontra-se a memória de nosso tempo, parte do inconsciente coletivo. Os filmes de *Tarzã*, *o Rei das Selvas*, as *Piranhas Assassinas*, os documentários do tipo *Mundo Animal* e *Jacques Cousteau* são montados em nossa memória junto com filmes do gênero *Aguirre*, *Fitzcarraldo*, *Iracema*, *Bye Bye Brasil* e mais o bombardeio de reportagens nos telejornais: cólera, malária, enchentes, garimpos, índios, assassinatos, jacarés, invasão de terras, queimadas, narcotráfico...” (MICHILES, 1992:58).

Nas últimas cinco décadas, a temática da natureza tem sido o assunto mais recorrente com relação à Amazônia. Desde o século XV, este é o padrão que predomina com relação ao continente americano.

A bibliografia e a iconografia sobre o Novo Mundo privilegiam, muitas vezes, esse aspecto. Ana Maria BELLUZZO (1996:16) afirma que “no curso de quatro séculos, a visão territorial e a paisagem impõem-se como representações privilegiadas”. Isto estaria ligado, segundo a autora, não apenas à dimensão simbólica da natureza, mas também à reconstrução desta idéia, por meio da arte e da ciência, quando se inicia o projeto enciclopédico, no século XVI.

Assim, uma imagem — ou imagens — da chamada Amazônia, mesmo antes do advento da fotografia, já estava formada na mente daqueles que dela tiveram notícia. As imagens pictóricas e as crônicas escritas por viajantes sobre o Novo Mundo, divulgadas na Europa, foram os primeiros materiais a contribuir na formação desse imaginário europeu sobre a América (BELLUZZO, 1996; LEITE, 1996), e portanto, pode-se dizer, sobre a Amazônia. Segundo Neide GONDIM:

“[...] contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (GONDIM, 1994:9).

Para apreensão, neste trabalho, do discurso dos viajantes, escolheu-se alguns cronistas e naturalistas que percorreram a Amazônia entre os séculos XVI e XIX, além de dois autores

brasileiros do início do século XX. O discurso do Estado foi verificado a partir dos planos de desenvolvimento para a região e das propostas de divisão regional do território brasileiro, particularmente entre as décadas de 1940 e 1960. Também foi visto de que forma este discurso esteve presente nos livros didáticos de Geografia por várias décadas. O discurso da mídia foi estudado a partir de três revistas sobre atualidades, de grande circulação em território brasileiro.

No primeiro capítulo serão discutidos os conceitos de representação espacial, região, espaço vivido e lugar, remetendo a discussão aos exemplos pesquisados e discutidos ao longo da dissertação.

Serão abordados, no segundo capítulo, alguns viajantes que percorreram o vale do Amazonas, ou parte dele, até o século XIX. Também serão recuperadas as visões de Euclides da Cunha e de Alberto Rangel, dois autores brasileiros que escreveram sobre a Amazônia já no início do século XX, e cujas produções ainda se refletem no imaginário sobre a região.

O terceiro capítulo discutirá como se deu, no Brasil, a constituição da Amazônia como uma região, por meio das propostas de divisão regional elaboradas pelo governo brasileiro e das concepções sobre aquela porção do território transmitidas pelos livros didáticos de Geografia.

No quarto capítulo serão comparadas as imagens presentes em reportagens sobre Amazônia veiculadas por três grandes revistas brasileiras, em momentos históricos representativos entre as décadas de 1950 e 2000. O recorte no tempo foi feito em três períodos: final da década de 50, quando estavam sendo implementadas as ações de integração nacional do governo Juscelino Kubitschek; início da década de 70, já sob os auspícios do governo militar, quando a propaganda governamental em torno de projetos de desenvolvimento para a região era muito intensa e; final da década de 80 e décadas de 1990 e 2000, quando o enfoque sobre a região desloca-se da preocupação desenvolvimentista e integracionista anterior para um enfoque preservacionista.

O capítulo cinco contém os resultados de entrevistas realizadas em São Paulo, Belém e Manaus, sobre o conhecimento da localização da Amazônia e das idéias mais comumente a ela associadas. Será mostrada a relação existente entre as representações de Amazônia presentes nos relatos de viagens, nos planos regionais de desenvolvimento do Estado e nos meios de comunicação de massa, e de que forma estas concepções estão incorporadas no imaginário brasileiro sobre a região.

Capítulo 1

A região e os lugares na Amazônia

Existe uma perspectiva em geografia que dá grande importância aos processos que permitem evocar mentalmente objetos espaciais, mesmo quando eles não são diretamente perceptíveis. Trata-se de uma abordagem que procura conhecer o papel que as representações têm nas práticas espaciais e na representação do espaço. Esta geografia teria sido chamada de “geografia da percepção” na sua origem e sua denominação foi progressivamente mudando para geografia das representações (BAILLY & DEBARBIEUX, 1995).

Nesta pesquisa, o intuito é entender as representações existentes sobre a Amazônia, verificar que associações são feitas quando o termo é ouvido ou pronunciado. É a percepção deste espaço, denominado e assimilado ao nível do senso comum como região amazônica, que interessa a este trabalho.

Remetendo a BOURDIEU (1989), poderia ser perguntado quais são os emblemas, ou seja, as representações objetais, e quais são as representações mentais que caracterizam a Amazônia. Que grupos estariam ligados a esta ou aquela representação? Caberia ser questionado se a floresta não é um dos emblemas da classificação da Amazônia. Este critério, atualmente, é ainda mais reforçado na medida em que aumenta o interesse pela chamada Amazônia devido ao seu “estoque” genético, característica que não pode ser desvinculada do fator fisiográfico, particularmente a presença da floresta.

Como será visto adiante, a noção de Amazônia vem sendo construída há séculos e sua institucionalização como região foi efetivada pelo Estado a partir das divisões regionais propostas para o território brasileiro.

Porém, se houve uma assimilação do vocabulário referente à região e se existe uma imagem vinculada a ele ao nível do senso comum, raramente têm-se clareza da dimensão territorial e da diversidade correspondentes. Assim, pode-se dizer que existe uma apreensão simbólica da Amazônia.

A região

A Amazônia é uma unidade do ponto de vista do estado: através da institucionalização da região, a diversidade é substituída pela generalidade. RAFFESTIN (1993:182) afirma que “a região permanece, ao menos até hoje, mais um objeto de discurso que de práticas”; neste sentido, afirma que “a região é dita, não vivida”, embora existam várias leis que parecem dar consistência à idéia de região.

“Porque não remete a nenhum significante, o termo região e os discursos que se constroem em torno são independentes de qualquer relação com o real” (DULONG, *apud* RAFFESTIN, 1993:182).

Maria de Fátima da CONCEIÇÃO, em sua tese intitulada “Região e sociedade na Amazônia brasileira: política, ciência e mitos”, de 1996, utiliza critérios sociais para justificar sua visão de Amazônia como região. Para ela, a sociedade constituída na Amazônia tem especificidades próprias, não só diferentes de qualquer outra região do Brasil, mas homogêneas para toda a área que se considera Amazônia. Para ela, a história da região tem particularidades que conduziram à formação de um tipo de sociedade específica. E é a participação neste processo singular que justifica, segundo a autora, por exemplo, a inclusão da zona bragantina (nordeste do estado do Pará) naquilo que se considera Amazônia, apesar desta área não fazer parte da bacia do Amazonas. Na verdade, a autora acredita que existe uma região amazônica, mas que a identidade dessa região está no seu processo histórico, que levou à constituição de um tipo de sociedade com características próprias.

Henri NONN (1995:69-70) mostra que, atualmente, com a transformação dos estudos regionais, chegou-se a duas formas de conceber a região. A primeira consiste em considerar que os sistemas urbanos, tramas industriais, densidades e configurações compostas de redes de transportes são teias importantes de organização regional. A segunda abordagem considera que é necessário ater-se, mais que aos traços permanentes e intrínsecos, àquilo que faz a região, isto é, sua vida, seu dinamismo¹¹. A região emerge, portanto, em função de coerências e solidariedades territoriais resultantes de sistemas de produção e da vida relacional. Ela não é mais polarizada; não é mais um quadro formal de existência, mas uma “entidade movente” (*“entité mouvante”*), em constante readaptação, cujas dimensões e organização interna serão estritamente ligadas às grandes articulações de espaços no seio das quais ela se situa.

De qualquer forma, se a região for considerada como um recorte espacial estabelecido através da elaboração de critérios definidos no processo de investigação¹², portanto um constructo, a qual escala privilegiada de organização atribuir o vocábulo de região?

Na opinião de NONN (1995:70), com certeza, é preciso ultrapassar aquela das estruturas locais. Este autor cita R. BRUNET — que fala da região por seus “quartiers” rurais”, unidades coerentes de 30-50 km², complexos viventes e individualizados a partir de uma primeira articulação de relações ou estruturas já autônomas — e também E. JULLIARD que, ao contrário de R. BRUNET, reserva a aceção de região ao “último nível onde se estruturam e se coordenam as diferentes forças que intervêm no nível econômico e social antes do nível nacional.”

Se, diferentemente desses autores, retêm-se a dimensão da vida corrente — trabalho, emprego, lazeres, e os critérios de intensidade e de repetitividade dos fluxos de relações de todas as ordens —, a região torna-se um “espaço de vida” onde prevalecem as conotações de vida social, de prática do espaço em função das funções vitais de base, onde se associam as práticas, o vivido, o familiar, o enraizamento cultural, os sistemas de valorização. De fato, pareceria que a região se vive em vários níveis ou escalas, simultaneamente, segundo a idade, a categoria social ou a atividade profissional, ao menos nas sociedades avançadas. Armand FREMONT é citado como um exemplo deste tipo de visão: suas proposições visam a reduzir o caráter mecanicista introduzido nos espaços

¹¹ Essas idéias teriam sido formuladas por E. JULLIARD, para quem a região é o quadro no qual se efetua a maior parte das ações das populações: ações não somente econômicas (trabalho, consumo), mas também sociais, culturais, em suma, as ações “relacionais”.

¹² Segundo Sandra LENCIONI (1999), considerando-se, no desenvolvimento do pensamento geográfico, dois grandes marcos de interpretação acerca do objeto da Geografia, esta seria uma das formas possíveis de se conceber a região. Numa outra perspectiva, a região existiria em si mesma, sendo auto-evidente e colocando-se com objeto de estudo *a priori*.

“funcionais” e a ter em conta as características das sociedades nas suas relações com os lugares (NONN, 1995:70-1).

Na visão de FREMONT (1980:16), a região concebida a partir de critérios da economia — tanto quanto a região administrativa ou a região natural — não permite delimitar corretamente o espaço dos homens, por ser demasiadamente objetiva e redutora. Para este autor, que considera o conhecimento das relações dos homens com os lugares que constituem a região o objeto fundamental da Geografia, é necessário que se mude a perspectiva de estudo, privilegiando as relações sociais. Em sua concepção, “a região, se existe, é um espaço vivido. Vista, aprendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projectando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens” (FREMONT, 1980:17). Mas, como nos lembra Paulo César GOMES (2000), isso não significa que o estudo do espaço econômico deva ser eliminado. O estudo do espaço vivido propõe que o espaço seja visto como uma dimensão da experiência humana dos lugares, sem excluir completamente a perspectiva racionalista.

FREMONT (1980, 1982) enfatiza o método da “combinação geográfica” no estudo das regiões. Para ele, “a região é uma estrutura: um conjunto, uma combinação de relações que caracteriza uma parte do espaço terrestre” (FREMONT, 1980:104). As inter-relações entre os componentes (elementos do meio físico, atividades econômicas, composição demográfica da população, grupos sociais, organização política, dimensões culturais etc) dessa estrutura é que fazem a coerência dela. Mas a combinação regional não é uma estrutura petrificada. Altera-se, modifica-se, evolui e, nesse processo, também a região é transformada. Trata-se, portanto, de uma estrutura dinâmica. Além desses componentes, faz parte da combinação regional a própria percepção da região: “Em última instância, o espaço regional é também uma imagem. Entre os homens e o espaço em que vivem, uma das relações mais fundamentais é a da percepção, do comportamento psicológico em relação a um espaço vivido” (FREMONT, 1980:109). Para este autor, uma análise precisa das combinações regionais deve levar em conta, além desses fatores, a escala de ocorrência dos fenômenos:

“Num domínio muito vasto, as relações são múltiplas, assim como as localizações, as pessoas. Mas a sua coerência de conjunto é reduzida. Não pode existir unidade perfeita nem nas funções, nem nas condições ecológicas, nem nas percepções. O cimento friável do sistema é constituído por um pequeno número de inter-relações comuns: um traço climático, uma dependência política ou cultural... Inversamente,

num espaço reduzido, as relações abrangem grupos limitados, populações reduzidas, mesmo muito reduzidas. Mas, neste nível, as inter-relações aparecem extremamente fortes, a ponto de abrangerem todos os aspectos da vida. [...] Entre estes extremos, o próprio da região é provavelmente ser média e, por conseguinte, equilíbrio [...]” (FREMONT, 1980:114-5).

Dessa forma, a região seria um espaço suficientemente vasto para englobar populações numerosas nas relações entre os lugares (relações “horizontais”) e suficientemente reduzido para conservar uma forte coerência no cimento das relações entre os fatos (relações “verticais”).

A partir dessas considerações, FREMONT (1980) explicita seu conceito de região e a escala correspondente a ele. Mas a interrogação colocada ao final do parágrafo indica que se trata de uma concepção ainda aberta, passível de reformulações:

“De uma maneira geral a região apresenta-se como um espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto do que o espaço social de um grupo, e *a fortiori* de um lugar. Integra lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e de especificidade, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações na percepção dos habitantes ou dos estranhos (as imagens regionais). A região é menos nitidamente conhecida e percebida do que os lugares do cotidiano ou os espaços sociais da familiaridade. Mas, na organização do espaço-tempo vivido, constitui um invólucro essencial antes do acesso a entidades muito mais abstractas, muito mais desconcertantes em relação ao hábito... Seria a região o espaço que podemos visitar sem nos sentirmos incomodados, um conjunto-regulação de nível superior na organização do espaço de vida e na percepção e valorização do espaço vivido?” (FREMONT, 1980: 167-8).

Mas há que se considerar, então, de que região está se falando. As regiões francesas, os “*pays*”¹³, aos quais Fremont se refere, por exemplo, têm dimensões muito menores que as regiões

¹³ NONN (1995) adota a definição de GALLOIS para *pays*, segundo a qual, estes seriam áreas restritas, muitas vezes fisicamente homogêneas, às vezes resultado de limites feudais, ou de influência urbana.

brasileiras, se estivermos considerando aquelas grandes regiões que estão presentes ao nível do senso comum, as macro regiões do IBGE. Além da dimensão, há que se considerar a fragilidade das inter-relações, tanto entre lugares, quanto entre os fatos que ocorrem no vasto espaço da Amazônia. Não há uma especificidade, nem uma coerência suficiente entre os lugares vividos no seu conjunto para que possa ser considerada uma região. Assim, o Nordeste, a Amazônia e todas as grandes regiões brasileiras não se constituem em espaços vividos.

Pode-se afirmar que, na concepção de FREMONT, os “*pays*” equivalem a regiões. Trata-se de uma concepção de região como espaço vivido. GALLAIS (1982) afirma que, além da identificação sensorial pela visão, o som, o odor, além, igualmente, das marcas de seus limites espaciais, o “território”, ou “*pays*” é uma área emotiva pelos seus símbolos, seu conteúdo cultural, histórico, religioso e artístico, que são transmitidos pela educação, pela arte, pela política. Este autor sugere que a denominação do “*pays*”, embora não seja consagrada científica ou politicamente, sustenta-se porque satisfaz a uma necessidade no uso cotidiano.¹⁴

Nesse sentido, é interessante notar o trabalho de Bertha BECKER (1990, 1997), que estudando a formação de novas regiões na fronteira da Amazônia e considerando “a questão da região como poder territorial específico” (BECKER, 1990:118), afirma que, neste processo, constituir-se-iam contextos sociais localizados com formas específicas de resistência. A formação de regiões na Amazônia seria o resultado de uma conjunção de decisões tecnocráticas com a prática social. As conjunturas locais relativizariam os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras.

“A nova regionalização e o rompimento das divisões administrativas oficiais, portanto, são resultado da interação conflituosa de suas malhas: a programada, ou técnico-política, das grandes redes e territórios impostos pelo Estado, e a sócio-política, constituída pelo espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira definindo também seus territórios. Dependendo de seu potencial político — como resistência, grupo de pressão ou, pelo contrário, como objeto de manipulação política —, a malha vivida é institucionalizada, dando

¹⁴ GALLAIS (1982) cita GALLOIS, que teria comparado estes “*pays*” às “regiões geográficas”, tal como elas estavam em curso de estabelecimento sob critérios científicos, mostrando sua evidente imprecisão. Segundo GALLOIS, a afirmação de OMALIUS (1835) poderia ser tomada como conceituação para o espaço vivido e metodologia para sua abordagem:

“Se uma denominação que não é sustentada por nenhuma disposição do poder pode se estabelecer ou se manter no uso vulgar é porque ela satisfaz uma necessidade, fornecendo um meio mais fácil que designação ou estabelecendo uma divisão mais natural que aquela que é consagrada pelas denominações ou demarcações políticas.”

origem a novas unidades da federação, vilas, distritos, municípios e Estados, forjando-se novas regiões” (BECKER, 1997:97-8).

Portanto, a autora está falando de regiões que, além de serem estabelecidas por critérios totalmente diferentes daqueles que institucionalizaram as grandes regiões brasileiras, apresentam-se também em escalas muito diferenciadas destas.

As regiões consideradas por Berta BECKER como espaços vividos na Amazônia são fragmentos dentro da “região amazônica”. A Amazônia, conforme apreendida pelo senso comum, é a região dita, não a vivida. É, como afirma RAFFESTIN (1993:182), a construção, pelo Estado, de uma imagem de diversidade assentada sobre a uniformidade. Já os espaços vividos são representados por lugares.

Na visão de Bertha BECKER (1997), a região expressa um significado político, um poder territorial específico que está ligado ao Estado e ao capital, enquanto a territorialidade expressa estratégias de poder de todos os atores. A apropriação do espaço em parcelas, com combinações de diversos atores, cria a região. Fica a seguinte pergunta: na concepção desta autora o mundo vivido é expresso na territorialidade ou na região? Pode-se considerar que as regiões propostas por Berta BECKER para a Amazônia aproximam-se do conceito de região proposto por Armand FREMONT?

A representação de Amazônia é gerada preponderantemente pelo Estado e pelos meios de comunicação de massa, enquanto as representações das populações locais em relação ao espaço criam os espaços vividos. Estes são criados através das práticas e das representações espaciais, as quais não surgem da noite para o dia. Trata-se de uma longa e lenta aprendizagem coletiva de práticas e sensações, de gestos técnicos e de afetividades (FREMONT, 1984).

O lugar

Se as práticas espaciais não se desenvolvem na escala da região amazônica, em que escala se desenvolvem? Se a Amazônia corresponde a uma abstração, onde está a concretude?

A concretude está no local, que, para RAFFESTIN (1993), é “territorialidade” cristalizada, a significação da vida cotidiana. Da mesma forma podem ser interpretadas as regiões das quais fala

Berta BECKER (1997) em relação à Amazônia. Dessa forma, as regiões propostas por Bertha BECKER estariam mais próximas das proposições que consideram as regiões como espaços vividos?

Se é importante considerar a percepção dos homens em relação ao espaço na definição do conceito de região, este aproxima-se do conceito de lugar. De fato, em algumas abordagens da Geografia ambos assemelham-se.

Segundo ENTRIKIN (1980), na perspectiva humanista o conceito de região não é diferenciado do conceito de lugar, exceto no que se refere à escala. Lugar, para o humanista, não é uma coleção de objetos e eventos empiricamente observáveis, mas é antes um repositório de significados.

Aurora BALLESTEROS (1982) também acredita que tomar os lugares a partir da sua especificidade, em função das experiências a ele associadas pelos indivíduos e pelos grupos que os habitam, ressalta a sua dimensão política. Por esse motivo, as regiões seriam outra escala de estudo dos lugares, sua especificidade se daria em função das experiências dos grupos que as habitam.

Estudar os lugares e as regiões nesta perspectiva significa incluir nestes estudos uma preocupação com a representação sobre estes espaços. Paulo César GOMES (2000) considera que existem duas perspectivas diferentes em relação aos estudos sobre representação espacial em Geografia. Para este autor, o estudo do espaço vivido é inspirado por um certo psicologismo cultural e pela semiologia, enquanto existe uma segunda abordagem que aproxima a fenomenologia e a Geografia. FREMONT estaria situado no primeiro grupo.¹⁵ Na literatura anglo-saxã uma posição análoga à do espaço vivido, ainda segundo Paulo César GOMES (2000), estaria na abordagem dos *sense of place* ou *meaning of place*. Na segunda abordagem estariam autores como RELPH, TUAN e BUTTIMER, embora, segundo este autor, ambas as abordagens procurem revalorizar o conceito clássico de lugar:

“Este conceito toma no discurso humanista a forma de um ponto no espaço onde todas as significações culturais e individuais se concentram” (GOMES, 2000: 239).

¹⁵ No fim da década de 1960, foi gradualmente aparecendo, na França, uma corrente de pensamento em torno do vocábulo de espaço vivido. Muito curiosamente, essa corrente encontrou-se com a vertente humanista anglo-saxônica, mas nenhuma conexão foi estabelecida entre as duas escolas. De uma forma explícita e oficial, a escola francesa não adotou a perspectiva fenomenológica existencial. Entretanto, ela utilizou a mesma linguagem que aquela dos humanistas anglo-saxões e os temas da suas contribuições são facilmente comparados àqueles, ou seja, espaço vivido, sentimento de pertencimento, profundidade das paisagens, imagens dos lugares, etc. A noção francesa de espaço vivido, constituída a partir das teses pioneiras de GALLAIS e de FREMONT, mostra que a região é também outra coisa além de um todo objetivo e independente. Nesta redescoberta de uma geografia do ponto de vista humano, a escola francesa do espaço vivido não confunde um mítico meio natural com o meio real formado pelos homens. Ela restitui à sua escala exata a experiência humana dos lugares, das paisagens e dos espaços (SANGUIN, 1981:574-5).

Outros autores concordam com a valorização do conceito de lugar nesta perspectiva da Geografia. ENTRIKIN (1980) afirma que o conceito de “lugar” recebeu mais atenção dos geógrafos humanistas do que qualquer outro conceito tradicionalmente geográfico. Aurora BALLESTEROS (1992) também afirma que o enfoque da geografia humanista está articulada em torno deste conceito.

Mas o conceito de lugar referido à cotidianidade e às relações afetivas entre as pessoas não é exclusivo dos chamados geógrafos humanistas. Outros autores têm compreensão semelhante sobre o local. Para Milton SANTOS (1996:258), é no lugar que o cotidiano é compartilhado, sendo a cooperação e o conflito a base da vida em comum. Ana Fani A. CARLOS (1996) afirma que o lugar é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. Trata-se, então, de um espaço palpável, cujo sentido está ligado às relações interpessoais.

SANGUIM (1981:566) considera os lugares como construções da experiência, realidades tangíveis e vividas pelas pessoas. Os lugares são centros significativos e os espaços revestem-se de um caráter qualificável de presença, de afetividade ou de emoção.

Para TUAN (1983) é o sentimento que dá sentido ao lugar. Assim, o lugar varia em diferentes escalas; pode ser desde uma poltrona, o lar, a rua, o bairro, a cidade ou mesmo a nação. Esse sentimento “se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais ” (TUAN, 1983:203).

Aurora BALLESTEROS (1992:12) conceitua lugar como:

“Centro de significados, condição da própria experiência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para nossas ações e fonte de nossa identidade, o conceito de lugar se opõe ao geometrizado espaço abstrato do neopositivismo e, diferentemente deste, está cheio de significados de valores, que são inseparáveis da experiência daqueles que o habitam de seus pensamentos e sentimentos.”

O conceito de lugar dos autores citados aproxima-se do conceito de “espaço vivido”. FREMONT (1984) define o espaço vivido como o conjunto de frequentações localizadas, assim como as representações que deles são feitas, os valores psicológicos que estão ligados a eles.

É possível concordar com TUAN quando este diz que o sentimento de pertencimento e a afeição não ocorre apenas em relação a espaços diretamente experienciados. A cidade, a região e o país, apesar de serem apenas parcialmente conhecidos, são estimados por elementos simbólicos, da identidade e do pertencer. Segundo este autor, o espaço pode transformar-se em lugar se adquirir definição e significado. “Movemo-nos das experiências diretas e intensas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual” (TUAN, 1983:151). Partindo dessas proposições, um espaço como a Amazônia, mesmo que apreendido apenas conceitualmente, poderia ser considerado um lugar se adquirisse significado, ou caso existisse um sentimento de pertencimento em relação à região, já que, para este autor, não é a escala que define o lugar, nem a experiência direta dele, mas a ligação emocional entre o sujeito e o espaço.

“O lugar existe em escalas diferentes. Em um extremo, uma poltrona preferida é um lugar; em outro extremo, toda a terra. A pátria é um tipo importante de lugar em escala média” (TUAN, 1983:165). Uma região de grandes dimensões, apesar de estar além da experiência direta das pessoas, poderia ser transformada em lugar através do meio simbólico da arte, da educação e da política (TUAN, 1983:149-150).

Aurora BALLESTEROS (1992) também considera que a região poderia ser outra escala de estudo dos lugares. O que acontece, no caso da Amazônia, é que somente alguns grupos, particularmente uma elite intelectual, tem esse sentimento de pertencimento e de afeição em relação à região:

“[...] a paisagem, a região e os lugares, a despeito de suas características físicas, apreendidas imediatamente, são, de fato, estruturados por uma rede simbólica complexa. Esta rede é composta de valores, de representações, de imagens espaciais vividas e, para ser percebida, demanda um trabalho de interpretação aprofundado” (GOMES, 2000:322).

Anequara: um lugar na Amazônia

Abaetetuba e a região das ilhas

A comunidade rural do estudo de caso desta pesquisa chama-se Anequara. Localiza-se na várzea do rio de mesmo nome, na região das ilhas de Abaetetuba, no estado do Pará. A região das ilhas de Abaeté — nome comumente utilizado na região para referir-se a Abaetetuba — localiza-se no estuário do Rio Tocantins, afluente do Rio Pará, este último denominado localmente de Baía do Marajó (ver IMAGEM 1 e MAPAS 1 e 2). Estas “ilhas” são, na verdade, porções de terreno resultantes da divisão estabelecida pela presença de inúmeros furos e igarapés, o que dá um aspecto bastante recortado à área, observável principalmente através de uma visão aérea.

A região das ilhas foi ocupada há séculos por europeus. Nos relatos dos viajantes que percorreram a área entre os séculos XVI e XVIII, essa região não é mencionada, pois geralmente partia-se de Belém em direção ao sul, atravessando a baía do Guajará, mas a seguir alcançava-se Cametá pelo Rio Moju, evitando-se a baía do Marajó¹⁶. Como a região das ilhas está localizada justamente entre a baía do Capim e a baía do Marajó, os relatos de viajantes não a mencionam.

A ocupação portuguesa daquela área data da primeira metade do século XVII, com as missões religiosas. Acredita-se ter sido de meados do século XVIII a ocupação de um primeiro sesmeiro, que teria se instalado na antiga vila de Abaeté à procura das “drogas do sertão”.

A história das ilhas não se diferencia muito da história da Amazônia. As comunidades usam os recursos naturais disponíveis como forma de subsistência, não apenas extraíndo os produtos para consumo próprio, mas retirando do meio, preferencialmente, os produtos que o mercado demanda, como forma de obtenção de alguma renda. Mas nem mesmo as ilhas são homogêneas neste aspecto. Algumas atividades econômicas são específicas de determinadas comunidades — como a criação de peixes em tanques e as olarias —; outras ocorrem em todas elas, mas têm em cada uma importância diferenciada.

¹⁶ Na viagem que fizeram à Amazônia em 1848, tanto WALLACE quanto BATES afirmam em seus relatórios que partiram de Belém e chegaram à Cametá subindo o rio Moju e entrando na barra do Igarapé-Miri. Essa “passagem interna” seria a rota percorrida pela maior parte das embarcações que seguiam para Cametá, por ser mais segura do que o Rio Pará (WALLACE, 1979:46; BATES, 1979:54).

IMAGEM 1: Região das Ilhas de Abaetetuba – PA

MAPA 1: Macro-localização da área de estudo: Comunidade de Anequara / Abaetetuba – PA

MAPA 2: Comunidade de Anequara: região das Ilhas / Abaetetuba – PA

As informações sobre o modo de vida longínquo nesta comunidade foram obtidas através de relatos de antigos moradores. Em suas falas, nota-se que as atividades desenvolvidas sempre estiveram ligadas, em parte, a uma necessidade de sobrevivência das famílias e, parcialmente, a uma demanda externa. Existem relatos de moradores que coletaram látex; de alguns que recolheram lenha quando Belém era um grande centro consumidor deste produto — usado preponderantemente como combustível nos navios a vapor. Alguns trabalharam e ainda trabalham nas roças de mandioca e casas de farinha. Os alambiques e olarias, atividades características das ilhas, também tiveram trabalhadores oriundos de várias comunidades. Quando a andiroba era uma importante matéria-prima para a produção de óleo, muitas famílias a coletavam. Muitos já produziram cacau.

Como grande parte das comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia, considerável parcela da sobrevivência é garantida pelas atividades extrativas. Tem sido assim desde quando podem lembrar-se os moradores antigos entrevistados, até hoje. Muitos se dedicam à coleta de conchas, quando há demanda. Todos coletam buriti e açaí. A pesca é uma atividade exercida em todas as famílias, seja pelos métodos tradicionais ou modernos.

Outra atividade econômica importante nas ilhas são as olarias. A maioria delas é muito pequena e sequer consta em anuários econômicos. O destino da produção é principalmente Belém. Muitas olarias foram fechadas nas últimas décadas; em muitos casos o motivo foi o mesmo do fechamento de alambiques na região: dívidas trabalhistas (O Liberal, 19/06/94:3). A indústria naval também já foi uma atividade importante na região, mas está estagnada.

Em sua história recente, o rio Tocantins foi palco da instalação de dois grandes projetos inseridos nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia: Tucuruí e Albrás-Alunorte. Tucuruí é a grande hidroelétrica construída com o principal objetivo de fornecer energia elétrica para o complexo Albrás-Alunorte, que produz alumina e alumínio. As conseqüências para a região foram desastrosas: Abaetetuba, município vizinho a Barcarena, onde foi instalada a fábrica, recebeu centenas de migrantes nordestinos que vieram em busca de emprego e tornou-se cidade-dormitório (O Liberal, 19/06/94:3). A implantação de grandes projetos na região causa transformações que direta ou indiretamente atingem a área das ilhas, mas não são alterações de grande impacto, principalmente pelo fato de não ter havido modificação no acesso ao local. As áreas mais impactadas pela implantação da Albrás-Alunorte foram aquelas nas quais a construção de rodovias facilitou o acesso à sede do projeto (TOURINHO, 1991). Apesar de pertencer ao município de Abaetetuba, que sofre grande influência do Projeto Albrás-Alunorte, a região das ilhas permaneceu praticamente alheia a ele, pois o único acesso até a área continua sendo via fluvial. Segundo depoimentos dos moradores locais, foi mais perceptível a implantação da hidroelétrica de Tucuruí,

pois o fechamento da barragem causou diminuição na quantidade de peixes existente nas suas áreas de pesca.

Embora, segundo estatísticas oficiais, as principais atividades econômicas de Abaetetuba sejam, atualmente, a pesca, o extrativismo e a produção oleira, afirma-se que é o contrabando a principal força motriz da economia do município. O comércio ilegal de mercadorias como o cigarro, por exemplo, é uma prática que já fazia parte do cotidiano da região há décadas, pois é favorecido pela presença de inúmeros portos clandestinos situados no emaranhado de rios, furos e igarapés que recortam a região. Mas essa é uma atividade que tem crescido na medida em que aumenta o desemprego, em virtude do crescimento de oferta de mão-de-obra — causado, principalmente, pelo êxodo rural, pelo afluxo de pessoas que chegou à cidade para trabalhar na implantação da Albrás-Alunorte e pela crise nos empregos tradicionais da região. Além disso, Abaetetuba está hoje incluída nas rotas de tráfico da cocaína produzida na Amazônia colombiana. Os barcos saem deste município transportando as drogas escondidas sob outras mercadorias, com destino ao Suriname e às Guianas. Estas atividades já têm causado algum transtorno aos moradores das ilhas. Há relatos de pescadores que já foram assaltados por “piratas”, começando a haver receio nas viagens noturnas.

Anequara

A comunidade de Anequara refere-se ao conjunto de pessoas residentes ao longo do Rio Anequara e do Furo Bacabal (ver MAPA 2 e CROQUIS 1). As pessoas identificam-se com a comunidade, mas este é um conceito indissociável do rio. A comunidade de Anequara, assim denominada, surge com a criação da Paróquia das Ilhas, no início da década de 1970. A instituição da paróquia está ligada à atuação mais intensa da Igreja na região das ilhas. É interessante notar que o termo “comunidade”, em Anequara, está inteiramente associado à Igreja.

Porém, antes desta “oficialização” da comunidade, já existia o núcleo de povoamento, cujo Padroeiro era São Miguel. Com a organização da comunidade de Anequara, a padroeira passa a ser, oficialmente, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Segundo a atual coordenadora da comunidade, Lindalva Fonseca, esta alteração foi imposta pela paróquia, devido ao fato de que São Miguel

CROQUIS 1: Comunidade de Anequara

“pertencia” a uma família, enquanto a nova padroeira é realmente de toda a comunidade. Outros moradores julgam que a Igreja promoveu a mudança porque São Miguel é festejado com danças e bebidas, o que não é permitido na festa da Nossa Senhora. A despeito disso, continuam ocorrendo as festas de ambos os santos, apesar de suas características muito diferentes.

A organização da comunidade, com o apoio da Paróquia das Ilhas, parece ser vista com bons olhos pelos moradores. Segundo a atual coordenadora, a igreja constitui-se em seu principal apoio. Através do incentivo da paróquia, inclusive, é que os pescadores conseguiram retomar a liderança na Colônia de Pescadores de Abaetetuba, ligada à Pastoral dos Pescadores.

Não existem dados precisos sobre o número de moradores da comunidade, mas as informações obtidas indicam entre 134 e 150 famílias¹⁷. A principal atividade é a pesca, inclusive de camarão, desenvolvida principalmente na baía de Marajó. Complementares à pesca, há também a produção de açaí (*Euterpe oleracea*)¹⁸, a coleta de conchas, o artesanato — principalmente a produção de matapis¹⁹ e paneiros²⁰ — e a produção de farinha. Esta última é uma atividade cada vez mais rara, pois, além do fato de que, financeiramente, é mais vantajoso comprar a farinha do que produzi-la, não há terra firme às margens do Rio Anequara. Assim, os moradores que se dedicam à agricultura têm que se deslocar para outros locais.

Alguns produtos são destinados quase exclusivamente para o auto-consumo, como o miriti²¹; outros, como as conchas, são produzidos com a finalidade única de comercialização. Mas a pesca permanece como a principal atividade comercial da maioria dos moradores da comunidade.

Aliás, a identidade da maioria das pessoas está vinculada à atividade pesqueira. Nas entrevistas realizadas com as famílias, ficou evidente que a maioria das pessoas identifica-se profissionalmente como pescador ou pescadeira. Isto parece estar vinculado a uma maior atuação da Colônia de Pescadores nos últimos anos, cujas ações têm resultado em garantias de direitos para os pescadores, ao mesmo tempo em que organiza as discussões e as atividades em torno do tema da pesca, com a participação direta dos associados.

Mas, se é principalmente em torno da atividade que se constrói a identidade destas pessoas, o lugar também está presente na constituição desta: primeiramente consideram-se pescadores, mas para se destacar em meio a tantos outros, são “pescadores do Rio Anequara”.

¹⁷ Dados de 1998.

¹⁸ Açaí é um fruto de palmeira muito consumido no Pará. Descaroça-se o fruto e consome-se a polpa, geralmente misturada à farinha d'água (farinha de mandioca), acompanhando as refeições.

¹⁹ Matapi é uma armadilha para pesca de camarões.

²⁰ Paneiro é um cesto usado para transporte de mercadorias.

²¹ Miriti é o nome dado para o fruto do miritizeiro ou buritizeiro (*Mauritia vinifera*).

A importância do rio destaca-se claramente nas falas sobre o lugar: está associado à identidade da comunidade, representa fonte de alimento e de renda e constitui-se, efetivamente, na ligação com outros lugares. Além disso, rios e igarapés são elementos constantes nas histórias contadas: assombrações, uiaras, botos, navios encantados e a “ilha que anda” são exemplos de narrativas relacionadas a este elemento.

A comunidade conta hoje com pré-escola e ensino fundamental de 1^a a 4^a séries. As cinco professoras que dividem as classes são todas do próprio local, sendo algumas vinculadas à rede municipal e outras à rede estadual de ensino — em 1998, estava em processo a municipalização do ensino.

O contato com a sede do município de Abaetetuba é bastante freqüente. É onde se localiza a sede da Paróquia das Ilhas. Serviços não disponíveis em Anequara, como ensino de 5^a série em diante e assistência médica, são buscados principalmente nesta cidade. A produção pesqueira e de açaí também é vendida preferencialmente aí, mas algumas vezes é levada diretamente para Belém.

Também é freqüente a venda da produção pesqueira diretamente para os “geleiros” — forma como são denominados os grandes barcos de pesca comercial, com capacidade para armazenamento de toneladas de pescado. Neste caso, a produção pesqueira é vendida sem necessidade de desembarque ou atracamento num porto; os pescadores permanecem dias e até semanas embarcados, sem retornar para Anequara.

A distância entre Anequara e o centro urbano mais próximo, que no caso é Abaetetuba, é mensurada em horas. Pode variar entre quarenta minutos e duas horas de viagem de barco, dependendo fundamentalmente da potência do motor da embarcação e dos horários de cheia e vazante da maré²². Mas os barcos que comumente fazem esse percurso são lentos, levando duas horas, em média, para percorrer o trajeto. A comunidade possui um barco que “faz a linha” até Abaetetuba. Quando este não está disponível — por falta de condutor, ou devido a algum defeito, ou ainda, por ter sido alugado —, combina-se com algum morador que possua um barco compatível a manutenção da linha. No período entre 1997 e 1998, o preço da passagem nesse trajeto era de R\$ 1,00 (um real).

²² Os movimentos de maré têm influencia sobre o rio Amazonas e seus afluentes por vários quilômetros continente adentro, causando oscilação no nível das águas e “maresia” (forma como é denominada localmente a turbulência das águas dos rios).

As dimensões espaciais e a apreensão do espaço: definindo nomenclaturas

A leitura de alguns autores, como FREMONT (1974, 1980, 1982), TUAN (1983), GALLAIS (1982) e GERVAISE (1976), que se preocuparam em conceituar as formas ou níveis de apreensão espacial, evidenciou a diversidade de termos usados com referência às representações do espaço, assim como a imprecisão deles. Fala-se em espaço interpretado, espaço percebido, espaço concebido, espaço conhecido, espaço operacional, etc. FREMONT já havia chamado a atenção para este fato em 1974, quando escreveu que o vocabulário utilizado nas pesquisas sobre o espaço vivido não estava bem determinado; falava-se, segundo ele, em “espaço vivido”, mas também em espaço mental, espaço social, espaço de vida, geografia da percepção, entre outros termos. Em textos posteriores, FREMONT (1982, 1984) definiria mais claramente seu conceito de espaço vivido. Mas diversos autores que utilizam essa abordagem continuam usando conceitos relativos à percepção e apreensão do espaço sem uma explicitação precisa. Também se percebe conceituações semelhantes com nomenclaturas diferentes em autores distintos. Por isso, é preciso definir os conceitos que estão sendo usados nesta pesquisa.

Para FREMONT (1980), a organização do espaço apresenta-se como um jogo de combinações encaixadas e hierarquizadas. Para análise da organização espacial ele propõe a seguinte nomenclatura:

O espaço infra-local seria o espaço à volta de uma só pessoa²³.

"O lugar aparece como um elemento essencial da estruturação do espaço. Abrange o espaço reduzido, mas bem definido e não sem alguma extensão: a casa, o campo, a rua, a praça... Associa grupos da [sic] pequena dimensão mas de forte coerência: a mesma família, a mesma profissão, a mesma frequência cotidiana. Implica uma muito grande personalização das percepções espontâneas, com delimitações nítidas, fronteiras inequívocas. [...]

O espaço social situa-se numa extensão um pouco mais vasta, num nível mais complexo das inter-relações. A justaposição de famílias, de profissões, de classes

²³ Para FREMONT (1980), embora não sendo este domínio habitual da geografia, não é bom desprezá-lo totalmente, pois permite captar melhor as combinações superiores.

diferentes justifica uma rede mais elaborada e diferenciada. Mas as populações permanecem ainda suficientemente reduzidas, a extensão suficientemente limitada, as funções suficientemente elementares para que a coerência das relações continue muito forte, particularmente a das percepções. A aldeia ou o bairro urbano correspondem bem a este nível das combinações.

A *região*, noção central da geografia, é muito mais difícil de definir. [...] a alternativa situa-se entre uma definição bastante vaga, e tal que todo o espaço é região, e uma aceção muito precisa, tal que a realidade escapa, o mais das vezes, à definição. [Considera-se aqui ...] a região como um espaço-equilíbrio. Equilíbrio nas regulações entre o número e a coerência (definição geral). Equilíbrio na hierarquia das combinações (definição de nomenclatura). Equilíbrio entre as relações superiores, nacionais ou internacionais, e as relações de produção e de trocas elementares (definição econômica). Equilíbrio entre o domínio do familiar e do conhecido, e do estranho, do excepcional (definição baseada no ‘vivido’).

O *grande espaço* ou *domínio* situa-se num nível intermédio entre a região e toda a superfície do globo, eventualmente com hierarquias intermédias. Nas combinações rarefeitas os geógrafos selecionam alguns fatores dominantes para definirem tipos de domínios bastante diferentes: as nações para os políticos, os grandes sistemas sócio-econômicos para os funcionalistas, as zonas bio-climáticas para os ecologistas, os continentes para os descritivos, as áreas de civilização para os culturalistas...” (FREMONT, 1980, 116-7).

A partir dessa proposição de FREMONT, poderia ser dito que, na comunidade de Anequara, para a maior parte dos moradores, o lugar é aquele estabelecido a partir das relações familiares, que, neste caso, têm uma delimitação muito concreta: é onde se pode chegar a pé, sem utilizar cascos ou montarias, pelo fato de haverem “pontes” fazendo a ligação entre elas. Já a comunidade situada ao longo do rio Anequara seria o espaço social. A região incluiria, além do Rio Anequara e suas margens, uma parte da região das ilhas, a Baía do Capim e o centro urbano de Abaetetuba — e talvez englobando também o centro urbano de Belém (ver MAPA 3). Deve ser lembrado que a região se vive em vários níveis ou escalas. Assim, haveria distintas percepções sobre a região entre os próprios moradores de Anequara, de acordo com a idade, a categoria social ou a atividade profissional.

MAPA 3: Região e lugar. Comunidade de Anequara / Abaetetuba – PA

Quanto à Amazônia, seria um grande espaço ou domínio mas, como mostra o próprio FREMONT, identificável e nomeável apenas por cientistas ou políticos — e poderiam ser incluídos também os intelectuais. Entre os moradores de Anequara não é possível perceber “fatores dominantes” para identificá-la. Nem mesmo as professoras têm uma percepção clara a respeito do significado do termo ou da sua correspondência territorial. Associam-no preponderantemente à queimadas e à necessidade de preservação da natureza, mas não existe clareza sobre a inclusão ou exclusão do lugar em que vivem neste cenário.

A denominação “Amazônia” não faz parte do cotidiano destes moradores. Apenas numa ocasião, durante todo o tempo de trabalho de campo em Anequara, o vocábulo “Amazônia” foi pronunciado espontaneamente. Tratava-se de um pescador jovem que, interessado em saber como eu escolhi fazer a pesquisa nessa comunidade, especificamente, comentou: “Tem muito gringo que vem pra cá, estudar a Amazônia.” O termo ainda foi ouvido em outras três situações, mas nestes casos partiram do Presidente da Colônia de Pescadores de Abaetetuba²⁴ — pescador que vive na região das ilhas — e do Padre da Paróquia das Ilhas — que veio da Espanha, após sua ordenação, diretamente para o estado do Pará. O Presidente da Colônia, durante uma reunião com os pescadores, ao explicá-lhes o objetivo da minha pesquisa, disse que era estudar o modo de vida numa comunidade da Amazônia. O Padre, em duas oportunidades, usou este termo: na primeira, admirando a paisagem durante uma viagem de barco de Anequara a Abaetetuba, perguntou-me que idéia eu tinha da Amazônia antes de conhecê-la; contou-me que escolhera o estado do Pará, no Brasil, para trabalhar, justamente por estar situado na Amazônia. Na segunda vez, durante um curso para lideranças comunitárias, tentava explicar o conceito de recursos escassos e abundantes; deu como exemplo a água, um recurso abundante “aqui na Amazônia” e escasso no Nordeste.

Para o Padre, aquele cenário de rios, furos, igarapés, vegetação sempre verde debruçando-se sobre eles, as casas dos ribeirinhos às margens, formam a paisagem da Amazônia — seja quão semelhante ou diferente for das suas imagens prefiguradas sobre a região. A Amazônia é, para ele, “o produto de olhar ‘estranho’ ao lugar” (ALCÂNTARA & SADER, 1999:83). Ele é o “outro”, que confere àquela porção do espaço “a qualidade de paisagem, cuja percepção entra numa lógica de diferenciação social e cultural em função de um movimento de distância crítica, transformando elementos do espaço em espetáculo” (ALCÂNTARA & SADER, 1999:83-4). Por um processo distinto, relacionado muito provavelmente à sua atividade política de sindicalista, também o Presidente da Colônia dos Pescadores adquiriu um distanciamento crítico em relação àquele espaço, sendo capaz de vê-lo a partir de um olhar externo. Neste contexto, a Amazônia torna-se paisagem.

²⁴ A Colônia de Pescadores é o sindicato da categoria.

Entre os moradores de Anequara, tanto quanto habitantes de Abaetetuba e Igarapé-Miri, este distanciamento não existe; não há uma concepção de Amazônia, pois não há o distanciamento necessário para a construção desse conceito.

Se fosse adotada a concepção de lugar de TUAN, poder-se-ia dizer que os pescadores que anualmente deixam a comunidade para pescar à jusante ou à montante, ou as pessoas que vão a Abaetetuba frequentemente, expandem seu conceito de lugar, ou melhor, o lugar, para elas, adquiriria uma dimensão maior do que para aquelas pessoas que permanecem quase o tempo inteiro em Anequara. Poderia ser dito que, nestas visitas ou viagens, estas pessoas estão conscientes “de um mundo social muito mais amplo que a comunidade de sua própria aldeia” (TUAN, 1983:187), neste caso, a comunidade de Anequara. Apesar disso, o próprio autor pergunta-se se este mundo mais amplo conhecido seria apreendido também como uma região limitada, ou seja, um lugar com traços característicos que o diferenciariam de outras unidades comparáveis (TUAN, 1983).

Porém, não é a ótica deste autor que será utilizada neste trabalho. Os conceitos de FREMONT são mais adequados à perspectiva que se quer adotar aqui. Ainda assim, o conceito de lugar deste autor é muito restrito, tanto em relação à escala quanto em relação às relações sociais estabelecidas. Além do mais, a percepção de lugar dos moradores de Anequara diz respeito à comunidade de Anequara, que inclui, como foi visto, toda a extensão do rio e os moradores de ambas as margens. Por isso, adotou-se aqui, como definição de lugar, aquilo que FREMONT chama de “espaço social”. Assim, neste trabalho, será chamado de lugar o espaço ocupado pela comunidade estabelecida em torno do Rio Anequara, ou, no dizer de seus moradores, a comunidade de Anequara.

Como definição de região será adotada a de ENTRIKIN:

“Regiões, do mesmo modo que lugares, são centros de significado humano. O conceito de região sugere laços emocionais mais tênues por causa da escala do conceito, e a ausência da experiência direta de uma região. O elemento conceitual fortemente envolvido da noção de região sugere que os laços emocionais não seriam tão fortes como nos lugares, mais facilmente experienciados” (ENTRIKIN, 1980:19).

Assim, para os moradores de Anequara, a região refere-se a uma parte do espaço chamado por eles de “região das ilhas”, a baía do Capim e os centros urbanos próximos, eventualmente visitados, incluindo-se Abaetetuba e Belém, como já foi explicitado.

Como foi dito anteriormente, TUAN (1983) considera que mesmo os grandes espaços podem se tornar “lugares”. Neste trabalho, para esclarecer os conceitos adotados, serão diferenciadas também as nomenclaturas. A região e o grande espaço — este último referido à Amazônia — não serão chamados de lugares.

Mas concordamos com TUAN quanto à forma de apreensão dos espaços de dimensão mais ampla, como a região e o grande espaço:

“A rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um. A unidade maior, o bairro, é o um conceito. O sentimento que se tem pela esquina da rua local não se expande automaticamente com o passar do tempo até atingir todo o bairro. O conceito depende da experiência, porém não é uma consequência inevitável da experiência” (TUAN, 1983:189).

Desta forma, a região pode ser parcialmente conhecida e experienciada diretamente, mas em parte sua apreensão se dá apenas conceitualmente. Já a apreensão do grande espaço — neste caso a Amazônia —, acontece apenas no nível conceitual. Algumas pessoas podem ter a percepção do conjunto da região das ilhas, mesmo que não a tenham experienciado diretamente. O mesmo acontece com relação a outros locais ainda mais distantes, como o Rio Xingu, por exemplo. Além disso, muitos locais tornam-se conhecidos através de relatos de experiências alheias:

“A unidade maior adquire visibilidade através de um esforço da mente. Então, o bairro inteiro torna-se um lugar. Todavia, é um lugar conceitual e não envolve as emoções.” (TUAN, 1983:189)

Nesta dissertação, considera-se que a consciência sobre a região e também sobre o grande espaço, se dá também através da emoção. É o caso dos intelectuais, por exemplo. Seu sentimento de pertencimento à Amazônia não é apenas racional e conceitual, mas também simbólico, no qual não deixam de estar envolvidas as emoções.

A apreensão da região, mesmo que conceitual, pode ser a primeira etapa de constituição de um sentimento de pertencimento regional. Nesse caso, a analogia entre a construção das idéias de região e identidade regional e a constituição da idéia de nação e identidade nacional pode ser útil. Oliveiros FERREIRA afirma que a nação brasileira não existia ainda, mesmo às vésperas da declaração da independência de 1822; “havia pernambucanos, baianos ou fluminenses, mas não brasileiros. [...] A nação brasileira constitui-se, enquanto idéia, no lento processo de afirmação do Estado nacional e na oposição ao inimigo externo” (FERREIRA, 1994:97).

É consenso, entre vários autores, que a formação da identidade nacional só é possível a partir do surgimento do Estado-nação. HOBBSBAWN (1990) afirma que a consciência nacional desenvolve-se desigualmente entre grupos e regiões sociais de um país:

“[...] qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela ‘consciência nacional’, as massas populares — trabalhadores, empregados, camponeses — são as últimas a serem por ela afetadas” (HOBBSBAWN, 1990: 21).

Da mesma forma, se existe uma identidade amazônica já constituída entre alguns grupos sociais — particularmente os intelectuais — em outros, como a comunidade de Anequara, ela não existe. Sequer a região é reconhecida, portanto é impossível sentir-se pertencente a um espaço que se desconhece. Entre estes dois conjuntos extremos existe um intermediário, no qual é possível perceber um sentimento de pertencimento em formação.

Capítulo 2

A formação de um imaginário brasileiro sobre a Amazônia: reflexos do olhar alóctone

A proposta deste capítulo é resgatar, na produção de viajantes e outros autores significativos, imagens recorrentes caracterizadoras da região e que povoam o imaginário de brasileiros, ao nível do senso comum, sobre a Amazônia.

Serão estudados relatos de viagens ocorridas entre os séculos XVI e XIX pelo Rio Amazonas. Também será feita uma análise sobre a imagem de Amazônia presente em textos de Euclides da Cunha e Alberto Rangel, dois autores brasileiros que escrevem sobre a Amazônia já no início do século XX.

O Novo Mundo: os primeiros cronistas

O primeiro olhar alóctone lançado sobre a América — Amazônia é um termo que surgirá muito mais tarde — foi, provavelmente, de um europeu. Trata-se de observações sobre o novo continente, escritas no início do século XVI, que estarão sendo reproduzidas até os dias atuais. Ana Maria BELLUZZO (1996: 15-6) afirma que “na sua origem, as imagens elaboradas pelos viajantes participam da construção da identidade européia. [...] Na iconografia e na crônica de autores viajantes nem sempre chegamos a protagonistas. Somos vistos, sem nos termos feito visíveis. Fomos

pensados. Ainda assim, essas visões alimentam lembranças do passado e povoam nosso inconsciente.”

O imaginário de uma parcela da população europeia medieval estava povoado pelas lendas orientais, relatadas por Marco Polo, Jeham de Mandeville, Pierre d'Ailly, Jean de Plan de Carpin e Ibn Battuta. Os relatos de viagens — a maior parte delas realizada para o Oriente asiático — desses autores ganham popularidade a partir do século XIII e esta se mantém ao longo dos séculos, numa tradição de relatos fabulosos (GONDIM, 1994; SEIXO, 1996).

Essas histórias maravilhosas — que falavam de povos estranhos, às vezes monstruosos, e terras igualmente fantásticas, nas quais podia ser encontrada a fonte da eterna juventude — foram, por sua vez, construídas, em grande parte, a partir das mitologias indiana e greco-romana (GONDIM, 1994).

Muito antes da chegada de europeus à América, as narrativas de viagens já mesclavam os imaginários pagão e cristão. O mito das Amazonas, mulheres guerreiras que Orellana afirma ter encontrado em sua viagem ao Amazonas (1541-1542), e registrada no relato de Carvajal, é mais um exemplo de incorporação da mitologia clássica ao imaginário sobre o Novo Mundo, mais especificamente sobre a Amazônia.

Vários cronistas utilizaram-se das palavras de Ovídeo sobre a Idade de Ouro para descrever as Índias e também o Novo Mundo. Isto demonstra como as mitologias clássicas influenciaram a visão do continente americano. Sérgio Buarque de HOLANDA (1977) discorre sobre as relações entre essa visão clássica da história, segundo a qual as eras históricas são sucessivamente decadentes em relação às anteriores. Àquela época da descoberta do Novo Mundo, o Velho Continente encontrar-se-ia na Idade do Ferro, mas teria estado anteriormente na Idade do Bronze, da Prata e, inicialmente, na Idade do Ouro. A descoberta do Novo Mundo leva à crença de que ainda existiriam povos vivendo na Idade do Ouro.

A busca de riquezas e do Éden eram os motivos que instigaram as expedições ao Novo Mundo; procurava-se a fonte da eterna juventude, a “terra da canela”, o El Dorado e o reino das Amazonas.

O mito do El Dorado, segundo Hélène MINGUET (1992), surge na região de Quito, ainda no século XV. Os espanhóis, ainda explorando as riquezas dos Incas, são os primeiros a lançarem-se à busca da canela, que se acreditava abundar à leste da cordilheira dos Andes

Neide GONDIM (1994) considera que a atividade marítima portuguesa, na medida em que expandia os conhecimentos sobre o mundo, confirmando ou refutando teorias, contribuía para o

esmaecimento das histórias fantásticas dos viajantes portugueses. Mas Sérgio Buarque de HOLANDA (1977) ensina que, embora também fossem seduzidos pelas narrativas fabulosas, a fantasia teve pouca participação nos textos dos conquistadores portugueses no Brasil, diferentemente do que acontecia com os conquistadores espanhóis:

“[...] todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América lusitana” (HOLANDA, 1977: 126).

Deve ser lembrado que as primeiras penetrações européias no vale do Amazonas partiram da América espanhola, mais especificamente da região peruana dos Andes, o que talvez explique, a partir dessa perspectiva de Sérgio Buarque de HOLANDA, os tantos mitos ligados àquela região.

Já o tema do paraíso terrestre, diferentemente deste mundo mágico de eldorados e amazonas, seduzia igualmente espanhóis e portugueses:

“A crença na realidade física e atual do éden parecia então inabalável. [...] aquela crença não se fazia sentir apenas em livros de devoção ou recreio, mas ainda nas descrições de viagens, reais e fictícias, como as de Mandeville, e sobretudo nas obras dos cosmógrafos e cartógrafos” (HOLANDA, 1977: 144).

Hélène MINGUET (1992:1) diz que “durante todos os anos em que a exploração das terras americanas se desenvolveu, os aventureiros estiveram convencidos de que haviam descoberto o paraíso terrestre.” Vários autores concordam que o mito do paraíso terrestre é um dos mais recorrentes na interpretação do Novo Mundo. “O tema da localização do paraíso e do inferno é freqüente nos relatos de viajantes” (GONDIM, 1994:34).

Mentalidades e imaginários são manifestações da vida social que se transformam lentamente. Assim, a América é descoberta no limiar da época moderna, mas ainda marcada por este imaginário medieval. Sérgio Buarque de HOLANDA (1977:179) afirma que “até os de mais profundo e repousado saber, se inclinavam a encarar os mundos novos sob a aparência dos modelos antigos”.

Segundo Neide GONDIM (1994:29), “paralelamente às veleidades oníricas da bem-aventurança edênica, as monstruosidades corporais eram o contraponto apavorante do homem nesse incessante jogo imagístico de ouvir, ver, reproduzir, contar, reescrever.”

Pode-se notar, desta forma, que o Novo Mundo também é visto, freqüentemente, associado ao inferno. Esta dicotomia paraíso/inferno é muito recorrente e reconhecida por diversos autores (SOUZA, 1986; MICHILES, 1992; GONDIM, 1994; BELLUZZO, 1996). Mais tarde, a Amazônia continuará imbuída deste estigma. A visão do inferno é, no século XVI, ligada à imagem do indígena e seus costumes, incompreendidos pelos europeus. Estas visões dicotômicas são explicadas por Neide GONDIM (1994) como um processo de estranhamento e familiarização com o novo. Muitos dos relatos sobre o Novo Mundo, principalmente nos séculos XVI e XVII, são escritos por religiosos — missionários que habitavam o continente americano ou padres que acompanhavam expedições. Esta característica de alguns cronistas certamente está presente em suas observações sobre o Novo Mundo. Mais tarde o inferno passará a estar ligado à própria floresta; isso, porém, será retomado mais adiante.

Assim como as histórias de Marco Polo e alguns de seus contemporâneos ganharam popularidade no século XIII, alguns relatos de Cólón e Vespucci, todos da primeira década do século XVI, foram impressos e reimpressos várias vezes, o que demonstra sua enorme popularidade e seu papel na “construção do antimundo pelo imaginário europeu” (GONDIM, 1994:52).

Os relatos de viagens perpassavam, então, o imaginário dos escritores, de autores por eles lidos, e também de viajantes com os quais eles conviviam nas expedições e dos quais ouviam histórias, as quais eram também inseridas em seus escritos.

A visão sobre o Novo Mundo²⁵ vai sofrendo modificações com o decorrer dos séculos. Inês de FREITAS (1992), citando Elliot, diz que a assimilação do Novo Mundo pelo mundo intelectual europeu passa por quatro diferentes fases: a da observação, a da descrição, a da divulgação e a da compreensão.

Apesar das transformações em curso no olhar europeu sobre a América, permanece a força de alguns mitos. O mito das Amazonas, ainda no século XVII instiga viajantes. La Condamine, que viajara para a América em 1637, também busca as mulheres guerreiras. Este viajante esteve na região equatorial do novo continente como membro de uma expedição científica, cujo objetivo era verificar a teoria newtoniana segundo a qual a Terra é achatada nos pólos. Fez importantes estudos e

²⁵ Usa-se, neste texto, o termo Novo Mundo na perspectiva do alóctone que chega ao continente americano, pois é desta forma que os primeiros cronistas a ele se referem.

descobertas, comprovando inclusive a comunicação entre as bacias do Amazonas e do Orinoco, objeto de polêmicas na época; é também um dos primeiros a interessar-se — ou pelo menos um dos primeiros a registrar seu interesse — pelo *cahuchu*, matéria-prima utilizada pelos indígenas para produzir objetos maleáveis e impermeáveis. Assim, é curioso e surpreendente que ele acredite nas Amazonas:

“La Condamine fala longamente das Amazonas e parece não duvidar da sua existência. Essa atração pelas ‘singularidades’ é encontrada em muitos autores do século XVIII que, por outro lado, eram defensores do mais rigoroso racionalismo” (MINGUET, 1992:14).

Leyla PERRONE-MOYSÉS (1996:87) considera que a curiosidade tenha sido um fator fundamental na descoberta — e redescobertas — sobre o Novo Mundo, embora normalmente a historiografia privilegie o fator econômico como propulsor destas conquistas. Segundo a autora, no século XVI “a curiosidade humana esteve particularmente aguçada. Condenada por Santo Agostinho como desejo pecaminoso de saber, ou elogiada pelos cientistas como estimulante das descobertas, a curiosidade era então geral.”

Quer tenham sido fins econômicos, vaidade pessoal ou curiosidade os motivos preponderantemente responsáveis pela viagens ao Novo Mundo, muitos foram os que visitaram as novas terras e sobre elas deixaram relatos. Estes relatos foram criando e recriando o imaginário europeu sobre o que seria a América.

Expedições de reconhecimento à bacia do Amazonas

Aos primeiros cronistas que visitaram a área correspondente à atual Amazônia, seguem-se os relatos de expedições de reconhecimento do território, mais especificamente dos cursos dos rios, seus afluentes e nascentes. Mesmo tratando-se de documentos oficiais, transparecem com frequência nestes relatos as imagens míticas que estavam já presentes nas mentes dos relatores.

Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996:19) considera que “o discurso sobre Amazônia surge embebido da dominação portuguesa.” Os registros portugueses sobre o Brasil, e

particularmente sobre a Amazônia, são abundantes. E, da mesma forma como acontece com a grande maioria dos relatos sobre o Novo Mundo, marcados pelo etnocentrismo. Apesar dessa abundância de textos portugueses, as primeiras narrativas publicadas sobre a área, hoje correspondente à Amazônia, são espanholas.

Os primeiros viajantes a se aventurarem pelo rio Amazonas partiram da Amazônia peruana, a partir do antigo Império Inca. Enquanto isso, os portugueses preocupavam-se com a exploração da costa atlântica do continente. Apenas mais tarde preocupar-se-ão com aquela área, cujo domínio será assegurado, principalmente, pela presença das missões jesuíticas. Isso talvez explique porque muitos dos relatos mais antigos sobre a região foram escritos por padres.

As narrativas espanholas, segundo Maria de Fátima da CONCEIÇÃO,

“[...] precisam ser entendidas como o olhar europeu sobre as terras descobertas, enriquecido de componentes fortes no campo do imaginário, que no caso da Amazônia somam um conjunto de mitos e explicações oriundas da Idade Média.

[...]

Ações aventureiras e políticas de conquista, ao se voltarem para a Amazônia, estão também animadas pelos mitos que correm à época: do paraíso à terra do ouro, das minas de prata às mulheres guerreiras” (CONCEIÇÃO, 1994:20).

Um período de grande expansão das conquistas na bacia amazônica foi o do domínio espanhol sobre Portugal (1580-1640). A Espanha está, então, mais preocupada com a terra da prata, a oeste da cordilheira dos Andes. Mas incentiva a ocupação do Vale do Amazonas e, sob o comando da Coroa espanhola, ocorrem importantes marcos na história da conquista do Amazonas, inclusive a viagem de Pedro Teixeira. A expedição de Pedro Teixeira (1637-1639) é a primeira de caráter oficial a percorrer o Rio Amazonas, embora o mesmo percurso já tivesse sido realizado por espanhóis, que partiam dos Andes. Pedro Teixeira viaja como representante da Coroa portuguesa, acompanhado por dois jesuítas, Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda, que se ocuparão dos relatos da viagem.²⁶

²⁶ Embora possa parecer estranho, Pedro Teixeira viaja ao Amazonas com o objetivo de estabelecer um domínio português, mesmo estando Portugal sob domínio espanhol. Logicamente, estes objetivos não são colocados explicitamente. A preocupação maior da Espanha, naquele momento, é com as minas de prata, à oeste da cordilheira dos Andes. Apesar disso, há interesse no conhecimento do vale do Amazonas, por isso é realizada a viagem. Mas os

“E é em nome da razão, da experiência e do conhecimento clássico que induz o leitor a aceitar as maravilhas e monstruosidades que não viu, somente ouviu, mas que aceitou como verídicas [...] E Acuña acredita que encontrou o Paraíso na Terra. [...] A narrativa de Acuña sobre o novo descobrimento do grande rio das Amazonas sintetiza as crônicas dos viajantes antigos e medievais” (GONDIM, 1994:97).

Acuña vale-se de coordenadas geográficas para “tornar verossímeis as notícias fantásticas” (GONDIM 1994:101). Ele dá a localização do Lago Dourado, embora não o tenha visto, apenas ouvido falar dele. Fala dos índios gigantes e acredita que encontrou o Paraíso Terrestre. Escreve ainda sobre as Amazonas — embora também não as tenha encontrado —, segundo informações recolhidas. Como Marco Pólo fizera com relação às Índias séculos antes, Acuña também refuta algumas interpretações que considera errôneas, mas colabora com a reafirmação de outras. É o caráter testemunhal que garante a veracidade de seu relato.

“Assim, Acuña desenvolve o seu relato definitivo sobre a região das Amazonas, fundindo o onírico com o ‘científico’, discorrendo sobre as notícias que lhe são repassadas por ‘gente de mais inteligência’, informações merecedoras de crédito porque racionalmente são passíveis de ocorrer, são factuais. E finca o sinete irretorquível de sacerdote, jesuíta e sábio sobre as verdades do relato” (GONDIM, 1994:102-3).

Sendo a expedição de Pedro Teixeira a primeira a remontar o Amazonas até Quito,²⁷ constituiu-se num importante marco no conhecimento, reconhecimento e posterior ocupação do vale amazônico (CONCEIÇÃO, 1996).

Segundo Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996), os objetivos da viagem de Pedro Teixeira foram de caráter geopolítico e econômico, embora não explicitados pelos portugueses. Esta é uma característica comum nas viagens realizadas no século XVII. No século XVIII, passam a prevalecer objetivos de outro gênero, e que serão ainda mais notórios no século XIX:

espanhóis têm desconfianças quanto aos objetivos da expedição de Pedro Teixeira e a designação dos padres espanhóis para dela participarem demonstra isso.

²⁷ Cf. CORTESÃO, 1957, p.402 *apud* CONCEIÇÃO, *op. cit.*, p.29.

“A viagem de La Condamine à América inaugura um novo período da história das descobertas no continente; não são mais conquistadores, missionários ou aventureiros que ocupam o proscênio. O século XVIII vê desenvolver-se um interesse realmente científico pelo Novo Mundo, como aliás pelas outras partes do globo, ainda desconhecidas ou pouco conhecidas, especialmente o oceano Pacífico.” (MINGUET, 1992:8)

A viagem de La Condamine pelo Amazonas é considerada a primeira de caráter científico à Amazônia, e uma das raras permitidas no período de interdição das viagens de estrangeiros à região.²⁸ La Condamine inaugura as expedições de naturalistas ao vale do Amazonas — que no seu relato é chamado também de Marañon. No ano de 1743 ele percorre o rio, saindo do Peru e chegando até sua foz. La Condamine dialoga com viajantes que o precederam. As viagens de Ursúa, Orellana e Pedro Teixeira — principalmente o relato desta última, escrito por Acuña — são citadas no relatório sobre sua expedição, apresentado na Academia de Ciências da França.

Hélène MINGUET (1992) considera a etapa da viagem pelo Amazonas a mais interessante da expedição que chegara aos trópicos em 1735. Dados sobre fauna, flora e os rios da região são muito importantes do ponto de vista do conhecimento do mundo, uma vez que revela uma parte do globo bastante desconhecida até então. A despeito do seu ponto de vista eurocêntrico, as informações que registra sobre os indígenas também são consideradas relevantes, um dos primeiros documentos etnográficos sobre a região. Outra contribuição de La Condamine, sempre registrada pelos autores, é a elaboração de um mapa do Amazonas e seus afluentes, o qual, ainda hoje, chama a atenção pela sua precisão cartográfica (MINGUET, 1992; GONDIM, 1994).

Algumas histórias fantásticas são colocadas em dúvida por La Condamine:

“Ressalta-se o explícito descrédito do viajante sobre a fantástica cidade de Manoa, inteiramente construída e cercada por muralhas do mais puro ouro, contígua ao Lago Dourado, o Parima, leito e margens de areias auríferas” (GONDIM, 1994:119).

²⁸ Esta viagem é realizada após a decisão de La Condamine de separar-se da expedição que tinha chegado ao Peru com os objetivos específicos mencionados no texto. A expedição inicial contava com vários participantes, mas ficou conhecida através do nome de La Condamine. Hélène MINGUET (1992) aponta algumas hipóteses acerca do porquê disso.

Além desta, outras histórias parecem-lhe inverossímeis:

“Contam-se fatos que eu ainda teria dúvidas em acreditar mesmo se os tivesse visto, e que não me aventuro em repetir aqui, senão me reportando ao autor recente, já citado, de *L’Orinoque illustré*, que os relata com extrema seriedade. Segundo os índios, essa monstruosa cobra devora um cabrito inteiro; além disso, afirmam que, com sua respiração, ela atrai invencivelmente os animais que se aproximam, devorando-os a seguir. Muitos portugueses do Pará quiseram me convencer de coisas quase tão pouco verossímeis, sobre o modo pelo qual uma outra grande cobra mata os homens com sua cauda” (LA CONDAMINE, 1992:104).

Mas, como fizera Marco Polo em relação às Índias e Acuña em relação à própria Amazônia, La Condamine também refuta alguns mitos ao mesmo tempo em que reforça outros; como já foi dito, tenta descobrir o reino da Amazonas, seguindo pistas de testemunhos e, por fim, tece considerações sobre seu desaparecimento: poderia ter ocorrido a perda de seus costumes, com o passar do tempo, ou subjugação por outra nação. E conclui:

“Assim, mesmo que hoje não se encontrassem mais vestígios efetivos dessa república de mulheres, isso não seria suficiente para afirmar que ela nunca existiu” (LA CONDAMINE, 1992:79).

Há uma referência explícita a viajantes que citaram as Amazonas:

“De resto, não fiz aqui a enumeração²⁹ de todos os autores e viajantes de todas as nações da Europa que, há mais de dois séculos, afirmaram a existência das amazonas americanas, e entre os quais alguns pretendem tê-las visto. Contentei-me em relatar

²⁹ Américo Vespúcio, Hulderic Shmidel, Orellana, Berrio, Walter Raleigh, os padres Acuña, Artieda, Batrazi etc. (Nota de La Condamine).

os novos testemunhos que o Sr. Maldonado e eu tivemos oportunidade de recolher em nosso caminho” (LA CONDAMINE, 1992:81).

É curioso que La Condamine tenha ocupado tantas páginas de seu relatório com uma história que parece, ao menos hoje, tão inverossímil quanto tantas outras às quais ele não deu crédito. Isto demonstra com que força este mito estava marcado no imaginário europeu, através das leituras das narrativas de viajantes dos séculos XVI e XVII.

Das expedições que percorreram a bacia do Amazonas no século XVIII, vale destacar a de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista brasileiro formado em Portugal. Nomeado para uma expedição de caráter oficial ao Amazonas, percorre-o no período de 1783 a 1792. Segundo Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996) há uma polêmica em torno da importância de sua obra: alguns equiparam-no ao conjunto dos viajantes que visitaram o vale do Amazonas, embora tenha sido injustiçado pelo não reconhecimento da importância da sua expedição; outros consideram-no um mero burocrata a serviço da Coroa portuguesa, que não teria dado contribuição sobre a Amazônia ao nível da ciência.

De qualquer forma, há consenso em torno do saque ao seu arquivo. Esta coleção, que fora enviada a Portugal ao término da expedição, estava sendo organizado pelo próprio Alexandre Ferreira quando houve a invasão francesa a Portugal. Nicolau SEVCENKO (1996) conta que o acervo de Alexandre Rodrigues Ferreira

“[...] ganha uma reputação tão notável, na Europa, que quando Napoleão decide invadir Portugal, junto com o general Junot, ele manda à frente do seu exército um botânico, o naturalista Geoffroy de Saint-Hilaire, cuja função era exatamente de, no caso de Lisboa ser invadida, não correr para o tesouro do palácio, mas sim para o tesouro do Jardim Botânico, e saquear todo o acervo de Alexandre Rodrigues Ferreira, inclusive, e se possível, prendendo o próprio” (SEVCENKO, 1996:144).

Este episódio reflete o interesse que o Novo Mundo e, particularmente, a Amazônia causava nos europeus. E também ilustra a mudança do enfoque em relação às riquezas do continente americano; se antes eram as narrativas míticas que instigavam o interesse pelo El Dorado e pelas

montanhas de prata, agora é o valor que as descobertas científicas revelam — ou poderiam revelar — o alvo dos interesses.

É importante destacar as polêmicas científicas européias produzidas em torno do conhecimento do continente descoberto pelos europeus havia mais de dois séculos. Tais controvérsias, iniciadas por Buffon por volta de meados do século XVIII, ressoarão até final do século XIX, entre geógrafos, filósofos, historiadores e biólogos (GERBI, 1996). Inclusive Vidal de La Blache é citado por GERBI (1996:423) como um dos revisores de alguns dos argumentos específicos da tese de que “a terra ou os céus da América façam homens e animais degenerar naturalmente”.

Essas polêmicas, que se iniciaram em torno de Buffon, De Pauw e Hume, principalmente, referem-se à imaturidade do continente americano, à debilidade dos autóctones, à degeneração das espécies animais americanas em comparação às do Velho Mundo, à decadência da natureza na América. Antonello GERBI (1996) discorre esplendidamente sobre tais polêmicas e os participantes dela. Não será retomado aqui nenhum detalhe acerca disso, pois não é o objetivo deste capítulo. Mas cabe, neste ponto, ressaltar a importância dada ao conhecimento e à explicação do Novo Mundo, interpretado inclusive por cientistas que nunca o visitaram. Uma vez que alguns deles sequer conheciam o novo continente, suas teorias eram construídas sobre impressões colhidas em relatos de outrem. E apesar disso, as teses formuladas sobre tais observações ganharam tal respaldo científico que foram capazes de influenciar interpretações até mesmo de pessoas que tiveram a oportunidade de conhecer a natureza e os nativos alvos de tais polêmicas. Será possível notar isso em autores como Alberto Rangel e Euclides da Cunha, assunto que será retomado mais adiante.

Há que se ressaltar, também, a visão etnocêntrica implicada nessas interpretações — etnocentrismo que permeava, até então, a maior parte das concepções sobre o Novo Mundo:

“Julgar a fauna americana imatura ou degenerada equivalia a proclamar a do Velho Mundo madura, perfeita, idônea, capaz de servir de cânone e ponto de referência a qualquer outra fauna de outro recanto do globo. Com Buffon, o eurocentrismo se afirma na nova ciência da natureza viva” (GERBI, 1996:41).

O século dos naturalistas

O trabalho dos naturalistas europeus que percorreram a Amazônia, no século XIX, dá um novo caráter às informações sobre a região. Neste processo, haveria, segundo Maria de Fátima da CONCEIÇÃO um ganho em

“[...] projeção, evidência e validade científica, mas continua sendo uma representação construída pelo imaginário europeu, ao qual a objetividade das ciências naturais vai acrescentar os cuidados com a observação pormenorizada, o registro em desenhos e pinturas, e o distanciamento frente ao exotismo do novo mundo.” (CONCEIÇÃO, 1996:105)

Dessa forma, segundo a autora, alguns desses cientistas produzem uma explicação para a Amazônia “que é projetada e aceita como uma espécie de *discurso competente*. Vistos como estudiosos, ganham reconhecimento por grande parte do que escrevem, mesmo quando eles tratam de assuntos bastante estranhos à sua área de conhecimento” (CONCEIÇÃO, 1996:106).

Essas viagens são justificadas como necessidade de registro do mundo natural, pelo estranhamento causado aos olhos dos europeus (CONCEIÇÃO, 1996). Pode-se notar aí o processo de familiarização com o exótico de que fala GONDIM (1994). Mas não devem ser esquecidas as observações de Leyla PERRONE-MOYSÉS (1996), que considera importante também o fator curiosidade, e Katherine MANTHORNE (1996), que demonstra a existência de uma cultura de viagens que instigava a realização de expedições a “países exóticos” — ou de natureza exótica.

Com a abertura da navegação do Amazonas e dos portos brasileiros às nações amigas estrangeiras, em 1808, finalmente abre-se a oportunidade para que seja sanada a curiosidade de várias nações. Os cientistas são os que mais se aproveitam dessa ocasião e, a partir daí, são vários os naturalistas que percorrem o Brasil e a bacia do rio Amazonas. Os mais conhecidos são o Barão de Langsdorff, a serviço da Rússia; Spix e Martius, alemães da Baviera; Wallace e Bates, ingleses; e o casal Agassiz, ele representando os Estados Unidos.

Mas nem só de cientistas foram feitas expedições. Katherine MANTHORNE (1996) fala da cultura de viagem que já existia nos Estados Unidos nessa época; muitos americanos viajaram e outros tantos compartilharam dessas aventuras através da leitura de reportagens em jornais, revistas

e livros. Alguns relatos eram mesmo utilizados como “guias” para outros viajantes que quisessem conhecer determinado lugar. É o caso de *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, de Spix e Martius, que incluía também viagem pelo rio Amazonas.

“Falando de uma maneira mais abrangente, entretanto, seus escritos estabeleceram um roteiro de lugares adequados não só a visitas, mas ainda como eles deveriam ser vistos: um papel não diferente daquele das publicações de Humboldt sobre os Andes.”

[...]

Estudar esses volumes durante as andanças tornava possível aos viajantes manter um diálogo imaginário com seus precursores, o que contribuiu para as múltiplas publicações com informações sobre o Brasil e seus habitantes” (MANTHORNE, 1996: 61).

O Brasil foi visitado nesse período por vários naturalistas dos Estados Unidos e a Amazônia constituiu-se num dos roteiros preferidos por eles. Além do interesse científico, a busca por riquezas era um catalisador importante dessas viagens. É interessante notar que mitos que entusiasmaram homens no século XVI a enfrentar a aventura de uma viagem transatlântica rumo ao continente recém-descoberto, continuaram a compelir aventureiros ainda no século XIX. Katherine MANTHORNE (1996:62) considera que, entre os mitos que atraíam esses viajantes “o do El Dorado provou ser historicamente o mais importante.”

Além do El Dorado, a visão edênica associada à América dos trópicos foi expressa pela maioria dos norte-americanos que lá estiveram, mas tal associação dava-se particularmente com o Brasil. Katherine MANTHORNE (1996) destaca os objetivos dos viajantes que visitavam o Amazonas. Segundo a autora, há duas motivações primárias, que não deixam de estar inter-relacionadas: o interesse em conhecer a natureza e os projetos de investimentos, instigados pelas imagens que lhes chegavam de florestas e riquezas naturais não exploradas. “Em verdade, se o continente meridional se apresentasse como tábula rasa aos seus vizinhos do norte, então o Amazonas em particular era terra incógnita” (MANTHORNE, 1996:65).

É interessante notar como a Amazônia vai destacando-se do conjunto das Américas e tornando-se um dos últimos redutos a ainda aproximar-se da imagem mítica do paraíso terrestre. Na

época da chegada do europeu ao Novo Mundo, todo o continente era atrativo aos aventureiros ávidos por novidades e riquezas. O texto de Katherine MANTHORNE (1996) mostra que, no século XIX, é a parte sul do continente — a América Latina mais especificamente — que causa curiosidade aos europeus, aos quais juntam-se, então, os norte-americanos. Mais tarde, no século XX, pode-se notar a Amazônia causando curiosidade e mesmo perplexidade aos próprios brasileiros; poder-se-ia indagar se o mesmo acontece com peruanos, bolivianos, venezuelanos, enfim, nações cujos territórios também compõem a Amazônia. Para Nicolau SEVCENKO (1996:110), há um “jogo de olhares entre Europa e Brasil, de brasileiros sobre europeus, e de brasileiros sobre seu próprio território, em função do contexto posto pelas condições da colonização.” Será coincidência que as referências destacadas de autores brasileiros que escreveram sobre Amazônia, como Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Mário de Andrade, sejam do início do século XX, ou é mesmo nesta época que a Amazônia começa a chamar a atenção de um público mais diversificado de brasileiros? Ou isto estaria relacionado a um processo de atribuição de uma identidade ao Brasil e à Amazônia?

Uma parte das respostas pode ser encontrada no próprio texto de Katherine MANTHORNE (1996), que alega que 1876 foi um ano de transformação no imaginário sobre o Brasil no exterior — e pode-se supor, por extensão, que também do imaginário sobre Amazônia. Este ano, que marcou 54 anos da independência do Brasil teria marcado também a década em que

“[...] o Brasil começou a exercitar sua identidade no cenário internacional, expressa através da ciência e literatura nativas e o despertar para a fascinação pela paisagem natural. [...] Enquanto antes de 1876 os Estados Unidos produziram representações do Brasil adequadas para seu próprio consumo, depois disso o Brasil teve a grande oportunidade de dar forma à sua própria imagem. Começava uma nova fase no imaginário do Brasil, alimentada então pelo diálogo da transculturação” (MANTHORNE, 1996:70-1).

No século XX, os relatos e interpretações sobre a Amazônia passam a ser marcados por preocupações de caráter econômico e social. No século XIX, privilegiou-se a natureza e mesmo as considerações sobre os nativos restringiam-se, na maioria das vezes, aos indígenas, permanecendo as observações sobre eles com um caráter naturalista ou etnográfico.

Jornalismo e ficção: dois autores do século XX

Segundo Neide GONDIM (1994:139), a Amazônia entra no circuito internacional ao servir de tema a romancistas como Jules Verne, Conan Doyle e Vick Baum. Nesses romances está presente a relação homem/natureza e a dificuldade dos autores em resolverem a “incompatibilidade da fusão”, acaba levando-os a optar pela linha do fantástico e do onírico.

Entre os autores brasileiros cujas obras sobre Amazônia tiveram destaque nas primeiras décadas do século XX estão Euclides da Cunha e Alberto Rangel. Ambos parecem encontrar a mesma dificuldade na reflexão da questão da relação homem/natureza, mas optam por diferentes abordagens no encaminhamento da discussão. Alberto Rangel opta pela ficção, escrevendo um livro cujo título reflete concepções vinculadas à Amazônia, construídas por meio dos relatos de viajantes e de cientistas europeus: *Inferno Verde*. Euclides da Cunha escreve trabalhos na linha jornalística.

A obra de Euclides da Cunha não é de fácil compreensão ou análise. Sua formação e posição política implicam em visões de mundo difíceis de conciliar com os fatos empíricos. Assim, sua análise vai tentando encaixar o que vê naquilo que pensa, produzindo dicotomias, antagonismos e mesmo paradoxos em seus escritos.

Se em *Os Sertões* Euclides da Cunha produziu uma obra que influenciou e influencia, ainda hoje, o pensamento sociológico brasileiro, pela introdução da dicotomia litoral/sertão (GALVÃO, 1984; GONDIM, 1992), com relação à Amazônia ele não teve tempo de produzir a obra acabada, pois morreu antes de concluí-la. Sobre a região, existe um livro de sua autoria: *À margem da história*, além de correspondências com amigos, artigos publicados em jornais e anotações manuscritas. Mas *O paraíso perdido*, que seria sua síntese sobre a Amazônia — talvez correspondendo a *Os Sertões* em relação a Canudos —, ficou apenas esboçada (SANTANA, 2000).

Segundo Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996: 123), Euclides da Cunha “capta o tema e paixão pela Amazônia com os naturalistas, de quem ele é leitor e seguidor.” José Carlos SANTANA (2000) e Lourival BARROS (1992) concordam com essa visão; Euclides da Cunha teria chegado à Amazônia imbuído de expectativas criadas pelas leituras que fizera:

“Quando, entre 1904 e 1905, Euclides da Cunha chega à Amazônia, vem carregado já de expectativas criadas pelas tantas leituras feitas antes. Euclides faz a ‘invenção’ desta Amazônia ‘há muito tempo prefigurada’ (remetendo aqui ao étimo latino:

alguém descobre além o que já trazia em si). O real imaginado vai sofrer o confronto do seu barco aportando em Belém e Manaus” (BARROS, 1992:44).

Essa prefiguração é reconhecida pelo próprio Euclides da Cunha no seu livro *À margem da história*:

“Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas [...] é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele ‘terror’ a que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes, que desde Humboldt até hoje contemplaram a Hiléia prodigiosa, com o espanto quase religioso — sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada” (CUNHA, 1975:25).

Em alguns textos de Euclides essa influência de leituras anteriores é marcante, além de explícitas as referências aos autores por ele lembrados. Como a seguir:

“Há dois anos entrei pela primeira vez naquele estuário do Pará, ‘que já é rio e ainda é oceano’, tão ineridos estes fácies geográficos se mostram à entrada da Amazônia.

Mas contra o que esperava não me surpreendi...

Afinal, o que prefigurara grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura. Uma superfície líquida, barrenta e lisa, indefinidamente desatada para o norte e para o sul entre duas fitas de terrenos rasados, por igual indefinidos, sem uma ondulação ligeira onde descansar a vista [...]

Calei um desapontamento, e no obstinado propósito de achar tudo aquilo prodigioso, de sentir o másculo lirismo de Frederico Hartt ou as impressões ‘gloriosas’ de Walter Bates, retrai-me a um recanto do convés e alinhei nas folhas da carteira os mais peregrinos adjetivos, os mais roçagantes substantivos e

refulgentes verbos com que me acudiu um caprichoso vocabulário... Para o cabo desse esforço rasgar as páginas inúteis onde alguns períodos muito sonoros bolhavam, empolando-se, inexpressivos e vazios” (CUNHA, 1994:3).

Desta forma inicia-se o texto “Amazônia, a gestação de um mundo”³⁰. É um texto muito interessante, pois nele o próprio Euclides descreve como a experiência contrasta com a visão adquirida através de leituras, e como, por sua vez, a leitura de autores com pontos de vista diferentes pode contribuir na observação empírica. Após a impressão inicial que a entrada na Baía de Marajó lhe causa, Euclides encontra o botânico Jacques Huber, de quem lê uma monografia sobre a região que lhe parecera “tão desnuda e monótona.” Lendo este trabalho, sua primeira impressão muda totalmente:

“[...] na antemã do outro dia [...] vi, pela primeira vez, o Amazonas...

Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira” (CUNHA, 1994:4).

E então voltam-lhe à mente aquelas impressões trazidas pelas leituras tão anteriores: Euclides compara a Amazônia a uma página do Gênesis, e compartilha da sensação de Acuña, que imaginou que o rio deveria nascer no Paraíso.

Apesar de reconhecer a idealização que tinha em mente em relação ao Amazonas, é naquele mesmo capítulo de *À margem da história* que, contraditoriamente, melhor percebemos a sua visão tão próxima das teorias de Buffon sobre o continente imaturo:

“A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza. [...] tem [-se] a sensação angustiosa de um recuo às mais remotas idades, como se rompesse os recessos de uma daquelas mudas florestas carboníferas desvendadas pela visão retrospectiva dos geólogos.” (CUNHA, 1975: 26)

³⁰ Fragmento do discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, incluído no livro *Contrastes e Confrontos* e reproduzido em CUNHA (1994).

GERBI aponta em Buffon a representação do continente encharcado, que compreenderia “aquele Brasil amorfo onde ‘a terra guarda a maciez das primeiras eras” (BUFFON *apud* GERBI, 1996:22). Tal estado de umidade explicaria, segundo Buffon, o grande número e a opulência de insetos e répteis, em contraposição à sua própria visão de que, na América, os quadrúpedes seriam menos numerosos e mais mirrados do que no Velho Mundo. Buffon assim explica:

“Neste estado de abandono, tudo se enlanguesce, tudo se corrompe, tudo sufoca: o ar e a terra, sobrecarregados de vapores úmidos e nocivos não conseguem se depurar nem aproveitar-se das influências do astro da vida; o sol dardeja inutilmente seus mais vivos raios sobre a massa fria; esta não tem condições de responder a seu ardor; produzirá apenas seres úmidos, plantas, répteis, insetos, e somente poderá nutrir homens frios e animais débeis” (BUFFON *apud* GERBI, 1996:22).

Euclides da Cunha, parece ver na Amazônia a mesma terra imatura e continente encharcado de Buffon:

“Completa-a, ainda sob esta forma antiga, a fauna singular e monstruosa, onde imperam, pela corpulência, os anfíbios, o que é ainda uma impressão paleozóica. E quem segue pelos longos rios não raro encontra as formas animais que existem, imperfeitamente, como tipos abstratos ou simples elos da escala evolutiva” (CUNHA, 1975:26).

O enfoque das observações iniciais de Euclides sobre a Amazônia é deslocado quando ele toma contato com a realidade das pessoas que ali vivem; impressionam-lhe, particularmente, a vida dos seringueiros. Lourival BARROS (1992:45) vê, na visão deste autor, um olhar ainda muito vinculado aos viajantes que lera. Considera que Euclides dispõe de um instrumental “precário, incapaz de apreender e integrar a Amazônia no seu projeto de interpretação nacional”. José Carlos SANTANA (2000), porém, avalia que nos escritos de Euclides sobre a Amazônia, continuavam presentes os modelos do cientificismo que impregnara *Os Sertões*. Segundo este autor, seus textos

expressam uma visão de mundo norteadas pelo determinismo geográfico, evolucionismo e darwinismo social.

Assim, a interpretação de Euclides sobre a Amazônia é contraditória, incompleta. Talvez por isso mesmo sua obra seja freqüentemente retomada. À *margem da história*, publicado em 1909 (edição póstuma), segue *Os Sertões*, sua mais famosa obra, publicada em 1902. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha analisa a Guerra de Canudos e desta obra nasce a interpretação dualista litoral/sertão, que se inaugura no pensamento sociológico brasileiro. Neide GONDIM (1994:222) vê em *Os Sertões* a “estruturação do tipo nordestino levado a efeito por Euclides da Cunha.” Em sua obra sobre a Amazônia pode-se ver a continuidade da estruturação desse tipo — já que trata, inclusive, da ocupação da Amazônia pelos nordestinos durante a fase áurea da produção de borracha naquela região.

Walnice GALVÃO (1984) aponta a importância da formação de Euclides da Cunha, ligada à Escola Militar, na compreensão de sua obra. Euclides fazia parte da elite intelectual do Brasil que acreditava na República como condutora de uma sociedade democrática, e assim procurou influir no debate político, como republicano ativista e militar. Mas o novo pacto republicano o excluiu, assim como a outros “indesejáveis”. Ele ansiava por algum poder, mas sendo alijado dele, restou-lhe o prestígio advindo da intelectualidade, como a nomeação para a Academia Brasileira de Letras e a participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ainda assim, “o confinamento prosseguiu, [...], fazendo do republicano mais um militar estrategista do que um político” (CONCEIÇÃO, 1996:125).

Euclides chega à Amazônia como chefe da comissão de reconhecimento do Alto Purus, designada pelo Ministério das Relações Exteriores. Pelos seus escritos sobre a Amazônia nota-se que, em sua primeira tomada, a natureza o impressionou muito. Vários autores apontam este elemento presente em seus textos, ao mesmo tempo em que ressaltam que o cabedal teórico que ele tinha à disposição para interpretar este “mundo” não lhe era suficiente, não era adequado. Frente a isso, ele teria optado por explicar a Amazônia ou recorrendo à descrição imagética, na visão de Lourival BARROS (1992), ou através de um ponto de vista determinista, como considera Neide GONDIM (1994). Na busca de uma explicação para o tipo de análise feita por Euclides da Cunha, alguns autores fazem reduções simplistas. Uns acusam-no de determinista; outros redimem-no desta acusação, tentando justificá-la. Os autores concordam que há grandes contradições em seu pensamento. Lourival BARROS (1992) vê da seguinte forma a saída encontrada por Euclides da Cunha, frente à sua insuficiência teórica, para explicação da Amazônia:

“Do impasse assim criado — inadequação do instrumental positivista e um imperioso desejo de escritura — Euclides tira seu trunfo maior: um discurso imagético, barroquizante em sua estrutura, que finda por captar muito da complexidade de seu objeto no modo como o relata” (BARROS, 1992:45).

Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996:123-4) acredita que, “contemporâneo das idéias da prevalência do meio sobre o homem, da possibilidade ou não de vida socialmente desenvolvida, no clima tropical, do positivismo comteano, e da geopolítica nascente”, Euclides da Cunha, embora contestando estas idéias, estaria sempre referido a elas. Na visão da autora, Euclides não aceita o determinismo geográfico e acredita na ciência e na tecnologia como capazes de oferecer solução para os problemas da Amazônia.

Neide GONDIM (1994:223) também vê contradições entre o pensamento teórico de Euclides da Cunha e a realidade com a qual ele se depara. Para esta autora,

“[...] o empecilho que surge na análise de Euclides da Cunha não se refere tão-somente ao ponto de vista do determinismo físico, mas sobretudo porque aquela outra parte desconhecida do Brasil não se coadunava com a visão que preponderava, naquele momento, de nação moderna, que tinha como componente étnico o negro, ator de um processo que dificultava a emergência do conceito de nacionalidade.”

Falando ainda com relação a *Os Sertões*, Neide GONDIM (1994:223) acredita que, se “sincretismo *versus* modernidade eram conceitos incompatíveis”, Euclides encontrou a solução na síntese, ou seja, na miscigenação. Nesta solução, encaixar-se-ia muito bem o tipo de brasileiro moldado pela aspereza dos sertões e resolveria um impasse racial. E, em sua visita à Amazônia, Euclides iria além do resgate do homem miscigenado: pensaria em sua inserção como “ator no processo de emergência do caráter nacional” (GONDIM, 1994:223). Mas essa autora simplifica a visão de Euclides da Cunha, acusando-o de determinista:

“Semelhante aos outros cientistas que visitaram a região, Euclides visita o Amazonas com uma hipótese de Brasil, desmente a visão idealizada do rio

Amazonas, critica os mistificadores e depois, paradoxalmente, engrossa as fileiras daqueles que encararam o local sob uma ótica romântica. O idealismo é minimizado pelo determinismo geográfico quando trata do homem e pela visão evolucionista ao descrever a natureza” (GONDIM, 1994:224).

Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996) avança e redime-o desse rótulo, mas consideramos que Walnice GALVÃO (1984), sem simplificar, explica melhor algumas das contradições do pensamento euclidiano:

“Com esta obra [*Os Sertões*] de enorme fôlego e ambição, Euclides viu-se obrigado a manejar uma teoria da história e a explicitar por tentativas um quadro teórico que lhe permitisse a compreensão dos recentes acontecimentos. Duas linhas principais são visíveis, embora teoria e quadro teórico se mostrem, tanto nesse como nos trabalhos subseqüentes, confusos e mesmo contraditórios.”

A primeira linha é nitidamente determinista, vinda da Inglaterra com Buckle e da França com Taine, ambos autores de extraordinária influência no Brasil da passagem do século. É bem sabido que o esquema de montagem do livro obedece aos ditames analíticos de raça, meio e momento. Concorrem para essa linha, menos claramente históricos e extrapolados das ciências naturais ou exatas para os fenômenos sociais, o evolucionismo spenceriano, o darwinismo racial e o positivismo de Comte e de Littré como atitude científica ante o material a ser estudado.

A segunda linha vem da visão dos heróis segundo Carlyle, justificados por este autor enquanto encarnações do espírito divino que levam a história avante: o que se acomoda mal com o ideário positivista, anticlerical e até anti-religioso de Euclides” (GALVÃO, 1984:36).

A despeito deste quadro teórico de referência de que dispunha Euclides — e que todos os autores consultados concordam que, além de não ser suficiente para as explicações que ele almejava, ainda levava-o a produzir conceitos contraditórios —, *Os Sertões* é “um livro precursor, posto na raiz do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras nos anos 30 e 40” (GALVÃO, 1984:36).

Porém, se o mesmo referencial teórico é utilizado em sua análise da Amazônia, da mesma forma ele produzirá teses equivocadas sobre essa região.

À parte todas as polêmicas sobre a visão de Euclides da Cunha, é possível concordar com Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996) quando aponta a superação, que o autor inaugura, daquela visão da Amazônia, predominante até então, passada pelos viajantes. Outros já haviam incluído o homem em suas observações, mas Euclides da Cunha está preocupado com uma “solução” que contemple a inserção deste homem — e desta natureza — no cenário nacional.

Na Amazônia, Euclides reencontrará o nordestino e reafirmará a bravura deste brasileiro. Como no texto “Judas-Ahsverus”, de *À margem da história*, em que descreve o ritual de malhação do Judas num sábado de Aleluia, entre alguns seringueiros:

“[...] o Redentor universal não os redimiui; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário [...]

Mas não se rebelam, ou blasfemam. O seringueiro rude, ao revés do italiano artista, não abusa da bondade de seu deus desmanchando-se em convícios. É mais forte; é mais digno” (CUNHA, 1975:75-6).

Mas, na Amazônia, há mais um elemento a ser inserido neste projeto de integração nacional almejado por Euclides da Cunha: o “caboclo”³¹. E, se na explicação através da miscigenação encaixara-se bem o tipo nordestino, também acomodar-se-ia este outro.

Alberto Rangel é contemporâneo de Euclides da Cunha, e, como este, engenheiro formado pela Escola Militar. Ambos fizeram as mesmas leituras sobre a Amazônia; os naturalistas são citados em ambas as obras. O prefácio de *Inferno Verde*, de Rangel, é assinado por Euclides da Cunha. Assim, não é estranho que as idéias de ambos sobre a região tenham muitos pontos de convergência.

³¹ Uma definição de “caboclo” é encontrada em Darcy Ribeiro:

“Ao longo de cinco séculos surgiu e se multiplicou uma vasta população de gentes destribilizadas, deculturadas e mestiçadas, que é o fruto e a vítima principal da invasão européia. [...] No curso de um processo de transfiguração étnica eles se converteram em índios genéricos, sem língua nem cultura próprias, e sem identidade cultural específica. A eles se juntaram, mais tarde, grandes massas de mestiços, gestados por brancos em mulheres indígenas, que também não sendo índios nem chegando a serem europeus, e falando o tupi, se dissolveram na condição de caboclo.” (RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo, SP: Cia. Das Letras, 1995, p. 317).

Embora a discussão sobre o termo caboclo seja bastante mais ampla, não será tratada aqui. Para aprofundamento dessa questão, recomenda-se a leitura da tese de Deborah LIMA-AYRES (1992) .

Mas Alberto Rangel, escrevendo uma obra de ficção, diferentemente de Euclides da Cunha, é capaz de contemplar vários dos discursos existentes sobre a Amazônia naquele momento. A formação ideológica da qual faziam parte ambos os autores não dava a explicação para a região que eles conheceram. Entram em choque duas visões de mundo. O discurso de Euclides da Cunha não dá conta de conciliá-las. Alberto Rangel, optando pela narrativa ficcional, apresenta vários dos discursos existentes naquela formação social sem a pretensão de conciliá-los. Em alguns trechos, combina o discurso científico com o ficcional, construindo a paisagem amazônica.

Nos textos de Alberto Rangel sobre a Amazônia está presente a preocupação com o papel do “caboclo” no cenário nacional, mesma preocupação de Euclides com relação ao sertanejo.

Inferno Verde resgata, entre outros tipos, o ribeirinho e o colono, migrante do nordeste como o seringueiro. A preocupação com a relação homem/meio é marcante; a floresta é mais que um cenário, é uma personagem de seus contos. Assim como Euclides da Cunha, Alberto Rangel também é leitor dos naturalistas do século XIX, porém não partilha da visão edênica deles a respeito da floresta amazônica; a mata de Alberto Rangel tem, como recursos para obstaculizar a ação do homem, sua umidade, sua fauna, seu emaranhado de galhos e cipós...

Numa conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre “A Bacia do Mar Doce”³², pode ser notado o papel de tais elementos em sua percepção:

“Referimo-nos ao prodígio da mata grossa; ela domina e colabora na humidade reinante, que serve para aumentar a sensação do calor e precepitar as chuvas do capítulo VII do Genesis, oferecendo aos habitantes resistencias multiplas de vida e diateses inevitaveis de morte. Realmente nessa região nem tudo é benigno e aproveitavel. [...] Porque a sua agressão de palissadas verdejantes não é tão passiva, como se poderia supor á primeira vista, mas ativa-se com a legião volante de animais e de animalculos a seu serviço” (RANGEL, 1934:144).

Uma perspectiva da floresta bem parecida com essa prevalece no primeiro conto de *Inferno Verde*, “O Tapará”. Aqui, a personagem principal é o lago. Sempre na perspectiva do narrador, atravessa-se a floresta, “aspera e verdolenga”, de vegetação espessa, até chegar ao lago; nem a primeira vista do lago, que se encontra numa clareira iluminada, em contraste com a umidade e a

³² Infelizmente a fonte consultada não fornece a data de realização dessa conferência; a única referência é o ano de publicação: 1934.

escuridão da floresta, sobrepõe-se à visão pessimista do narrador. Se, por um instante, o lago chega a lembrar o Éden dos primeiros viajantes e naturalistas, em seguida seu aspecto está muito mais próximo do continente imaturo de Buffon:

“Esse lago dá a idéia do Asphaltite, mal grado o verdejar das margens e o fundo descoberto, atapetado de relva e populoso de uma fauna de estampa de Paraíso.[...]

Quando o rio deixou, sugado pelo verão, esse resto d’água gosmenta de tallophytas, deixou também mal afogado, entre as ribanceiras, todo um catalogo de ichtyologia. E porque, cada dia a mais, Novembro afóra, o liquido diminue, a sua população se amontôa. Dá-se, então, este facto hediondo: — o lago apodrece.”

[...]

Todo o horror d’esse lago então apparece. [...] O lago parece abafar a alegria de toda a criação. Pastoso, putrido, mephítico, é capaz de dar á consciencia do observador um reviramento de loucura. O acreditar que alguém ahi viva e d’essa podridão guarde esperanças risonhas de fortuna e conforto, é disparar a razão na vertigem da insania” (RANGEL, 1927:38-9).

Mas ao narrador não surpreende que ali mesmo, e vivendo desta forma que ele consideraria insana, existam pessoas às quais essas aparências não impressionam pois “desde quando meninos o lago lhes é familiar e amigo” (RANGEL, 1927:42).

Há várias passagens nestes contos em que perpassa uma convivência pacífica do homem com a natureza; porém, se em alguns momentos essa convivência aponta para uma capacidade de adaptação do homem amazônico às condições naturais, uma sabedoria do nativo na lida com a natureza, em outros fica clara a subjugação do homem às condições impostas pelo meio:

“A floresta, afogada na cheia, é mais própria ao nativo. No diluvio amazonico o homem trocava bem os seus pulmões por guelras. Tudo lhe é acessível quando nagua. A solidão do centro, quando a rêde gangliforme dos lagos se liga á rêde das correntes, não tem segredos.

O caboclo vara, some-se numa segurança de caminhoneiro por vias topographadas, e vae até onde o tino tranquillo lhe indica o facil pescado. Assim, só para elle não ha mysterio nesse sertão.

Mas também, com o termo da enchente, o homem está ilhado, ou peor, emparedado. Baixando a agua, baixa-lhe a capacidade de andejo. Não pode fluctuar mais, e é como o tronco que de bubuia, e, afinal, pesando por encharcado, desce ao fundo do rio para apodrecer” (RANGEL, 1927:29-30).

A polifonia discursiva pode ser percebida ao longo de todo o livro de Alberto Rangel. Está presente a voz do forasteiro, mas também a do nativo. Percebem-se vários discursos sobre a floresta, ora enunciados através do próprio narrador, ora através da voz da própria floresta, ao olhar o narrador.

A primeira edição de *Inferno Verde* (italiana) é de 1904, portanto ainda no período áureo da borracha na Amazônia. Assim, nordestinos e “caboclos” estão convivendo na Amazônia, mas Rangel aponta para uma relação conflituosa. Esse conflito é colocado a partir da perspectiva do nativo, que refletindo sobre a não ocorrência de seringueiras de “leite elástico” no Tapará, concluiria:

“O caboclo reflectirá que será melhor assim, talvez. A onda immigratoria, esses ‘cearences’, como elle se exprime, abraçando-a num termo generico, em vago resaibo de desprezo e despeito, chofraria em praga, invadindo a floresta ... [...]

Mal sabe o caboclo que, na avidez da sociedade nova acampada no Amazonas, elle, com seu character reservado, onde paira certa tristeza de exilado na propria patria, é um moderador feliz e inabalavel. Quando alli se accomette com desbrio e cobiça na batalha da vida, a resistencia do elemento tapuio ou mameluco, pescador, em fim de contas não será um freio á desordem seringueira, mas limita o conflicto” (RANGEL, 1927:45-6).

Percebe-se a valorização do nativo: é ele o elemento moderador, o que limita o conflito. O ribeirinho, abrigado em torno dos lagos, consegue afastar-se da corrupção representada pela força do comércio da borracha. Assim, o nativo da Amazônia é colocado como elemento fundamental na

construção do tipo brasileiro. Se em *Os Sertões* Euclides da Cunha leva a efeito a estruturação do tipo nordestino, como aponta Neide GONDIM (1994), pode-se ver em Rangel um esboço da estruturação do tipo “caboclo”.

Alberto Rangel, assim como Euclides da Cunha, aposta na miscigenação como fator de constituição da nacionalidade brasileira. Se nesta fusão o nordestino entra com a bravura, o homem amazônico entraria, então, com a tranqüilidade e sensatez:

“E no sangue, que hade lavar, um dia, as veias do brasileiro ethnico normal, o sangue do pária tapuio terá o seu coefficiente molecular de mistura ao sangue de tantos povos, argamassado num só corpo [...]: aparelho e residuo de transformação consummada, onde com o mameluco, o carafuz e o mulato e esse indo-europeu, que preponderar na immigração, ter-se-ha tornado o brasileiro typo definitivo de equilibrio ethnologico. Deixará de ser, afinal, o que tem sido: um desfallecido meio para o transito tranfusivo de raças” (RANGEL, 1927:47-8).

No capítulo que encerra o livro e dá-lhe nome, as impressões sobre a floresta e os rios amazônicos não são diferentes. Porém, aqui, o olhar é o da personagem principal, não mais do narrador; e prevalece com maior ênfase a visão pessimista. Souto, a principal personagem do conto, é um engenheiro que chega ao alto Juruá, partindo do sul do país, contratado para executar um levantamento topográfico. Lá chega “desterrado para a lucta, na delirante vida de explorar um sertão” (RANGEL, 1927:243). Em sua viagem pelo rio a paisagem parece-lhe monótona:

“Uma madrugada, em diluculo de nevoas, que era como a fumaça de toda a mattaria que ardesse, fizera-se pausa para que dissipados os fumos da humidade se entrasse no Juruá. Este parodiava o outro rio. A mesma monotonia no fugente verde e esfuminhado. Só mais estreito e esbordado. E, como era Março, a cheia, em pleno, dava á paizagem um aspecto aguacento de diluvio” (RANGEL, 1927:246).

No decorrer do percurso, vai aumentando a sensação de angústia e sufocamento que a floresta, os rios, os insetos, tudo ao redor causa à personagem. A doença contraída no transcurso e contra a qual o engenheiro desiste de lutar nas cabeceiras do rio, longe de qualquer “civilização”,

apenas contribui para reforçar ainda mais tais sensações. Os insetos e a sensação de desconforto causada por eles são citados várias vezes neste conto³³, além do calor, da umidade e do emaranhado de galhos e cipós, que atrapalham a penetração através dos igarapés.

O desespero do engenheiro sulista, que vai crescendo no decorrer do conto, tem como contraponto a tranqüilidade dos nativos. Embora o autor refira-se pouco ao “caboclo” e aos cearenses que acompanham o engenheiro, pois a viagem é contada a partir da ótica deste último, nas poucas vezes em que são citados a sensação que transmitem é de tranqüilidade, talvez mesmo resignação:

“O Chico Brabo, espichado na maqueira, entoava repisando uma cantiga nagôa”
(RANGEL, 1927:255).

Em outra ocasião, um queixada é caçado por um dos homens e todos comemoram o jantar em vista. Aqui, diferentemente do primeiro conto, não transparece o conflito entre nordestinos e nativos. Tanto o “caboclo” quanto os cearenses enfrentam bem a viagem e parecem não se importar com as dificuldades. O conflito, neste conto, é entre o alóctone e a natureza. Em alguns pontos do livro, aliás, Rangel coloca as agruras sofridas pelos que chegam de fora como castigos pela ambição que os trouxera — trata-se do mesmo julgamento contido em alguns textos de Euclides da Cunha. A floresta parece ser personificada e vinga-se dos forasteiros que a procuram visando apenas o lucro.

Um dia, Souto é vencido pela febre. Após um desmaio, decide retornar. Mas, numa parada do caminho, durante um breve afastamento do “caboclo” que o acompanhava na descida do rio, Souto é acometido por um delírio de febre, e debatendo-se em meio a um roseiral que, desvairadamente, destruía com as mãos, morre, maldizendo seu algoz:

“— Inferno!... Inferno...verde!” (RANGEL, 1927:279).

³³ Neide Gondim também chama a atenção para este elemento tão presente nos relatos sobre a Amazônia. Segundo ela, “difícilmente se encontrará um relato de um viajante sobre o Amazonas que não mostre o paraíso transformado em inferno pela ação dos mosquitos.” (GONDIM, 1994:99). Para Alberto Rangel, não apenas os mosquitos, mas também a vegetação, a umidade e o calor, contribuem para a transformação da floresta em inferno. De qualquer forma, realmente é aos insetos que o autor mais freqüentemente recorre para transmitir ao leitor a sensação de tormento causada pela presença na mata.

E, no discurso final do narrador, dito através da floresta definitivamente personificada, como resposta à acusação do engenheiro, estão resumidos os principais elementos do discurso de Alberto Rangel: a convivência harmoniosa entre o autóctone e o meio; a hostilidade da natureza frente à ambição desenfreada dos exploradores; a crença na obra civilizatória, desde que empreendida por homens inteligentes. E fica claro que a floresta apenas constitui-se em “inferno verde” para forasteiros que saqueiam a mata, e vêem-na apenas em comparação com seus lugares de origem, sempre tão diferentes:

“Mas essa terra que, matando o aventureiro, o estemmava de rosas, poderia no entanto responder: ‘Perdôo-te e compreendo o estigma que me lanças. Fui um paraíso. Para a raça incola nenhuma patria melhor, mais farta e benfazeja. Por mim as tribus erravam, no sublime desabafo dos instintos de conservação, livres nas marnotas pelas bacias fluviais afóra. Ainda hoje, o caboclo, sobra viril e desvalida nos destroços da invasão, vive renunciado e silencioso, adorando-me e bemdizendo: — seu repouso edenico, sua plaga abençoada, seu recanto pacífico, na herança fetichica e venerativa dos povos autochtones de onde proveio. Deante os insucessos da avidez do ‘branco’ o nativo murmurará: ‘Contudo aqui se soffre, mas ainda se aguenta ...’ Si não paraíso, ser-lhe-ei um purgatorio, no qual elle expia conformado a sua impotencia [...], na luta com as fatalidades sociais que o esmagarão completamente. Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vandalo inquieto, com a imagem amada das terras d’onde veio carinhosamente resguardada na alma anciada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto á violencia dos estupradores... Mas, emfim, o inferno verde, se é a gehenna de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra promettida ás raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, intelligencia e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização [...] Tanta lagrima e tanto soffrimento são o apanagio do passageiro tempo, que antecede ás victorias...” (RANGEL, 1927:280-2).

Maria de Jesus SALGADO (1979:1) atribui a criação da expressão “inferno verde” a Alberto Rangel, mas em sua interpretação a expressão “supõe que a Amazônia oferece dificuldades intransponíveis à ação do homem, e, portanto, deve ser mantida como está.” É provável que o autor

da expressão realmente visse na floresta um grande obstáculo para a ação do homem, mas ele diferenciava autóctones e invasores na relação com a floresta. Além disso, no trecho acima fica clara sua crença na superação dessa condição, através de uma obra de civilização, a ser empreendida por “raças superiores, inteligentes e providas de dinheiro.”

Assim, a imagem de Amazônia como inferno verde pode ter servido de justificativa à sua exploração devastadora. Essa imagem não remete à paisagem edênica da maioria dos naturalistas do século XIX, pelo contrário, transforma a floresta num inimigo a ser vencido. E desta forma ela passou a ser encarada, principalmente a partir da década de 50 do século XX.

Carlos Rocque (19?), confirma a associação da expressão “inferno verde” com a floresta amazônica, e atribui ao livro de Alberto Rangel a origem dela:

“Fazendo ficção sobre uma região cheia de fascínio e mistério, Rangel obteve grande êxito. E o nome de seu livro serviu para designar — até hoje — a Amazônia” (ROCQUE, 19?:18).

Interdiscurso e representações sobre Amazônia

Algumas das expressões que estiveram tão ligadas ao Novo Mundo como um todo, permanecem ainda como estereótipos da Amazônia. Perdeu-se a origem de expressões como “Eldorado” e “Paraíso”, mas elas continuam ligadas à região.³⁴ Ocorre o esmaecimento ou a ressurreição de algumas delas em função de interesses relacionados à região que estejam em destaque numa determinada época. Falou-se, aqui, da uniformidade da paisagem, que acaba estando também ligada à idéia de vazio demográfico. Lembrou-se do Eldorado, que freqüentemente está ligado a atividades econômicas, principalmente extrativistas minerais, particularmente o garimpo. E também foi citada a noção de paraíso que, se muitas vezes, no decorrer da história, esteve associada à idéia de inferno, neste momento está bastante desvinculada disto e ligada, principalmente, a um discurso ambientalista, de paraíso ecológico, muito apropriado, por sua vez, à atividade turística.

³⁴ A expressão “paraíso”, principalmente, aparece ligada não apenas à Amazônia, mas a qualquer região que guarde características de “natureza intocada”.

Apenas para citar alguns exemplos: a Revista *Nosso Pará* publicou uma reportagem sobre turismo no estado do Pará intitulada “O paraíso que o mundo desconhece”³⁵ e a Revista *Veja*, em 1987, uma reportagem sobre o rio Araguaia, em cuja capa lia-se “Araguaia. O paraíso no coração do Brasil.”³⁶ Esta noção de paraíso, aliás, vem sendo utilizada com referência à região com um vínculo bastante freqüente com o turismo. Outra reportagem, publicada no jornal *O Liberal* em 1997, tem como título “Amapá alimenta falso Eldorado”³⁷, referindo-se à área de livre comércio deste estado. A expressão “Eldorado” freqüentemente está vinculada a atividades econômicas, como esteve, no Brasil, principalmente nas décadas de 1960 e 70.

No Brasil, durante o período que vai da década de 1950 até meados da década de 1970, prevalece o discurso do progresso, que se aplica também à Amazônia. É a fase de abertura de estradas e implantação dos chamados grandes projetos na região, como Jari, Carajás, etc. O discurso em relação à Amazônia que começa a se destacar na década de 1980 é o que prevalece ainda hoje, o discurso preservacionista. É um discurso que se constrói basicamente em oposição ao discurso anterior.

Houve também outras concepções diretamente ligadas à Amazônia, as quais seria interessante retomar, desde o seu surgimento até o seu esmaecimento e ressurgimento. Por exemplo, as noções de celeiro e pulmão do mundo. Esta primeira é bastante utilizada pela propaganda desenvolvimentista do governo brasileiro, principalmente a partir da década de 1960, mas já era citada desde o século XIX por viajantes, como Humboldt e Wallace³⁸, que já viam nas terras que sustentavam uma mata tão exuberante a certeza de excelentes condições para a agricultura. Com a falácia desta hipótese, confirmada por estudos que demonstravam a infertilidade do solo amazônico³⁹, a idéia foi esquecida. Mas seu ressurgimento deu-se não mais vinculado ao *slogan* “celeiro do mundo”, porém associada ao conceito de reserva de biodiversidade. Esta idéia vai ao encontro do discurso ambientalista, assim como a concepção de pulmão do mundo, que embora

³⁵ Revista *Nosso Pará* nº 3. Belém, Agência Ver Editora, s/d. pp. 142-8.

³⁶ Revista *Veja*. São Paulo, Abril, 05 de agosto de 1987.

³⁷ Jornal *O Liberal*. Belém, PA, domingo, 25 de maio de 1997. p.5.

³⁸ A expressão “celeiro do mundo” é atribuída a Humboldt, que a teria criado em sua expedição científica à América do Sul em 1800. Sua viagem não penetrou a Amazônia lusitana por interdição da Coroa. Wallace vê a floresta amazônica com o mesmo otimismo de Humboldt:

“E quantas vantagens não se advinham numa terra não é preciso interromper as atividades agrícolas durante o inverno, podendo-se, pelo contrário, plantar e colher e criar, seja o que for, durante todo o ano!

[...]

Quando fico pensando no quanto é fácil transformar esta floresta virgem em verdejantes campinas e produtivas plantações, exigindo-se para tanto uma concentração mínima de trabalhos e esforços, dá até vontade de reunir meia dúzia de amigos entusiasmados e diligentes e vir para cá.” (WALLACE, 1979: 60 e 208).

³⁹ Embora existam vários tipos de solos na Amazônia, inclusive manchas de solos férteis, de acordo com SIOLI (1985), predomina na região um dos solos mais pobres e lixiviados da Terra.

esquecida por algum tempo, reapareceu nos últimos anos com a conotação de filtro do ar atmosférico⁴⁰. Estas associações com a floresta amazônica também permeiam o imaginário das pessoas sobre a Amazônia, como será visto mais adiante.

Falando sobre o discurso da história, Maria Aparecida BACCEGA (1995:67) cita Febvre, autor segundo o qual “o discurso da história seria o resultado de todos os discursos.” Mas é sabido que a voz dos vencidos dificilmente aparece no discurso da história, não apenas por uma “opção ideológica” dos que escrevem a história, mas pela dificuldade na recuperação dos discursos daqueles. Fica registrada a visão de mundo da classe dominante. O mesmo acontece com relação à Amazônia. A forma como a região é vista hoje é resultado dos discursos que chegaram até nós, e prepondera, obviamente, a visão de mundo do colonizador, do alóctone, e não do nativo. Sequer essas duas vozes estão em equilíbrio nos discursos que se faz hoje sobre Amazônia. Por isso a grande quantidade de estereótipos ligados à região: vazio demográfico, floresta, rios caudalosos — representações ligadas à sua fisiografia —, bem como a indolência dos nativos. Estes estereótipos são reproduzidos amplamente porque é desta forma que o alóctone, aquele cujo discurso sobre a região predominou — e continua predominando — vê a Amazônia. Nota-se que a origem da maioria das imagens que povoam o imaginário brasileiro sobre Amazônia podem ser encontradas em vários dos autores resgatados neste capítulo.

Analisar todos os cronistas aqui citados, além de Euclides da Cunha e Alberto Rangel, através da análise de discurso, não seria possível. Para isso, seria necessário, além de um profundo conhecimento de todo o período abrangido por estes autores (mais de quatro séculos), um trabalho exaustivo. Este capítulo procurou demonstrar o interdiscurso, a intertextualidade presente nos autores estudados para tentar montar uma das representações forjadas sobre a Amazônia.

⁴⁰ Sobre essa discussão, ver o artigo de NOBRE, Carlos A. & NOBRE, Antonio D. O balanço de carbono da Amazônia Brasileira. *Revista de Estudos Avançados*. Vol.16, nº 45. São Paulo, SP: IEB/USP, maio/agosto de 2002.

Capítulo 3

Amazônia: uma região?

A palavra região é polissêmica. É usada cotidianamente com uma variada gama de sentidos e, mesmo nas ciências, pode ter significados distintos. Na Geografia, ela possui uma variedade de acepções e é um conceito muito discutido (GOMES, 1995:50).

Na linguagem cotidiana são comuns expressões como “a região mais pobre” ou “a região montanhosa” (LENCIONI, 1999). Outro sentido bem conhecido de região é o de unidade administrativa. Será demonstrado que ambos os sentidos estão relacionados à noção de Amazônia, esta segunda estando já também incorporada ao senso comum.

Seria interessante descobrir quando surge a idéia de Amazônia como região. Nos primeiros relatos de viajantes, que visitaram a área no século XVI, é mais comum a referência apenas ao Rio Amazonas, mas aparece também a denominação “bacia amazônica”. Será visto, mais adiante, que este é um dos recortes com que foi caracterizada a Amazônia, ou seja, como bacia fluvial do Rio Amazonas.

O termo *região* referindo-se à Amazônia aparece em “O país das Amazonas”, de 1899, do Barão de Santa-Anna Neri.⁴¹ Na introdução o autor explica: “Os dois estados do Pará e do Amazonas, que [...] juntamente, são freqüentemente designados sob o **novo** nome de Amazônia” e, mais adiante, chama a essa porção territorial de “região”: “adotamos um método de classificação que

⁴¹ A edição consultada, impressa em 1979, é uma reprodução da segunda edição (1899) do livro, cuja primeira impressão é de 1884.

abrange todas as informações colhidas por nós sobre a Natureza da região” (SANTA-ANNA NÉRI, 1979:30) (grifo meu).

Embora Maria de Fátima da Conceição (1996: 131) afirme que a expressão “Região Amazônica” surge, pela primeira vez, num mapa de 1946, de um estudo sobre a *Hevea brasiliensis* (nome científico da seringueira), percebe-se que o vocábulo “Amazônia” aparece desde, pelo menos, o final do século XIX, quando já era considerada uma região, independentemente da aceção desta terminologia na época. Também é interessante notar que, no final do século XIX, Santa-Anna Néri fala da palavra Amazônia como um termo *novo*. Mas a expressão “bacia amazônica” já era utilizada pelos viajantes dos séculos anteriores, como La Condamine. É muito provável que a Amazônia concebida como a bacia fluvial do Rio Amazonas seja a concepção mais antiga de *região amazônica*.

A delimitação de uma região sempre foi tarefa cara à Geografia. Mas sua configuração pressupõe a homogeneidade de determinados aspectos que as diferenciem de outras. Quais são os elementos selecionados para caracterizar uma região e distingui-la de outra? Certamente estes são critérios que, por mais que se pretendam objetivos, estão permeados por visões de mundo, por concepções subjetivas. Na visão de BOURDIEU (1996), essas concepções serão impostas ou não dependendo da autoridade e do reconhecimento que tenham aqueles de quem partiu a proposta.

A região, segundo BOURDIEU (1989), é uma “realidade” que depende profundamente do conhecimento e do reconhecimento, pois, antes de tudo, ela é *representação* (aspas e grifo do autor). Sendo representação, existiria um universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados, envolvidos em cada um dos usos do conceito de região.

Paulo PERIDES (1991:15) também considera fundamentais a questão ideológica e o momento histórico envolvidos na concepção de região:

“[...] o conceito de região em geografia, considerado como objeto cientificamente construído, pode apresentar diferentes significados e naturezas considerando-se os referenciais teórico-metodológicos utilizados; [...assim...] está carregado de intencionalidade ideológica, e deve ser interpretado em função das condições históricas em que foi elaborado [...]” (PERIDES, 1991:15).

Como afirma Antonio Carlos MORAES, formas espaciais são produtos históricos. Da mesma forma, regiões são conceitos, construídos socialmente e materializados no espaço.

“Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo” (MORAES, 1988:16).

Este capítulo procurará abordar algumas dessas idéias no que se refere à construção da noção de Amazônia brasileira. Serão tratadas as várias noções de Amazônia — desde Amazônia clássica até Amazônia Legal —, fazendo um resgate sobre a idéia de Amazônia presente nos planos governamentais de desenvolvimento e nos livros didáticos de Geografia, por meio do exemplo de Aroldo de Azevedo.

Planos governamentais e propostas de divisão regional: a Amazônia no discurso do Estado

As décadas de 1920 e 30 são marcadas por um intenso debate em torno de uma redivisão territorial do Brasil, ligada principalmente à procura do domínio político e econômico do país e à preocupação com a questão regionalista. Tais propostas, com finalidade didática ou de planejamento, eram também encaradas como uma forma de combater esse ideário.

Mas essas preocupações com a integração nacional só passarão a ocupar um papel importante a partir da Revolução de 30, passando a haver, no governo Getúlio Vargas, uma transformação profunda na organização e gestão do território brasileiro. Até então a república não tinha sido capaz de romper com o caráter colonial da economia, que continuava voltada para o mercado externo, caracterizando-se pela ausência de conexão entre as regiões. O Estado brasileiro será marcado, a partir de então, por uma política nacionalista, intervencionista e por um planejamento estatal embrionário.

“A linguagem usada para o estabelecimento dessa intervenção direta é a da técnica, da racionalização unida à racionalidade, e das fórmulas científicas como substitutas às fórmulas de cunho político, vistas como parciais e retrógradas” (CABREIRA, 1996:17).

Passam a ser encaradas como competência do Estado a integração e a unidade nacionais. Essa integração, no início, é, sobretudo, econômica, com o intuito de sedimentar um mercado interno ativo. Desta forma, cada região deveria contribuir com sua produção característica, dentro da idéia de “vocação regional”. Na concepção de Vargas, as diversidades regionais deveriam se complementar para o desenvolvimento da Nação Brasileira. Márcia CABREIRA (1996) e Hidelberto RIBEIRO (1993) concordam que é nesse período do Estado Novo que a integração da Amazônia passa a ter um novo significado diante da crescente internacionalização do capital.

Nessa conjuntura, e lembrando que a integração que se propunha então era baseada nas “vocações regionais” — a “vocação regional” da Amazônia, neste contexto, seria a extrativista — foram criadas instituições que visassem a coordenação da extração, armazenamento e circulação da borracha, além de infra-estrutura viária e de telecomunicações para viabilizar essas atividades.

Os grandes movimentos migratórios do período, representados pela “Marcha para o Oeste” e pela “Batalha da Borracha” estão associados não apenas ao alívio das tensões sociais, mas também ao projeto de construção de uma nação e uma identidade brasileiras. A ocupação dos “espaços vazios” do Brasil Central e da Amazônia teriam, segundo Márcia CABREIRA (1996:38), “a função estratégica de garantir uma homogeneidade do Brasil em termos étnicos, psicológicos e ideológicos.” Esse conteúdo político-ideológico da integração da Amazônia permanecerá muito forte até o período dos governos militares.

A Geografia passa a ter seu papel valorizado nesse período do Estado Novo, uma vez que o ensino da disciplina nas escolas, ao transmitir um núcleo básico de informações sobre o país, seria um instrumento para o aprofundamento de uma consciência nacional. Nos livros didáticos é freqüente o discurso da grandeza territorial e das enormes riquezas inexploradas no país.

As primeiras divisões regionais do Brasil realizadas por instituições governamentais datam da década de 1930, mas as divisões desta época tinham finalidades específicas. Apenas em 1941, foi feita uma divisão regional adotada oficialmente para ser utilizada pelos diferentes setores da gestão pública, definindo as cinco “grandes regiões” brasileiras. A região norte foi então definida pelo agrupamento dos estados do Amazonas e do Pará e pelo território do Acre, ou seja, tal como é

conhecida hoje — com exceção do estado do Tocantins, que passa a ser incluído na região norte a partir da sua criação⁴². Esta divisão foi complementada em 1945, incluindo os territórios criados em 1943 e definindo mais dois níveis regionais a partir da subdivisão das cinco grandes regiões. Interessa aqui abordar esse nível das grandes regiões, pois se trata de uma divisão do território brasileiro que foi bastante assimilada ao nível do senso comum.

A discussão sobre a divisão regional do Brasil está extremamente vinculada ao novo papel assumido pelo Estado, de integração da economia e do território nacionais, em face da expansão do capitalismo industrial no Brasil (OLIVEIRA, 1985; MAGNANO, 1989; PERIDES, 1991; CABREIRA, 1997), levando à necessidade de implantação de um estado nacional unificado.⁴³ Isso terá como conseqüências, entre outras, o estabelecimento de um sistema nacional de educação e de um sistema estatístico único, ambos vinculados ao papel do IBGE.

O papel assumido pelo Estado, a partir da década de 30, de conduzir a expansão do capitalismo industrial no Brasil, orientou a divisão regional oficial de 1945. Tal expansão teve como resultados, por um lado, a integração da economia e do território nacionais e, por outro, a centralização, pelo governo federal, do poder político-administrativo, pelo papel que passou a assumir na dinâmica da economia nacional e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos poderes locais e regionais.

As condições para uma crescente integração econômica do espaço brasileiro foram propiciadas pelo aumento do papel do Estado na economia nacional. Assim, foi necessária a implantação de um projeto de estado nacional unificado para o desenvolvimento capitalista no Brasil. A implantação deste projeto era um dos motivos do estabelecimento de uma divisão regional oficial, e não apenas uma melhor gestão dos serviços públicos, como alegava o discurso oficial (PERIDES, 1991:17).

Lia Osório MACHADO (1995:341) aponta Oliveira Viana como uma peça-chave no governo ditatorial de Getúlio Vargas. Uma das teses deste autor sobre o território e a população brasileiros foi de que o caminho para a unificação nacional estaria na criação de uma “organização política centralizada, a única capaz de mobilizar os meios materiais e ‘espirituais’ de articulação do território.”

⁴² O estado do Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989.

⁴³ O IBGE, que após sua criação tornou-se rapidamente o grande centro de estudos geográficos no Brasil, foi o responsável por fornecer as bases para a implantação do Estado Nacional, através do ordenamento do processo de coleta de informações estatísticas, sem as quais não seria possível racionalizar a modernização da máquina administrativa (ANDRADE, 1977:10-1).

Durante os anos 30, percebe-se o crescimento da importância da Geografia no Brasil, principalmente devido ao estímulo do governo federal⁴⁴. Uma das evidências disto foi a criação do Conselho Brasileiro de Geografia em 1937, transformado em Conselho Nacional de Geografia em 1938, que influenciou bastante no desenvolvimento da geografia brasileira, bem como na discussão sobre a primeira divisão regional oficial do Brasil. Em 1941, é publicado um artigo na Revista Brasileira de Geografia⁴⁵ que discute, entre outros temas, a proposta de se estabelecer uma divisão regional única para o Brasil. Este mesmo artigo mostrava a variedade de propostas existentes então e também a variedade de critérios utilizados pelos diferentes autores, explicando que isso se devia à falta de rigor científico quanto ao conceito de região. Paulo PERIDES (1991:17) vê nessa variedade de propostas outra explicação possível, qual seja, a ausência de um estado nacional integrado e a importância da vida regional que caracterizava o Brasil até o início do século XX.

A proposta de uma divisão regional única para o Brasil solucionaria, segundo o autor do artigo, o problema teórico do estabelecimento de uma metodologia científica que instituísse a “verdadeira” divisão geográfica — e que assim deveria ser adotada por todos os geógrafos — e, também, o problema prático da adoção de uma divisão regional única e oficial para todos os órgãos da administração pública.

O critério proposto para a divisão regional do Brasil era o das regiões naturais⁴⁶, que seria o suporte sobre o qual se desenvolviam as paisagens humanas, sendo, portanto, o critério cientificamente mais adequado. Paulo PERIDES (1991:18) demonstra o dualismo presente nesta proposta, mas afirma que eram “pressupostos metodológicos defendidos por toda uma corrente de pensamento geográfico dominante na época”. A opção por este tipo de região era justificada não apenas metodologicamente, mas também pelo fato da região natural ter uma existência concreta, que não possibilitaria discussão, além de ser estável, ao contrário da região humana, passível de sofrer constantes transformações, inclusive em seus limites.

O conceito de região “foi muito importante para os estudos feitos sobre o Brasil nesse período e, de certo modo, conveniente para o Estado autoritário” (CABREIRA, 1996:57). A base de dados do governo federal, que seria montada para subsidiar as políticas, teria um suporte regional.

⁴⁴ Foi também nessa década que a Geografia foi incluída nos currículos dos cursos superiores de Administração e Finanças e nos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. (ANDRADE, 1977:9)

⁴⁵ SOARES GUIMARÃES, Fábio de Macedo. Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano III, nº 2, Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1941.

⁴⁶ Na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foram recrutados sobretudo engenheiros civis para os trabalhos de Geografia, já que nesta época os formados em engenharia tinham direito ao título de “engenheiro geógrafo”. Soares Guimarães é um dos representantes dessa categoria de profissionais e sua proposta de divisão regional pautada pelas regiões naturais teria tido influência da sua formação técnica de engenheiro (ANDRADE, 1977:9-10).

Mas as informações fornecidas deveriam ser descritivas, sem questionamentos de ordem ideológica. “A concepção de Amazônia, neste contexto histórico, aponta para o resgate da noção de região natural, e ela é interpretada em função da delimitação de sua floresta” (CABREIRA, 1996:59).

O uso do conceito de região natural, além de atender bem às preocupações com levantamentos estatísticos e de planejamento, servia para lançar um novo modo de ver o espaço nacional, minimizando as disputas e divergências regionais. (CABREIRA, 1996:79) Iná de CASTRO (1994:164) acredita que o reconhecimento apenas das paisagens naturais na percepção das diferenças do território brasileiro implica também em reforçar o mito da unidade territorial como suporte da unidade política e da coesão social do nacionalismo, já que reconhecer outras diferenças poderia abalar esta crença.

Mas a utilização dessa divisão regional para fins práticos resultou na necessidade de se adaptar os limites das regiões naturais aos limites político-administrativos existentes. Esse ajuste, na verdade, acabou levando a duas divisões regionais: uma com finalidade didática, na qual os limites das regiões naturais foram adaptados aos limites das unidades político-administrativas estaduais, e outra para fins estatísticos, em que os limites regionais foram ajustados aos limites dos municípios. Em 1943, foi estabelecido o “Quadro Sistemático da Divisão Regional Brasileira”, sendo adotada pelo IBGE e órgãos públicos em geral, como a divisão regional oficial do Brasil.

Econômica e politicamente, a Amazônia sempre esteve mais articulada com os estados e países vizinhos. Nos dois governos Vargas a região passou a ser considerada área prioritária nos planos de desenvolvimento e integração nacionais.

Entre o final da década de 1920 e os anos 30 haviam proliferado propostas de redivisão territorial do Brasil, pautadas por diversos critérios⁴⁷. Na maioria das propostas, a região amazônica era retalhada em várias unidades menores com *status* de territórios, o que significaria a intervenção direta do governo federal na área. Mas, apenas em 1943, procede-se à criação de cinco territórios federais, três deles na Amazônia (Amapá, Guaporé e Rio Branco). A leitura que Márcia CABREIRA (1996:67) faz disto é que o governo federal estaria marcando seu domínio, pela possibilidade de intervenção direta nos territórios federais, sem, entretanto, entrar em choque com as oligarquias regionais.

⁴⁷ Para mais detalhes sobre estas propostas, ver CABREIRA, Márcia M. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira — um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia - FFLCH-USP. São Paulo, SP, 1996.

A idéia de estudar o Brasil dividido em regiões naturais já era defendida desde a década de 1910 por Delgado de Carvalho⁴⁸. Márcia CABREIRA (1996:99) afirma que foi de acordo com suas proposições que se elaborou a proposta de divisão regional do Brasil. Para este autor, “a região natural era a ‘base para a divisão geográfica racional’ do país que permitiria o estudo dos grupos humanos, compreendendo suas características locais. Segundo ele, as regiões naturais se caracterizavam pela topografia que apresentavam, por suas condições climáticas, pelas condições de vida e de trabalho que possuíam e pelos recursos que ofereciam”. Assim, a Amazônia foi definida a partir do recobrimento da floresta equatorial, sendo seus limites acomodados às divisões político-administrativas — sendo composta pelos estados do Amazonas e Pará e pelo território do Acre — e nomeada de Grande Região Norte.

O conjunto de medidas de Getúlio Vargas para a Amazônia, dentro da sua política de integração e articulação das regiões, fundamentou-se, a partir da ótica das “vocações regionais”, no estabelecimento de uma vocação extrativista para a Amazônia. A partir disso, as metas para o desenvolvimento da região foram elencadas: navegação e transportes, colônias agrícolas e “Batalha da Borracha”.

Do ponto de vista estratégico, a atuação na Amazônia estava também bastante ligada à ocupação do “imenso espaço despovoado”. A política de colonização desse período representa essa preocupação. Mas foi uma política que não obteve sucesso; o aumento da população da região, ao longo dos anos 40, é atribuído à migração nordestina incentivada pela “Campanha da Borracha”.

O fracasso das políticas de intervenção federal na Amazônia levou à preocupação, logo após a Segunda Guerra, de se estabelecer um programa mais amplo de apoio às atividades produtivas da região. Essa preocupação segue a tendência do planejamento regional no mundo, que só adquire expressão definida no pós Segunda Guerra, quando aumentaram as inquietações sobre o desenvolvimento econômico com base no espaço regional (PERIDES, 1994; EGLER, 1995). Este contexto dá margem para uma política intervencionista como um instrumento de atuação do Estado no combate às desigualdades regionais, tornando o papel deste cada vez mais decisivo na vida

⁴⁸ Segundo Paulo PERIDES (1991:20), o livro *Geografia do Brasil*, de 1913, de Delgado de Carvalho (1884-1980), foi o primeiro livro didático que não estudou o Brasil por estados (limites político-administrativos estaduais), mas por “regiões geográficas”. Este autor, diplomado em ciência política, é considerado o fundador da “geografia moderna”, segundo Lia Osório MACHADO (1995:321), devido à publicação, na década de 20, de uma série de trabalhos relacionados à disciplina. Para mais informações sobre ele, ver MACHADO, Lia Osório. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem.” In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo César e CORRÊA, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 309-353. e RIBEIRO, Luis Antonio de M. “Retrospecto histórico dos livros didáticos no século XX e sua relação com a evolução do pensamento geográfico e com a ação do estado.” In: *O estudo da população nos livros didáticos de geografia para a 5ª série de 1º grau*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia - FFLCH -USP. São Paulo, SP, 1987. pp. 52-83.

nacional. Um dos indicativos disto foi o estabelecimento, pela constituição de 1946, da destinação de 3% da receita tributária federal, durante 20 anos, para o financiamento de um programa de desenvolvimento regional para a Amazônia.

A Geografia participou dessas tendências de estabelecimento de ações intervencionistas do Estado, sendo influenciada pelas teorias econômicas de desenvolvimento regional. Nessas novas abordagens conceituais, um dos aspectos mais marcantes, segundo Paulo PERIDES (1994:98), é o vínculo estabelecido entre o conceito de região e o planejamento regional, ou seja, “as noções de divisão regional e de região passaram a ser fortemente concebidas em função de sua aplicabilidade às necessidades do planejamento.”

Em 1953, foi elaborado o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia” e criada uma superintendência — a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) — para definir e implementar este plano. Houve mais de seis anos de debates entre a promulgação da constituição e a implementação da lei que regulamentava o artigo sobre essa disposição. Quanto à jurisdição geográfica de aplicação da lei, o primeiro conceito adotado foi o da *Amazônia clássica*⁴⁹, mas, em 1966, essa área foi ampliada “a fim de adaptar-se melhor ao conceito econômico da Amazônia, em oposição ao outro, puramente geográfico” (MAHAR, 1978:16). Assim, deu-se a delimitação da Amazônia Legal:

“A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°.”⁵⁰

Os critérios para delimitação da Amazônia Legal são muito abstratos e arbitrários. Considerando-se toda a discussão — que já havia avançado bastante na época —, sobre o conceito de região em Geografia, pode-se dizer que seja mesmo um critério sem qualquer justificativa teórica. Um dos trabalhos mais completos sobre a discussão da delimitação da Amazônia foi publicado em

⁴⁹ A Amazônia clássica compunha-se dos estados do Pará e Amazonas e – naquele momento – dos territórios do Acre, Rio Branco (mais tarde denominado Roraima), Amapá e Guaporé (posteriormente Rondônia). (TOCANTINS, 1966:9)

⁵⁰ Artigo 2º do Capítulo I do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966).

1950, pelo INPA. Em “Amazônia: o conceito e a paisagem”⁵¹, Eidorfe MOREIRA⁵² (1958:9) afirma não ser fácil definir ou delimitar a Amazônia, “a começar pela plurivalência de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como uma província botânica, um conjunto político como um espaço econômico.” A partir disso o autor discute os vários “conceitos”, como ele chama, utilizados para se definir Amazônia. Os critérios discutidos são o hidrográfico, o fitogeográfico, o zoogeográfico, o político e o econômico. Segundo ele, o primeiro é o mais amplo e definido em termos geográficos, pois se refere à bacia fluvial do Rio Amazonas. Como província botânica, corresponderia à “floresta equatorial sul-americana”, ou a Hiléia de Humboldt. Do ponto de vista zoogeográfico, como existe uma natural correlação entre a flora e a fauna, a floresta representaria tanto um espaço botânico como faunístico, e o autor então elenca as características que definiriam a Amazônia como província zoogeográfica. Mesmo considerando-se estes primeiros parâmetros naturais de delimitação dessa região, o autor afirma que os limites da Amazônia continuam sendo imprecisos e convencionais, além de nem sempre haver coincidência entre a Amazônia hidrográfica e a Amazônia botânica e faunística.

Discorrendo sobre o que chama de conceito político, Eidorfe MOREIRA diz:

“Num sentido mais restrito e nacional, Amazônia designa uma das regiões naturais em que se divide o Brasil. Segundo a divisão corrente, já de há muito adotada para certos fins oficiais, essa região compreende a vasta zona equatorial do País que se individualizou geográficamente em torno do grande rio que a percorre e nomeia. Integram-na as unidades que compõem o quadro político do Setentrião brasileiro — razão porque também se chama Região Norte — e que têm nesse rio, ou nos seus afluentes, o seu nexó geográfico” (MOREIRA, 1958:33).

Dito de outra forma, segundo ele, politicamente, a Amazônia se definiria como uma região natural com limites adaptados aos estados da federação do Norte do Brasil, os quais se encontram na bacia do Rio Amazonas. O que o autor nomeia como Amazônia política refere-se à delimitação conhecida como Amazônia clássica. Eidorfe MOREIRA (1958:34) afirma que, embora essa região apresente um sentido de unidade mais definido do que qualquer outra, tanto física quanto

⁵¹ Texto editado em 1958, pelo INPA, com o título “Conceito de Amazônia”, e ampliado e reeditado em 1960, pela SPVEA.

⁵² Eidorfe Moreira foi um professor de geografia do ensino secundário, além de bacharel em Direito. É considerado um importante geógrafo paraense. Trabalhou no setor de divulgação da SPVEA desde a fundação desta, sendo autor de várias obras sobre Amazônia.

historicamente, a sua delimitação territorial “não se processou em termos geográficos e sim em função de uma acomodação política”, prevalecendo a integridade das unidades políticas dos estados na definição da região.

Finalmente, o autor passa a falar do “conceito econômico” — referindo-se à delimitação da Amazônia Legal — alegando que “a Amazônia interessa hoje em dia menos pelo que é no sentido geográfico do que pelo que significa ou promete economicamente falando” (MOREIRA, 1958:37). Os motivos de uma nova delimitação de Amazônia pela SPVEA, na ocasião de sua criação, segundo ele, estariam ligados a esses interesses econômicos, “uma vez que as considerações econômicas passaram a primar sobre as demais como base dessa conceituação”⁵³ (MOREIRA, 1958: 40). A nova delimitação foi apoiada no critério geodésico, que prevaleceu entre outros critérios propostos.⁵⁴ Eidorfe MOREIRA (1958:43) critica a adoção desse critério, afirmando que “Sob o ponto de vista geográfico, não foi certamente o mais acertado.” Classifica-o como precário e abstrato, além de ter inconvenientemente projetado os limites da Amazônia além das fronteiras naturais da bacia amazônica. E conclui dizendo que critérios como esse são aceitáveis quando se trata de divisões político-administrativas ou judiciárias, “mas nunca a uma região, que é uma entidade eminentemente geográfica e como tal insuscetível de limitações abstratas” (MOREIRA, 1958:44).

Fica clara a posição do autor, para quem a região geográfica deve ser conceituada a partir de elementos naturais. Esse foi o critério que pautou a maior parte das divisões adotadas oficialmente pelo Estado brasileiro, e difundida principalmente no ensino de geografia, como será visto mais adiante. Mas Eidorfe MOREIRA acerta ao chamar este critério de econômico, pois, mais do que os motivos políticos, esse foi o parâmetro que predominou na delimitação da Amazônia Legal, isto é, o de expandir ao máximo os limites da fronteira econômica para a penetração do capital.

Assim, se a divisão política desrespeitou a unidade fisiográfica para acomodá-la ao contorno dos estados, o que pode ser justificado pela finalidade de organização de dados estatísticos ou facilitação do ensino, a definição da Amazônia Legal desrespeitou tanto uma como outra, sendo de fato arbitrária e injustificável, a não ser pelos motivos de ordem econômica. Além disso, considerando-se apenas a parte da Amazônia que se encontra em território brasileiro, até então,

⁵³ Do ponto de vista econômico, a Amazônia é caracterizada por Eidorfe Moreira (1958) como: grandes possibilidades de presença de recursos naturais; economia preponderantemente extrativista; e deficiência de capitais e de recursos técnicos.

⁵⁴ Houve, na época da criação da SPVEA, uma discussão sobre que critérios deveriam apoiar a nova delimitação da Amazônia para as finalidades da lei. De todos os critérios propostos, três acabaram destacando-se: o geodésico, o fisiográfico e o botânico. O fisiográfico foi proposto pelo CNG (Conselho Nacional de Geografia), o botânico tinha sido adotado no projeto de lei que regulava o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o geodésico foi apresentado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo sido adotado com ligeiras alterações.

qualquer que fosse o critério adotado para sua delimitação a extensão da região não diferia grandemente, mas o conceito de Amazônia Legal corresponde a uma área um terço mais ampla que a da Amazônia clássica, cobrindo quase 60% do território nacional (ver FIGURA 1).

São também dessa época as iniciativas do governo Kubitschek (1956-1960) de promover a “interiorização do desenvolvimento brasileiro”, com a construção de Brasília e das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, que se constituíam nos dois principais eixos de ocupação da região nas décadas seguintes.

O primeiro plano da SPVEA para a Amazônia (I Plano Quinquenal – 1955-1960) teve um caráter espacial, segundo a Equipe PIMES (1978), sendo os investimentos setoriais alocados em um número relativamente restrito de “zonas de desenvolvimento prioritário”.

A década de 1960 teve início com uma grande euforia de expansão do modo de produção capitalista, pautada pela ideologia do desenvolvimentismo, tão propagada no Brasil no período dos governos militares pós-64. Em nome da segurança e do desenvolvimento foi que se implantou no Brasil, por exemplo, a agressiva política rodoviária estendida, principalmente, em direção à Amazônia. Atrelada à ideologia do desenvolvimento, estava a da segurança nacional, que serviu de justificativa para várias ações na Amazônia a partir de então (OLIVEIRA, 1988; BECKER, 1997).

Foi também o compromisso com esse “progresso” que levou à formação de escolas de pensamento, nas várias ciências sociais, que passaram a utilizar-se de métodos matemático-estatísticos para obscurecer as consequências negativas dessa opção pelo crescimento econômico não racionalizado. Na Geografia essa corrente ficou conhecida como Geografia Quantitativa, embora seus representantes a chamassem “Nova Geografia”. No IBGE encontraram-se grandes defensores desta escola, e esse órgão continuou, nesse período, a subsidiar e apoiar as políticas governamentais de desenvolvimento (ANDRADE, 1977:13; PERIDES, 1994:88).

FIGURA 1: Amazônia delimitada a partir de diferentes critérios

Quando foi decidida a realização de uma nova divisão regional do Brasil, nos anos 60, constatou-se — principalmente devido ao relacionamento que se estabeleceu, no Brasil, entre a região e o planejamento regional — que estabelecer uma única divisão regional para diferentes finalidades não seria suficiente. Assim, foram definidas três divisões regionais para o país: a primeira utilizou o critério de homogeneidade, resultando na divisão do Brasil em regiões homogêneas; a segunda estabeleceu a divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas e a terceira seria uma tentativa de combinar as duas anteriores, ou seja, uma combinação dos critérios de homogeneidade e de vida de relações⁵⁵, dando origem a um modelo regional para fins de planejamento e estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional. “Corresponderia às chamadas ‘regiões de planejamento’, que teria por objetivo definir áreas para a implementação de certos órgãos de desenvolvimento regional”⁵⁶ (PERIDES, 1994:89).

Paulo PERIDES (1994:90) reafirma que essas três divisões regionais, elaboradas novamente pelo IBGE, refletiam um processo de regionalização concebido em função de sua aplicação prática. Assim, essa instituição era conclamada não apenas a produzir estudos “neutros” sobre o território brasileiro, como a fornecer e justificar as divisões regionais que serviriam como base para as políticas territoriais por parte do governo.

Nessa divisão foram definidos dois níveis hierárquicos básicos: o das micro e macro-regiões homogêneas; as micro-regiões foram definidas para fins estatísticos e as macro representavam um referencial territorial para a administração pública, além de ter finalidades voltadas ao ensino.

A divisão regional em macro-regiões homogêneas é a que mais interessa neste trabalho, pois é a que está marcada na consciência de brasileiros, certamente por ter sido a divisão utilizada para o ensino de Geografia em todos estes anos. Aliás, este era um dos objetivos da divisão, segundo PERIDES (1994); fornecer quadros territoriais mais apropriados para o ensino de Geografia, além de servir para o agrupamento de dados estatísticos e mesmo para a regionalização da ação do governo.

Embora os critérios para definição das macro-regiões homogêneas não fossem mais os naturais, como na divisão de 1945, o resultado acabou sendo semelhante. Para Paulo PERIDES (1994:90), a nova divisão, baseada na combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos, não era muito diferente das antigas “regiões geográficas” de Vidal de La Blache.

⁵⁵ O critério de “vida de relações” seria baseado na delimitação das áreas de influência e hierarquia urbanas.

⁵⁶ O autor refere-se a órgãos como superintendências de desenvolvimento, órgãos de planejamento regional em áreas menores (Codevasp, Sedevasp) e projetos de desenvolvimento (Prodepan, Prodegrand, Prodepar).

Como é possível perceber, ambas as divisões regionais do Brasil, a de 1945 e a de 1968, têm um vínculo com o planejamento regional. Mas no caso da Amazônia esse planejamento será norteado principalmente pela delimitação da Amazônia Legal. Pode-se dizer que, a partir de 1966, passam a existir duas delimitações oficiais de Amazônia: a do IBGE⁵⁷ e a da SUDAM. Mais adiante será visto como essas diferentes nomenclaturas causam confusão na apreensão do conceito de Amazônia.

A criação da Amazônia Legal foi o primeiro passo para a ocupação da região fundamentada na doutrina de segurança militar e na expansão capitalista pós-64. Embora já existisse, em tese, garantia de recursos ao desenvolvimento da Amazônia, pela constituição de 1946, estes raramente chegaram ao seu destino. As dificuldades financeiras, além das administrativas e políticas da SPVEA, levaram à criação, em 1966, de um novo órgão de fomento regional, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

A fundação da SUDAM estava atrelada a um conjunto de políticas elaboradas para a região, conhecido como “Operação Amazônia”. Este plano dava ênfase a um incremento no papel da empresa privada na Amazônia e intensificava a utilização de incentivos fiscais para tal finalidade.

A intervenção federal na Amazônia neste período tinha objetivos econômicos e geopolíticos. Economicamente, promoveu-se a aplicação de um modelo pautado pela industrialização via substituição de importações. Esse modelo era o mesmo utilizado pela SUDENE e foi transferido para a Amazônia sem nenhum critério. (CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E CAVALCANTI *apud* EQUIPE PIMES, 1984:390-91) A preocupação geopolítica era fundamentalmente com a ocupação das áreas de fronteira.

Como o primeiro plano da SPVEA para a Amazônia, o I Plano Quinquenal da SUDAM (1967-1971) também selecionava áreas para concentração dos recursos, priorizando aquelas que apresentassem “as pré condições mínimas e os recursos naturais favoráveis a programas intensivos de desenvolvimento econômico” (EQUIPE PIMES, 1984:396). Para isso, foram identificados os principais “pólos” de crescimento na Amazônia Legal e os corredores que ligavam dois ou mais deles. Mais uma vez fica clara a importância das rodovias na ocupação da Amazônia Legal, já que dos quatro corredores definidos, três correspondiam a eixos rodoviários.

No Brasil, as políticas regionais tiveram grande influência das concepções de Perroux, conhecido através da sua concepção dos “pólos de crescimento”. Dessas concepções derivou uma

⁵⁷ Nos estudos regionais do IBGE, embora a Amazônia seja nomeada *região Norte* — uma das suas cinco macro-regiões — no decorrer dos textos é sempre utilizada a palavra “Amazônia” para referir-se a ela, transformando, assim, ambos os termos em sinônimos.

visão de que a questão regional passaria a ser um aspecto subordinado da questão nacional. No Brasil, a partir da crise de 1973, “a estratégia governamental se tornou mais seletiva, atuando não mais numa escala macro-regional e sim sub-regional, através da implantação de pólos de crescimento” (EGLER, 1995:214).

Foram elaborados, na década de 70, mais dois planos de Desenvolvimento para a Amazônia (I e II PDAMs), como desdobramento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs). Como no período dos governos Getúlio Vargas, os planos — embora norteados por diferentes princípios — continuam enfatizando a importância do desenvolvimento da Amazônia ligado ao desenvolvimento do país como um todo. Além disso, está muitas vezes presente nos planos a idéia de amenizar os conflitos sociais em outras partes do país — notadamente o Nordeste — através da migração para essa região. Esta estratégia, além de minimizar problemas em outras regiões, promoveria a ocupação dos “espaços vazios” na Amazônia.

Enquanto Getúlio Vargas incentivava o extrativismo, o período militar dá subsídios para a implantação de projetos concebidos sem a preocupação com a adaptabilidade deles à região.⁵⁸ Segundo Márcia CABREIRA (1996:24-5), porém, a preocupação com a Amazônia é semelhante no primeiro governo Vargas e no período militar pós-64. Segundo essa autora, a integração nacional seria necessária por significar “segurança nacional, alívio de tensões sociais, construção da nação brasileira e de uma identidade nacional e integração de um vasto espaço ao capital.”

Não serão discutidos aqui os subsídios à formação de capital na região e suas conseqüências, nem os resultados destes planos. Apenas cabe colocar que, embora o desenvolvimento do capital auxiliado pela ação do Estado tenha sido capaz de eliminar as “ilhas” de economias regionais, não propiciou a extinção da região (CARLEIAL, 1993:36-7).

É necessário enfatizar que todas as políticas federais para a região, desde o primeiro governo Vargas até os anos 70, reforçaram alguns estereótipos em relação à Amazônia, como o de que a região é um imenso espaço vazio à espera de colonizadores. Outra forte associação que também esses planos promoveram foi com a predominância das características naturais: o extrativismo num momento, a derrubada da floresta em nome do progresso e os grandes potenciais minerais em outro.

⁵⁸ Maria Regina SADER (1986:38) mostra o incentivo da SUDAM a empreendimentos pecuários, colocando a Amazônia como “o maior pasto do mundo.” Alguns autores, como Armando Dias MENDES (1997:80) e Tânia ARAÚJO (1993:88), questionam estes planos de desenvolvimento para a região, pautados pela demanda, ao invés de procurar-se mercados para os produtos que a região pode oferecer.

Os livros didáticos de Geografia e a representação da Amazônia

Nas três primeiras décadas do século XX dois aspectos, basicamente, caracterizavam os livros e a estruturação do ensino de geografia no Brasil: em primeiro lugar, havia uma carência de *status* da disciplina — uma vez que ela não fazia parte do currículo de nenhum curso superior — e, em segundo lugar, a permanência do seu modelo, ou seja, continuavam ainda a predominar, nos livros de geografia, as relações de topônimos e informações sobre os territórios (RIBEIRO, 1987).

A partir de 1913, a atuação de Delgado de Carvalho introduz um processo de renovação do livro didático de geografia brasileiro. Este autor

“[...] procura inserir a Geografia brasileira, pelo menos a que se forjava nos livros, nos rumos da Geografia francesa, adotando não só a terminologia como o método de abordagem que estavam consagrados naquele momento e, acima de tudo, revelando uma grande preocupação com a conceituação teórica” (RIBEIRO, 1987:58).

Em 1927, em seu *Geographia do Brasil*, ele assim apresenta o estudo da disciplina:

“O estudo da geographia do Brasil, que até aqui foi feito, teve por objetivo mostrar, no seu conjunto, como se distribuem pelas áreas do paiz as principais feições physiographicas [...]. O problema da geographia regional tem agora por fim uma revisão destas feições e destes fatores, não sob o ponto de vista das unidades administrativas ou Estados, mas sob o ponto de vista das unidades geographicas que existem no paiz” (CARVALHO *apud* RIBEIRO, 1987: 58-9).

Segundo Luiz Antonio RIBEIRO (1987:60-1), a partir de 1935, os livros didáticos de Delgado de Carvalho apresentam uma maior submissão aos programas oficiais e uma influência marcante da Geografia francesa, características que influenciarão todos os livros didáticos que se

sucedem a partir de então. Algumas particularidades, como a preocupação com “a veracidade científica do fato geográfico”, vão persistir até aproximadamente a década de 70.

Nas décadas de 1930 e 40, com o desenvolvimento do conhecimento geográfico — produzido em órgãos de pesquisa, como o IBGE, e nas instituições de nível superior —, além da própria expansão do ensino, há um importante avanço na produção de livros didáticos de Geografia.

Ao mesmo tempo em que a produção acadêmica vai se distanciando do ensino de Geografia no nível secundário, a importância do IBGE vai aumentando neste sentido⁵⁹. Nos anos 50, esta instituição produziu uma série de trabalhos, na forma de textos de apoio ao professor, que acabaram influenciando muitos autores de livros didáticos que surgem até a década de 70.

Dois autores são considerados exceções nesse distanciamento entre os dois níveis de ensino na Geografia: Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo. Este segundo, além disso, liderou o movimento de reformulação de textos e do ensino de Geografia no nível médio, a partir da década de 30. Superando a simples nomenclatura e fundamentando suas informações em pesquisas, os livros de Azevedo “rapidamente conquistaram o professorado, multiplicando-se as tiragens e as edições” (RIBEIRO, 1987: 65-6).

Os textos de Aroldo de Azevedo em nenhum momento entram em choque com os ideais do Estado Novo, mesmo com as exigências da Reforma Capanema⁶⁰, da década de 40 :

“Do mesmo modo que D. de Carvalho, A. de Azevedo apresenta uma Geografia em harmonia, onde os princípios que ele tanto enfatiza vão produzir um leque de interpretações marcadas por uma visão de mundo europocêntrica e ideologicamente comprometida com os interesses dos setores dominantes da sociedade capitalista. Assim, em nenhum momento os conflitos sociais são revelados” (RIBEIRO, 1987:68).

A Geografia construída nos anos 40 e que se moderniza nos livros didáticos tem o compromisso de “legitimar a ordem econômica, social e política vigentes, estabelecidas pelo poder

⁵⁹ Muitos geógrafos do IBGE, principalmente a partir da década de 1950, são também professores de Geografia de nível médio.

⁶⁰ Várias reformas regulamentaram o ensino no Brasil, mas é a partir de Getúlio Vargas que se inicia a ingerência direta do Estado na educação. Nos seus governos são promovidas duas reformas de ensino: A Francisco Campos (1931) e a Gustavo Capanema (1942). Principalmente nesta última, “a Geografia surge como disciplina formadora da juventude em sua preparação para o cumprimento dos deveres de cidadania, para o fortalecimento do civismo e do patriotismo, com forte apelo ao nacionalismo” (RIBEIRO, 1987:36).

dos setores dominantes da sociedade” (RIBEIRO, 1987:70), e desta forma, coloca-se a serviço do Estado.

Em 1944, Soares Guimarães apresenta na Revista Brasileira de Geografia a Divisão Regional do Brasil, afirmando que o ensino da Geografia, quer física, quer humana, quer econômica, poderia ser feito comodamente com base nas regiões naturais (PERIDES, 1991:20). Essa proposta vai ao encontro do papel determinado para a Geografia pelo Estado Novo.⁶¹

A partir de 1945, os livros didáticos de Geografia regional publicados adotaram a divisão regional proposta segundo as regiões naturais, cujos limites foram adaptados aos limites das unidades político-administrativas estaduais. Além de produzir a base sobre a qual várias gerações de estudantes conheceram o Brasil a partir de então, também forneceu os recortes territoriais sobre os quais foram assentadas todas as políticas de desenvolvimento regionais promovidas pelo Estado nas décadas seguintes. Estas duas finalidades geraram uma visão do Brasil e das unidades regionais que permanece até hoje para a maior parte dos brasileiros.

O conceito de região elaborado nesta época esteve a serviço das necessidades e interesses do Estado e, sendo assim, deveria evidenciar apenas as diferenças naturais, pois a apreensão das diferenças sociais e políticas não seria útil para a consolidação da unidade nacional. A implementação da divisão regional de 1945 levou à “naturalização” dos problemas regionais brasileiros e também à reificação das regiões (PERIDES, 1991:21), obscurecendo o fato de que elas são constructos sociais, ou seja, o fundamental do conceito de região.

Essa forma de apreensão das regiões brasileiras, difundida pelo ensino de Geografia, por um lado encobriu os motivos históricos, sociais e econômicos que levaram à diferenciação sócio-espacial do Brasil e, por outro, colaborou enormemente para a formação de uma consciência e de uma ideologia nacionais e do fortalecimento do Estado nacional.

Com as transformações nos cenários mundial e brasileiro pós-Segunda Guerra, muitas mudanças ocorreram na pesquisa geográfica brasileira e na estruturação do ensino e do livro didático. Porém, como assinala Manuel Correia de ANDRADE (1977:11-2), a comunidade geográfica não participou dos debates sobre os grandes problemas nacionais, como as demais ciências sociais, e o reflexo disso nos livros didáticos foi que eles reproduziram apenas o que havia sido elaborado nas décadas anteriores. Nos livros dos dois autores campeões de vendas da década de

⁶¹ O papel atribuído ao ensino da Geografia, neste momento, fica claro nas palavras do então diretor do Instituto Pedagógico Caetano de Campos em seu livro *Como se ensina Geografia*, de 1933: “A Geographia da pátria cada um estuda mais com o coração do que com o espírito. E é assim que ella deve ser ensinada às crianças. Não commentemos os fatos, não façamos comparações. Limitemo-nos a mostrar o que a nossa pátria é” (A. F. PROENÇA *apud* RIBEIRO, 1987:37).

50 — Mário da Veiga Cabral e Aroldo de Azevedo — o conteúdo e a abordagem continuam os mesmos das décadas anteriores.

As mudanças no Brasil, nos anos 60, provocadas pela industrialização e urbanização aceleradas e o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, refletem-se também nos livros didáticos. Só então os livros de Aroldo de Azevedo começam a ceder lugar aos novos, que surgem inspirados pela conjuntura do nacional-desenvolvimentismo (MOREIRA, 1983/84 *apud* RIBEIRO, 1987:75). O conteúdo e a abordagem dos livros de Aroldo de Azevedo ainda continuam os mesmos de mais de duas décadas anteriores. Embora, na maior parte de seus substitutos, o conteúdo seja mais pobre, às vezes apresentando conceitos até de forma incompleta e incorreta, seu papel de transmitir informações de forma coerente com o discurso desenvolvimentista oficial está cumprida.

Se os conteúdos dos livros didáticos de Geografia continuavam praticamente idênticos aos seus antecessores de décadas anteriores, no que diz respeito ao estudo da Amazônia, nem mesmo a nova divisão regional do Brasil, oficializada em 1968, surtiria mudança nesse sentido, já que na divisão regional do Brasil em regiões homogêneas, adotada para fins didáticos, a região norte continuou idêntica à da divisão anterior.

Em 1968, as características de homogeneidade da região foram definidas pela combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos, e não mais apenas pelos aspectos naturais, como na divisão de 1945. Considerando-se esse critério de combinação de aspectos e o fato de que a região norte — assim como a centro-oeste — não sofreu alterações em relação à divisão anterior, poder-se-ia supor que nela o quadro natural ainda permanecesse dominante em relação aos demais aspectos. Mas Paulo PERIDES afirma que o uso desse “modelo” para o ensino de Geografia, no Brasil, pode ser explicado também pela base metodológica usada para a elaboração dessa proposta, que foi a da Geografia quantitativa, aliás, opção coerente também com o governo militar da época (PERIDES, 1994; ANDRADE, 1987). Esta opção resultou, segundo o autor, apenas numa análise parcial da realidade regional de então.⁶²

A escolha das regiões homogêneas para fins do ensino da Geografia foi considerada menos problemática do que uma divisão que levasse em conta uma totalidade espacial, em parte porque era bem semelhante à divisão anterior. Além disso, o estudo das novas regiões continuou pautado pela célebre separação entre aspectos naturais, humanos e econômicos. Para Paulo PERIDES (1994:93), “de modo confesso, e por que não dizer ilógico, continuou a predominar um ‘tratamento’ ecológico

⁶² Ainda segundo Paulo PERIDES (1994), as primeiras discussões sobre os novos significados de região que deveriam fundamentar a implantação de uma nova divisão regional do Brasil nos anos 60, foram orientadas basicamente por geógrafos franceses, em cujas propostas estavam envolvidos espaços homogêneos e funcionais, ou seja, estava presente a idéia de totalidade espacial, noção que desapareceu na proposta adotada.

e possibilista de origem vidaliana para uma ‘forma’ (a região) definida por outros referenciais teóricos.”

Com o objetivo de resgatar brevemente o modo como a Amazônia tem sido representada nos livros didáticos de Geografia brasileiros ao longo de décadas, foram escolhidas para análise algumas obras didáticas de Aroldo de Azevedo (1910-1974). Este autor foi professor do antigo curso secundário por vários anos e, a partir de 1936, ensinou Geografia para o curso superior⁶³. Wilson dos SANTOS (1984:60) considera que em seus trabalhos geográficos é possível reconhecer uma filiação aos preceitos positivistas-funcionalistas da “Geografia moderna” francesa. O autor é reconhecido como expressivo representante da Escola Paulista de Geografia, tendo influenciado tanto a produção geográfica das universidades brasileiras como o ensino médio nacional de Geografia, pela sua enorme produção de livros didáticos, dedicados principalmente aos antigos níveis ginasial e colegial⁶⁴. Foram 30 volumes, publicados entre 1934 e 1974, que tratavam da Geografia do Brasil⁶⁵ e do mundo.

Será visto, a seguir, como a Amazônia é representada em sua produção didática. Para esta finalidade foram selecionados três livros: *Geografia das Crianças*, destinado ao ensino primário; *Geografia do Brasil*, dedicado ao que se chamava na época curso ginasial; e um estudo do Brasil feito a partir de divisão regional, *As regiões brasileiras*.

No *Geografia das Crianças* (1947), embora tratando do território brasileiro como um todo, a Amazônia aparece com relevância principalmente quando o autor fala dos aspectos físicos do Brasil. Este capítulo inicia-se enfatizando a grandeza territorial do país. A Amazônia destaca-se nos itens “O relevo brasileiro”, “Os grandes rios brasileiros” e “O clima e a vegetação”. Uma das cinco figuras que o ilustram (ver FIGURA 2) tem a seguinte legenda: “Rio e floresta da Amazônia – Na extensa Planície Amazônica, coberta pela floresta fechada e grandiosa, correm rios de variadas tamanhos, que se dirigem para o maior de todos — o Rio das Amazonas” (AZEVEDO, 1947:47).

⁶³ Foi professor em três faculdades, ingressando posteriormente na FFCLUSP, onde foi diretor do Instituto de Geografia no período de 1963 a 1967.

⁶⁴ Aroldo de Azevedo publicou também um volume destinado ao ensino primário, intitulado “Geografia das Crianças” (1ª edição de 1947).

⁶⁵ Três dessas obras didáticas propõem-se a estudar o Brasil segundo uma divisão regional: *As regiões brasileiras*, de 1962, *As regiões brasileiras* (nova edição), de 1966 e *O Brasil e suas regiões*, de 1971. É curioso que o autor elabore um estudo do Brasil com finalidade didática pautado pela divisão regional oficial apenas 16 anos após sua oficialização.

FIGURA 2: Rio e floresta da Amazônia – Ilustração do livro de Aroldo de Azevedo

No capítulo sobre população, os “índios” estão representados na região norte brasileira, ou, mais especificamente, no estado do Amazonas (ver FIGURA 3). Embora o cartograma tenha, neste caso, a função de um gráfico, representando as porcentagens de brancos, mestiços, negros e índios no Brasil, a disposição das figuras sobre o mapa não parece ser mero acaso — ressalte-se a figura do índio sobreposta ao estado do Amazonas. Esta associação da presença indígena nesta região ainda hoje é freqüente no senso comum, conforme será visto mais adiante. Outro aspecto que pode ser salientado é a distribuição geográfica da população: brancos no centro-sul, negros no nordeste, índios na Amazônia e mestiços entre brancos, de um lado, e negros e índios, do outro. Tal como se apresenta, pode induzir a uma falsa interpretação sobre a concentração dos “tipos étnicos” nas referidas regiões.

FIGURA 3: Mapa da população brasileira. Ilustração do livro de Aroldo de Azevedo

A Amazônia é também citada no capítulo “A vida econômica”, no item “As indústrias extrativas”:

“Dos VEGETAIS brasileiros são obtidas algumas riquezas de importância: a *borracha*, retirada das seringueiras, árvores muito abundantes na Floresta Amazônica” (AZEVEDO, 1947:60) e na página ao lado estampa-se a figura típica do seringueiro extraindo látex (ver FIGURA 4).

Como exemplo de um livro escrito para o curso ginasial, foi escolhido o *Geografia do Brasil*, de 1959 (93ª edição), dedicado à terceira série. O volume é composto de sete partes onde se discorre sobre “a terra, o homem e a economia” brasileiros.

Neste livro, de conteúdo mais elaborado, comparado ao *Geografia das Crianças*, os trechos nos quais aparece a Amazônia não se destacam no que diz respeito ao volume de informações, mas ainda é grande o realce dados à região pela adjetivação de suas características.

FIGURA 4: Seringueiro. Ilustração do livro de Aroldo de Azevedo

No capítulo sobre o relevo diz que “A mais notável planície brasileira é a Amazônica, de origem terciária e que ocupa uma larga faixa da região setentrional, alargando-se para o interior do continente, até as faldas da cordilheira dos Andes” (AZEVEDO, 1959:21).

A Amazônia surge ainda nos capítulos sobre o litoral, o clima, a hidrografia. Neste último, também o rio Amazonas ganha o adjetivo “notável”:

“À categoria dos *rios de planície* pertencem, entretanto, dois dos mais notáveis rios brasileiros: o rio Amazonas e o rio Paraguai” (AZEVEDO, 1959:58). Ao falar da bacia amazônica e do rio que a nomeia, o texto estende-se por mais de três páginas, carregado de expressões agigantadoras:

“Não existe, à face da Terra, uma bacia hidrográfica tão vasta e tão portentosa como a constituída pelo rio Amazonas e seus inumeráveis afluentes” [...] “O maior rio brasileiro, que é o segundo do mundo” [...] “Sua largura chega a ser impressionante” [...] “o grande rio aparece-nos como se fôra um oceano” [...] “Não

existe na Terra outro rio que apresente maior débito ou descarga [...]” (AZEVEDO, 1959:60-2).

Ao escrever sobre vegetação e fauna, Aroldo de Azevedo cita duas classificações para as regiões botânicas brasileiras, uma delas, segundo ele, consagrada por Delgado de Carvalho. Em ambas, a floresta amazônica é identificada como uma unidade florística e é caracterizada no item “O **‘inferno verde’**” como “a intrincada e exuberante floresta que encobre a maior parte da região amazônica” (AZEVEDO, 1959:77). Nota-se uma visão bastante ambígua sobre a Amazônia: ao mesmo tempo em que a descreve carregada de atributos negativos, permanece o fascínio pela natureza. Fala dos limites da floresta, cita Humboldt e descreve-a impregnado da visão que tantos autores contribuíram para disseminar, inclusive Alberto Rangel⁶⁶:

“Todos os característicos da **selva** equatorial ali se encontram em uma **admirável pujança**, levando os que a conhecem a proclamá-la a mais extraordinária manifestação da vida vegetal sobre o planêta. **Espêssa e sombria**, com vegetais de todos os tamanhos, eternamente verdes, o seu **ar morno e nem sempre salubre**, a floresta amazônica é **hostil ao homem**” (AZEVEDO, 1959:77) (grifos meus).

No que diz respeito à população, o “caboclo da Amazônia” aparece com destaque no item “mestiços”, do capítulo sobre os “tipos étnicos”:

“O caboclo da Amazônia tem forte dose de **sangue indígena**; passa **uma vida sem grandes ambições**, pescando no baixo Amazonas ou servindo de vaqueiro nos campos do Rio Branco” (AZEVEDO, 1959:97) (grifos meus).

Quanto aos indígenas, afirma que “Em sua maioria vivem completamente isolados da civilização, nos vastos territórios que constituem a bacia amazônica e noutros pontos esparsos [...] vivendo em plena idade paleolítica” (AZEVEDO, 1959:102). Seu discurso é o da assimilação do indígena à cultura ocidental, através do paciente e incansável trabalho de missionários e homens como Rondon (AZEVEDO, 1959:104).

⁶⁶ Para mais informações sobre este autor, consultar o segundo capítulo desta dissertação.

Azevedo usa o conceito de “gênero de vida”⁶⁷, bastante difundido no Brasil nesta época e norteador de vários trabalhos de geografia, notadamente no IBGE. No capítulo sobre o alimento e a habitação, afirma que “os gêneros de vida exercem inegável influência sobre a alimentação brasileira.” Discorre sobre a influência do meio e dos tipos étnicos na alimentação, afirmando que “O meio físico aparece, com grande nitidez, sobretudo na Amazônia, aonde a alimentação vem dos rios e da floresta” (AZEVEDO, 1959:120).

No capítulo sobre navegação, explica que a maior parte dos rios brasileiros é de difícil navegabilidade, mas ainda assim “nossa poderosa rede fluvial ainda está por ser aproveitada [...já que...] os rios de baixada, francamente navegáveis, encontram-se afastados dos grandes centros econômicos” (AZEVEDO, 1959:158).

Mais uma vez a Amazônia aparece com destaque no capítulo sobre as indústrias extrativas vegetais. O autor dá um grande destaque à extração do látex no item “A borracha e uma lição inesquecível”, mas apresenta como “riquezas amazônicas” também a castanha e a madeira. A mesma ilustração de Percy Lau⁶⁸ usada no *Geografia das Crianças* (ver FIGURA 2) aparece aqui, com a seguinte legenda:

“O ‘**Inferno Verde**’ — Na maior parte da região amazônica, os rios vêm-se circundados pela **massa compacta e exuberante da vegetação** que constitui a ‘Hiléia’ Brasileira, riquíssima nas mais variadas essências vegetais” (AZEVEDO, 1959:221) (grifos meus).

As regiões brasileiras são apenas citadas no capítulo sobre a organização político-administrativa, no qual são elencados os estados que as compõem e fornecidos alguns dados estatísticos. Sequer discute-se, como será feito no livro *As regiões brasileiras*, a função desse tipo de divisão ou o critério adotado para seu estabelecimento.

No seu livro *As regiões brasileiras*, para o ensino secundário, cuja primeira edição é de 1962, Azevedo apresenta os “contrastes da natureza brasileira” bem como os “contrastes criados

⁶⁷ Uma discussão sobre a origem do conceito pode ser encontrada em SORRE, Max. “A noção de gênero de vida e sua evolução.” In: Max. *Sorre: geografia*. Org. [da coletânea] Januário Francisco Megale. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 46. São Paulo: Ática, 1984. p. 99-123.

⁶⁸ Sobre o artista Percy Lau, ver o artigo de DAOU, Ana Maria “Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lay.” In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001. pp.135-62.

pelo homem brasileiro”. Explica que, no volume intitulado *Terra brasileira*, o Brasil fora estudado como um todo, procurando-se “realizar uma *análise geográfica* do nosso país”, enquanto, no presente volume, o objetivo seria de “realizar pequenas sínteses geográficas, examinando um certo número de regiões e estudando cada uma delas como se fosse um todo” (AZEVEDO, 1969:20).

O autor procura explicar alguns dos critérios adotados para a “determinação das unidades regionais”. Afirma que muitos consideraram mais fácil tomar como base as “regiões naturais”, explicando o significado desta expressão e acrescentando que, além delas, existem as “regiões humanas”. Finaliza apresentando as regiões geográficas conforme a divisão do IBGE para fins de coleta de dados estatísticos. Além disso, propõe uma outra compartimentação regional, considerando que “Os conhecimentos mais recentes sôbre a Geografia brasileira indicam que essa divisão [do IBGE] deve ser modificada [e portanto] existe a possibilidade de adotar uma divisão regional que mais se aproxime da realidade geográfica” (AZEVEDO, 1969:23).

O autor propõe, então, seis regiões geográficas para o Brasil, mas no que diz respeito à Amazônia, as divisões por ele propostas coincidem com as do IBGE nos limites, embora sejam distintas nos nomes; ou seja, embora Aroldo de Azevedo chame-a Amazônia e o IBGE “Região Norte”, ambos consideram o conjunto formado pelas unidades federativas do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Rondônia.

No capítulo 2, cujo título é “O mundo amazônico”, o autor inicia caracterizando a Amazônia como a bacia do Rio Amazonas, pelo clima quente e úmido e pelo recobrimento de “uma das mais extraordinárias florestas existentes à face da Terra” (AZEVEDO, 1969:27). Chama de “mundo amazônico” aquilo que atualmente costuma ser nomeado de Pan-Amazônia ou Amazônia internacional (ver FIGURA 1) e diz que seu texto vai focalizar “uma simples parcela dessa imensa região complexa” (AZEVEDO, 1969:27), isto é, a Amazônia brasileira.

Embora o conteúdo neste volume seja mais denso que nos anteriormente analisados, em muitos trechos o teor do texto permanece semelhante ao do *Geografia do Brasil*. A eloquência e os adjetivos engrandecedores continuam presentes, principalmente quando se trata das características naturais do território, como neste trecho: “O mundo amazônico está sob o **domínio das águas**.[...] Dentro do Brasil é um verdadeiro **paraíso aquático**” (AZEVEDO, 1969:33) (grifos meus).

O autor descreve o relevo segundo sua fisionomia, além de situá-lo no contexto da formação geológica do continente. Azevedo explica, portanto, as origens geológicas das formas de relevo. Trata-se de um texto muito mais elaborado e rico em informações que os anteriores, mas persistem algumas descrições como “A maior parte dessa admirável rêde hidrográfica repousa numa

das mais vastas planícies existentes à face da Terra — a *Planície Amazônica* [...] Trata-se de uma imensa área quase horizontal, monòtonamente plana” (AZEVEDO, 1969:34).

Ao descrever a vegetação, inicia nomeando-a “Hiléia Brasileira, o ‘Inferno Verde’” e repete as palavras usadas no *Geografia do Brasil*. Mas tem o cuidado de dizer que “Examinada em seus detalhes, verifica-se que sua uniformidade e monotonia são apenas aparentes.” Associa a ocorrência da vegetação de campos com “áreas de solos mais pobres” e, ao relacionar vegetação e clima, afirma que este, “sem ser inteiramente hostil ao homem, apresenta a dureza do *clima equatorial*” (AZEVEDO, 1969:36). Finalmente, encerra o capítulo nomeado “O Mundo Amazônico” citando Euclides da Cunha:

“Êsse é o Mundo Amazônico: um ‘oceano de águas doces, cortado e dividido pela terra’, imensas e infindáveis planícies onde **a floresta equatorial reina soberanamente**, um clima permanentemente úmido e quente.

Euclides da Cunha considerou-o a última página do Gênese, ainda inacabada. E teve a impressão de que, ali, **o homem é um intruso** impertinente, que chegou antes da hora, ‘quando **a natureza ainda estava arrumando seu mais vasto e luxuoso salão**’. Por isso mesmo, ‘encontrou uma **opulenta desordem**’ [...]” (AZEVEDO, 1969:38) (grifos meus).

O terceiro capítulo, “O homem da Amazônia” é iniciado reforçando uma das idéias mais recorrentes em relação à Amazônia, a de vazio demográfico:

“Nesse estranho Mundo Amazônico, tão rico em criações da natureza — terras imensas, rios de todos os tipos e tamanhos, florestas inacabáveis —, há um grande ausente: o homem” (AZEVEDO, 1969:41).

O autor reforça a imensidão do território amazônico contrapondo-a ao tamanho da população. Embora explique que existem trechos mais povoados, logo a seguir rebate: “Mas são pequeninas aglomerações dentro de um vasto ‘deserto’ humano” (AZEVEDO, 1969:41). Embora em todos os livros aqui citados ele diga que não é possível saber exatamente qual é a população

indígena, ao falar da densidade demográfica da região este fato é ignorado. Neste capítulo existe um mapa onde esse fenômeno é representado, cuja legenda é:

“O ‘deserto’ amazônico – Escassas ‘manchas’ de áreas mais povoadas quebram a monotonia da Amazônia, onde o homem continua a ser um quase ausente” (AZEVEDO, 1969:42).

Mais adiante, afirma que “a população amazônica tem ainda, à sua frente, um imenso território por conquistar e povoar” (AZEVEDO, 1969:43). Desta forma, seu texto vai ao encontro do discurso que respaldava as políticas governamentais para a região na época, plena década de 1960.

O primeiro dado que fornece sobre o “homem amazônico” é que 60% da população regional é constituída por “mestiços”, entre os quais “são os *caboclos*, descendentes de brancos e índios, os que predominam naquele total” (AZEVEDO, 1969:43). Mas faz questão de diferenciar caboclos amazônicos de nordestinos, sendo ambas as descrições carregadas de adjetivos que estão presentes no imaginário sobre a população daquela região:

“O *caboclo amazônico* [...] corresponde ao mais antigo desses tipos de mestiços [...] Apresenta forte percentagem de **sangue ameríndio**, chega a ser confundido com os próprios índios já civilizados [...] **Vive** em habitações sobre estacas, construídas às margens dos rios e **aos pés da mata**, numa existência **sem grandes ambições**. Dedicar-se à pesca ou ao extrativismo vegetal, limitando-se a fazer pequenas culturas de mandioca e de milho. [...]

Já o *caboclo nordestino* começou a fixar-se na região há cerca de um século [...] estando...] hoje perfeitamente integrado na massa dos habitantes [...] se dedica especialmente à extração da borracha, **encarnando a figura do seringueiro**.” (AZEVEDO, 1969:44) (grifos meus).

Continuando sua explanação sobre a população amazônica o autor considera que é provável que o grupo mais numeroso, após os “mestiços”, seja o dos “índios”, mas reflete ser:

“[...] impossível afirmar qual seu número exato, porque a maioria ainda vive no seio das florestas, em estado selvagem, sem quase nenhum contato com a civilização. Atraí-los para colaborar com os civilizados constitui a grande e difícil tarefa de diversas *missões religiosas* [...]” (AZEVEDO, 1969: 45).

Azevedo faz um breve resgate histórico da ocupação da Amazônia desde o século XVI, mas afirma que:

“[...] a verdadeira conquista do Mundo Amazônico só teve início com a chegada de missionários, encarregados de catequizar e aldear os índios, ainda no século XVII [...] Simultaneamente, a Amazônia passou a ser desbravada por outros meios: as chamadas *tropas de resgate*, [...] aventureiros que iam à cata das denominadas *drogas do sertão* [...e...] já no século XVIII [...] alguns ousados *bandeirantes paulistas*” (AZEVEDO, 1969:46-7).

Assinala que a ocupação militar portuguesa ocorrida a partir do século XVIII, nomeada por ele de “colonização militar”, referindo-se a ela como “um novo tipo de povoamento”, tinham “a finalidade de assegurar a posse daquelas ‘**terras de ninguém**’” (AZEVEDO, 1969:47) (grifo meu).

Conforme foi exposto anteriormente, Aroldo de Azevedo não assimila em seus textos as recentes transformações ocorridas no território brasileiro pela expansão capitalista. Assim, ao falar da urbanização da Amazônia, o autor afirma que “Todas as aglomerações urbanas da Amazônia são típicas *cidades fluviais*” e, considerando o total da população urbana na região, aponta que, “no conjunto, o Mundo Amazônico é uma das regiões menos urbanizadas do país” (AZEVEDO, 1969:49). Discorrendo sobre as maiores cidades da região, afirma que Belém é a cidade mais importante da Amazônia e que pode ser considerada sua “metrópole”, sendo que Manaus, “sua única rival, encontra-se a 1700 km, em pleno ‘coração’ da Amazônia e cercada pela impenetrável Hiléia” (AZEVEDO, 1969:51). E, finalizando o texto sobre Manaus:

“Num raio de mais de 1000 km, dentro da América do Sul, não existe outra cidade que possa rivalizar com Manaus. Com 154.000 hab. na área urbana (1960), que **simbolizam a civilização por entre as florestas e os rios**, a capital do Estado do

Amazonas bem merece ser chamada – a **Rainha da Selva**” (AZEVEDO, 1969:52) (grifos meus).

Não é difícil perceber a associação direta feita entre cidade-civilização e floresta-selvageria nesse discurso. Embora cite números eloqüentes sobre o tamanho das cidades e insira fotografias delas, nas quais se vêem prédios e grandes avenidas, o texto acaba transmitindo uma noção de “enclaves de civilização” em meio à selva.

No capítulo sobre a economia amazônica afirma que esta “prossegue sob o domínio do extrativismo” (AZEVEDO, 1969:55). Esta parte do livro corrobora a visão do autor de que, na Amazônia, a natureza hostil subjuga o homem e este tem que viver sob o seu comando, como se a tecnologia disponível não fosse capaz de propiciar melhoria nas condições de vida e desprezando as explicações histórico-sociais para a situação econômica em que se encontrava a região, no momento de sua análise:

“As condições criadas pela natureza, em particular a presença da compacta e interminável Hiléia, fazem com que a economia da Amazônia tenha por base a extração de *riquezas naturais*, retiradas das florestas, dos rios e lagos e [...] do subsolo” (AZEVEDO, 1969:55).

O autor deixa de apontar qualquer relação entre a história e ocupação da região com sua economia; inclusive aborda esses temas em capítulos distintos. Ele afirma que, embora existam outras atividades econômicas na região, estas:

“[...] encontram obstáculos quase insuperáveis. É o caso da agricultura, que se limita à áreas restritas, como também da criação de gado, que só pode ser praticada onde aparecem as formações arbustivas e herbáceas. A própria indústria de transformação tem contra si dificuldades muito sérias, não só por falta de matérias primas essenciais, como porque não dispõe de outras fontes de energia além da lenha e do carvão vegetal; por outro lado, o baixo padrão de vida da maioria da população reduz, naturalmente, as possibilidades de desenvolvimento industrial” (AZEVEDO, 1969:55).

As grandes distâncias e praticamente ausência de vias de circulação, à exceção dos rios, são colocados como demais problemas da região. Mas o autor considera que muitas das suas “riquezas naturais” estariam à espera de melhor utilização, enquanto outras estariam ainda por ser descobertas, “escondidas sob o manto da grande floresta”.

Ainda em 1962, Aroldo de Azevedo afirmava que a borracha continuava a ser, até então, a “mais típica riqueza” da Amazônia. A produção de látex é a atividade que maior atenção recebe neste capítulo. O autor discorre longamente sobre o uso da borracha, sua história na Amazônia e os procedimentos de extração do látex. Ao falar dos seringueiros ainda faz observações pautadas pelo conceito de gênero de vida, como no seu livro de 1959, anteriormente analisado.

Neste mesmo capítulo, fala de outras riquezas florestais da região, como plantas medicinais, fibras vegetais, madeiras e frutos oleaginosos, discorrendo mais longamente a respeito da castanha-do-pará.

Em relação à pesca, diz apenas que “Dispondo de tão extraordinária rede fluvial é de se esperar que a pesca tenha importância para a vida do homem amazônico” (AZEVEDO, 1969:59). Mas não comenta a importância desta atividade para a economia regional, limitando-se a escrever quatro longos parágrafos sobre a tartaruga, o pirarucu e o peixe-boi, segundo ele, “riquezas comerciáveis”. Por maior que fosse a importância comercial desses animais, é incrível que o autor tenha desprezado todo o volume de pescado produzido na região, dando ênfase a uma produção que reforça a associação da Amazônia com a idéia de um local excêntrico.

O extrativismo mineral já aparece com algum destaque neste livro, mas muito mais como perspectiva econômica — “A Amazônia é uma terra do futuro” (AZEVEDO, 1969:56) — do que como atividade efetiva. Como eventos já comprovados, cita apenas a ocorrência de petróleo e manganês, este último tido como “a mais importante riqueza mineral hoje conhecida” (AZEVEDO, 1969: 60).

Ao discorrer sobre a agricultura e a criação de gado afirma que “Tudo parece conspirar contra as atividades agrícolas no interior do Mundo Amazônico” (AZEVEDO, 1969:60). Considera que as dificuldades estão presentes tanto na derrubada, quanto na queimada ou na manutenção dos campos de cultivo. Além disso, existiriam outros problemas, como a pobreza dos solos, as inundações e os meios de transportes. E conclui:

“Por tudo isso, o homem amazônico prefere entregar-se ao extrativismo vegetal e à pesca, limitando-se, salvo poucas exceções, às pequenas culturas destinadas à sua própria subsistência” (AZEVEDO, 1969:61).

No que se refere à pecuária, afirma que “a *criação de gado* encontra menos obstáculos porque pode ser praticada nas ‘manchas’ de campo existentes dentro da Hiléia” (AZEVEDO, 1969:60) e aponta a ilha de Marajó e os campos de Roraima como importantes áreas pastoris.

A navegação recebe destaque quando o assunto é transporte: “O vastíssimo Mundo Amazônico continua a contar, praticamente, apenas com a *navegação* para a circulação das riquezas e os contatos humanos” (AZEVEDO, 1969:63). As demais vias de circulação, tanto ferrovias como rodovias, não poderiam ser comparadas à fluvial, segundo o autor, principalmente as rodovias, por serem, além de escassas, deficientes “face às condições naturais da região.” Ele afirma que, embora a aviação seja o meio de transporte ideal para “vencer as grandes distâncias amazônicas [...] Continuam a ser os rios as vias de circulação e de acesso mais típicas do Mundo Amazônico. Através deles é que ali consegue penetrar a civilização e o progresso” (AZEVEDO, 1969:63).

Algumas das idéias de Aroldo de Azevedo estão bastante ligadas à influência de Euclides da Cunha, citado nominalmente, como foi visto. Também não é difícil perceber a influência das idéias de Leandro Tocantins, cujo livro *O rio comanda a vida*, consta da bibliografia de *O Brasil e suas Regiões*.

Pelo exposto, pode-se perceber as principais idéias com relação à Amazônia vinculadas nos livros didáticos de Aroldo de Azevedo, tanto para o curso primário quanto ginásial: a marcante presença da natureza, notável principalmente pela exuberância dos rios e da vegetação; a “vocaço extrativista” da região; o modo de vida extremamente vinculado ao meio físico que, embora rico, é hostil ao homem; o vazio demográfico; a presença inegável de população indígena e mestiça. Muitas dessas idéias foram durante muito tempo divulgadas pelo próprio IBGE, principalmente através dos seus “Tipos e aspectos do Brasil”, cujos textos e, principalmente figuras, eram bastante reproduzidos em livros didáticos até a década de 70.

Neste capítulo foi demonstrado o papel da Geografia na formação do imaginário brasileiro sobre a Amazônia. Como mostra Lia Osório MACHADO, esta ciência teve uma grande contribuição na construção das representações existentes não apenas sobre a Amazônia, mas a respeito do território brasileiro:

“O pensamento geográfico foi incorporado, em sentido metafórico ou não, às representações sobre o território e a população brasileira, nos discursos e no imaginário coletivo: as riquezas naturais incomensuráveis, a ‘tropicalidade’ a dimensão continental, os ‘espaços vazios’, a oferta ilimitada de terras, os dois Brais, os ‘paulistas’, como são chamados os imigrantes do Centro-Sul na Amazônia” (MACHADO, 1995:347).

O Estado definiu divisões regionais, elaborou políticas públicas e determinou os parâmetros para o ensino. Todas essas ações estão estreitamente relacionadas e as noções sobre o Brasil e a Amazônia, transmitidas por meio delas, permanecem presentes nas representações sobre esses espaços.

Capítulo 4

A imagem de Amazônia na mídia impressa brasileira

O interesse pela Amazônia cresce ou decresce de tempos em tempos, em função da importância econômica ou geopolítica assumida por ela. A partir da década de 1950, com o incremento das políticas desenvolvimentistas propostas para a região pelo governo brasileiro, cresce também o interesse dos meios de comunicação pela divulgação de assuntos afeitos àquela área.

Com o Golpe de 1964, a região assume, para o Estado brasileiro, um papel geopolítico fundamental. Passam a ser implementadas políticas pautadas pelo discurso da segurança e desenvolvimento. Como foi visto, um dos efeitos dessa política do Estado é a criação, em 1966, da Amazônia Legal, juntamente com a SUDAM. Assim, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com a divulgação e propaganda dos Projetos de Desenvolvimento Governamentais para a região, os meios de comunicação passam a ter um importante papel na veiculação de imagens da Amazônia.

Na década de 1980, cresce a preocupação em torno das questões ambientais no Brasil e no mundo. A Amazônia volta a ser foco de atenções, desta vez dirigidas para a preservação dos povos indígenas, da floresta e dos recursos naturais da área. Neste momento, ainda mais, a mídia constitui-se num eficaz e abrangente vetor de divulgação das questões relacionadas à região.

Os meios de comunicação são produtores e, ao mesmo tempo, reflexos de visões de mundo que coexistem na sociedade. Estes modos de ver o mundo perpassam seus discursos, e são expressos não apenas através da linguagem escrita, como também pelas imagens veiculadas por eles “O discurso é a materialização das formações ideológicas, sendo, por isso, determinado por elas”

(FIORIN, 1995:41). Na mídia impressa, que será analisada aqui, o papel das imagens é fundamental, pois as fotografias “trabalham a mais importante ilusão de realidade manipulada pelo texto. Isso acontece em função da crença ideológico-cultural no seu caráter de ‘cópia do real’” (HERNANDES, 2001:116).

Os textos veiculados nos meios de comunicação organizam os elementos de expressão disponíveis para transmitir seu discurso. Assim, os textos das reportagens, as fotografias que as ilustram, as legendas das fotos e a própria estrutura das reportagens veiculadas pela imprensa, ao mesmo tempo em que contribuem para a formação ou a transformação da visão de mundo do público, refletem os interesses e anseios de determinados grupos sociais.

No caso da Amazônia, assunto freqüente nas reportagens produzidas por esses meios de comunicação, as mudanças no cenário sócio-econômico-político — não apenas brasileiro, mas também mundial — vão estar refletidas nessas matérias. Desse modo, comparar reportagens realizadas em momentos distintos é imprescindível para um entendimento da transformação do discurso em relação à região.

Neste capítulo, serão comparadas imagens presentes em reportagens sobre Amazônia veiculadas por três grandes revistas brasileiras, a partir da década de 1950. A escolha dos periódicos em função do recorte temporal e do volume de circulação levou à definição das seguintes revistas: *O Cruzeiro* para o final da década de 50, *Realidade*, para o início da década de 70 e *Veja* para as décadas de 1980, 1990 e 2000. Embora a revista *Realidade* tenha sido mensal, diferentemente das outras duas, de periodicidade semanal, considerou-se que este fato não impediria a comparação, pelo contrário, a enriqueceria, dada a importância dessa publicação no final da década de 1960 e início dos anos 70. Mas, para evidenciar as transformações do discurso da mídia em relação à região, foi incluída também uma revista *Veja* de 1971⁶⁹, cuja capa referia-se à Amazônia.

As reportagens das quais foram selecionadas as imagens aqui analisadas podem ser consideradas textos sincréticos⁷⁰. Assim, todas as linguagens relacionam-se para criação de sentido. Embora a análise feita tenha sido restrita a algumas fotografias e às suas respectivas legendas — não foi feita, portanto, a análise do discurso sincrético — as imagens foram apresentadas na página dupla da revista, com a intenção de se preservar minimamente o contexto da sua utilização.

⁶⁹ Nesta época, a revista *Veja* ainda chamava-se *Veja e Leia*.

⁷⁰ “A semiótica chama a reunião de linguagens num determinado texto de ‘sincretismo’. No caso de um meio de comunicação impresso [...], capas e matérias internas, com fotos, gráficos, fundos coloridos são exemplos de ‘semióticas sincréticas’” (HERNANDES, 2001:33).

Em princípio, a seleção feita incluiu reportagens de mesmo conteúdo temático para que a comparação pudesse ser mais objetiva. Além disso, preferiu-se as reportagens “de capa”, ou que, pelo menos, estivessem destacadas na capa da revista. Assim, foram selecionadas duas reportagens da revista *O Cruzeiro*, anunciadas em capa, além de duas outras sobre a rodovia Belém-Brasília. Da revista *Realidade*⁷¹, selecionou-se o número especial sobre Amazônia e, na revista *Veja*, todas as reportagens escolhidas abordam o tema por meio de manchete de primeira página, com máximo destaque editorial.

Optou-se por uma análise das fotografias presentes nas reportagens devido à preponderância das imagens como forma de comunicação na atualidade. Porém, a atenção às legendas que as acompanham foi fundamental, pois através delas percebe-se claramente a transformação do discurso em relação à região no decorrer de cinco décadas. Considerando a fotografia potencialmente ambígua, ou seja, passível de múltiplas apropriações, Heloise COSTA (1994) afirma que a legenda pode ser encarada como uma espécie de manual de instruções para a leitura da foto. Assim, a legenda fornece uma das interpretações possíveis, que pode ser contraditória à interpretação inicial do leitor e até mesmo do fotógrafo (COSTA, 1994: 88).

Num primeiro momento, será feita uma comparação da estrutura das reportagens, bem como do papel da fotografia nas três revistas. Na segunda etapa, será analisada a relação texto/fotografia, enfatizando a mudança de discurso em relação à Amazônia no período estudado.

As revistas analisadas

O Cruzeiro

A revista *O Cruzeiro* surgiu em 1929 e manteve-se até 1975. Apesar dessa longa história, seu período mais marcante foi entre 1944 e 1960, quando representou um marco no fotojornalismo brasileiro⁷². A partir de 1944, *O Cruzeiro* adota a linha das grandes reportagens e a fotografia passa

⁷¹ A revista *Realidade* teve grande volume de circulação nos seus três primeiros anos, ou seja, entre 1966 e 1968. Porém, foram pouquíssimas as reportagens realizadas neste período que abordaram temáticas relacionadas à Amazônia. As duas únicas foram: “Resgate de uma tribo”, publicada na edição de dezembro de 1966, e “O brasileiro Noel Nutels”, reportagem do número 29, publicado em agosto de 1968. Apesar do número selecionado não corresponder ao período de maior circulação da revista, justifica-se pelo fato de que a edição especial sobre Amazônia mantinha as características que fizeram da revista um marco no jornalismo brasileiro e sucesso de público nos primeiros anos.

⁷² Segundo Heloise COSTA (1994), a fotorreportagem constituiu-se numa forma jornalística que impunha um novo tipo de relacionamento entre texto e imagem. O veículo ideal para expressão dessa forma foi encontrado na revista ilustrada.

a ocupar um espaço cada vez maior, sendo incorporada inclusive nas partes nobres da revista. Com a adoção dessa linha, o volume de circulação da revista aumentou progressivamente, atingindo o ápice em 1954⁷³. Neste processo, *O Cruzeiro* seguia o caminho de todas as revistas ilustradas do mundo, que procuravam valorizar tanto a fotografia quanto o texto.

Assim, *O Cruzeiro* adotava um estilo de jornalismo que usava a fotografia não apenas como mera ilustração, mas como elemento fundamental na construção do texto. Isso introduzia um moderno conceito de editoração, rompendo com formas que utilizavam o discurso verbal como fonte principal de informação na divulgação de notícias. A fotorreportagem, no Brasil, veio a atender à demanda crescente “por informação de caráter visual, de uma sociedade em processo de modernização acelerada” (COSTA, 1994:84).

O Cruzeiro não foi pioneiro na utilização da fotografia no jornalismo, mas o que a diferenciou das demais revistas ilustradas brasileiras foi a frequência no uso de fotos nas reportagens, onde imagens eram utilizadas como elemento narrativo. Com esse uso, a fotografia passa a ser elemento de atestação, conferindo veracidade e, até mesmo, dramaticidade aos fatos.

Era também freqüente a formação de parcerias entre fotógrafos e redatores. O fotógrafo assumia um papel fundamental na composição das reportagens. O material fotográfico obtido era processado na própria revista e o fotógrafo selecionava junto com o redator — às vezes mesmo sozinho — as fotos que correspondiam às necessidades da reportagem.

“Até então, restrita ao espaço da casa, a fotografia rompe com as amarras familiares e constrói no espaço da rua uma verdadeira antologia de imagens do visível. ‘A universalidade da técnica’, lembra o pensador mexicano Octavio Paz, ‘fez da terra um espaço homogêneo’, e, não por acaso, a fotografia se associa à imprensa para consubstanciarem repertório de informação onde as fronteiras se desvanecem e as realidades se aproximam cada vez mais umas das outras” (PEREGRINO, 1991:26).

O Cruzeiro foi se tornando assim, ao longo dos anos 50, segundo opinião de vários autores, o meio de comunicação social mais importante do Brasil e não é considerado exagero afirmar que a

No Brasil, o melhor exemplo da aplicação do potencial narrativo da fotorreportagem, explorado sistematicamente, foi *O Cruzeiro* (COSTA, 1994:84).

⁷³ Segundo Nadja PEREGRINO (1991), o maior volume de circulação de *O Cruzeiro* foi em agosto de 1954, com a morte de Getúlio Vargas. Luiz Maklouf CARVALHO (2001), porém, afirma que o patamar mais alto alcançado pela revista foi na edição de 6 de novembro desse mesmo ano.

revista representou, na época, o que representa a TV Globo atualmente. Manteve uma tiragem muito maior que a das demais revistas de seu gênero até o final da década de 50, quando se inicia sua fase de decadência⁷⁴. Essa decadência estaria bastante associada ao aumento da popularidade da televisão, que roubou das revistas de documentação fotográfica seu principal atrativo.

“O primeiro sinal de queda na tiragem aparece com os 710 mil, de 11 de dezembro de 1954. Cairá a 660 mil, em fevereiro de 1955; a 630 mil, em maio; e a 570 mil, em fevereiro de 1956. Entre 1959 e 1962 estabiliza-se nos 500 mil, com pequeno acréscimo um mês ou outro. Entra na faixa dos 400 mil entre 1963 e 1965. Em setembro de 1966, quando já era auditada pelo Índice de Verificação de Circulação (IVC), a tiragem, em queda livre, não mais aparece no expediente” (CARVALHO, 2001:305).

A tiragem de 750 mil exemplares de *O Cruzeiro* — e de até um milhão, se considerada a edição internacional — daria à revista, proporcionalmente, a maior tiragem na história das revistas brasileiras. Luiz Maklouf CARVALHO (2001:305) afirma, porém, que ela nunca passou dos 720 mil. De qualquer forma, até 1966, não existem dados sobre a venda efetiva, mas sabe-se que houve grandes devoluções de encalhes.

As informações sobre o volume de circulação da revista seriam muito importantes para esta pesquisa, mas será suficiente considerar aqui, que se tratava da revista de maior tiragem, no Brasil, até o final da década de 50⁷⁵. As fotografias e reportagens selecionadas para análise neste trabalho são de revistas publicadas entre os anos de 1957 e 1959, portanto ainda dentro da fase próspera da revista.

⁷⁴ Para uma discussão mais extensa sobre os prováveis motivos da decadência de *O Cruzeiro*, ver PEREGRINO (1991).

⁷⁵ Segundo Waldemar Lichtencels, gerente administrativo da filial paulista do Instituto Verificador de Circulação - IVC, o Instituto trabalha com o volume de circulação das publicações dos associados e não com a tiragem. O volume de circulação refere-se ao montante de vendas de assinaturas somado ao de vendas avulsas, portanto, à quantidade efetivamente vendida. A tiragem, entretanto, diz respeito ao número de exemplares impressos, que pode, em alguns casos, ser muito superior ao volume de circulação, mascarando a efetiva abrangência da publicação.

Realidade

O nascimento da revista *Realidade* acontece já no pós-64. A tese de Doutorado de Terezinha FERNANDES (1988) aponta três fases da revista: a primeira, do seu nascimento até 1968, ano de decretação do Ato Institucional nº 5; a segunda, de 1969 até aproximadamente 1971 ou 1972, e a última daí até seu último número, publicado em 1976.

Segundo Terezinha FERNANDES (1988), no Brasil, a importação de métodos e técnicas de tratamento das informações tinha o objetivo de atrair a atenção do leitor, tornando o texto passível de leitura rápida. Neste contexto, surgiram, nas décadas de 1960 e 70, experiências que buscavam novas formas de expressão em veículos de comunicação. Destacaram-se, entre outros, o *Jornal da Tarde* e a Revista *Realidade*:

“Estas publicações apresentavam modos inovadores de praticar o discurso jornalístico que buscavam uma compreensão e uma interpretação mais profundas dos problemas brasileiros. Eram maneiras de buscar nossa identidade cultural, de enxergar o fundo dos fatos, as raízes das ações humanas em nosso dia a dia em fase de transformação” (FERNANDES, 1988:10).

“Realidade rompeu com uma série de padrões vigentes nas revistas brasileiras de ‘atualidades’” (PERES, 1967:115). Alguns autores consideram essa revista como exemplo da influência do *new journalism*⁷⁶ na produção do gênero da reportagem no Brasil (FARO, 1997; LIMA, 1990). O instrumental do novo jornalismo permitia a revisão do papel do profissional de imprensa no âmbito da cultura nacional. Tanto as limitações do jornalismo convencional quanto os paradigmas da cultura dos anos 60 contribuíram para o surgimento desse movimento. Na visão de José Salvador FARO (1997), a conjuntura político-cultural de meados dos anos 60 questionou os padrões de objetividade do jornalismo informativo, que passou a ser considerado redutor. A existência de uma parcela de jornalistas questionadores desses padrões, em função de sua formação intelectual, juntamente com a demanda do público, foram os fatores que contribuíram para o

⁷⁶ O fenômeno conhecido como *new journalism* teve sua elaboração inicial nos Estados Unidos. Caracterizava-se por “um estilo de reportar que associava elementos informativos à narrativa ficcional da novela norte-americana.” (FARO, 1997:14). Esse movimento introduzia possibilidades ilimitadas de aprofundamento do texto jornalístico, estendendo-se “para a própria concepção do papel da imprensa na sociedade e das possibilidades de que sua atuação não se restringisse ao mito da objetividade” (FARO, 1997: 19).

surgimento de *Realidade*. Essa conjuntura era característica das sociedades industriais e urbanizadas, correspondendo “à contestação generalizada dos valores da sociedade de massas do pós-guerra” (FARO, 1997:19).

Letícia MORAES (2001:35) acredita que, embora *Realidade* tenha sido influenciada pelo estilo de texto do *new journalism*, o uso que fez desses recursos foi muito próprio: integrou-os aos seus propósitos de levar ao público “sua proposta de um ‘futuro melhor’” para o Brasil.

Na dissertação desta autora, o surgimento de *Realidade* é explicado a partir de dois elementos conjunturais: a possibilidade de investimento, por parte da Editora Abril, em um projeto mais ambicioso, associada ao “tímido liberalismo de Castelo Branco”. Foi, então, proposto um projeto de revista mensal que deveria ser o ápice da pirâmide de revistas da editora, através da qualidade do texto e da apresentação (MORAES, 2001:22).

Embora tenha sido tomado como ponto de partida, na proposta inicial da revista, o equilíbrio entre texto e ilustração (MORAES, 2001:22), a fotografia desempenhava nela papel fundamental. Suas reportagens eram fartamente ilustradas com imagens de qualidade técnica e gráfica. Trabalhavam na revista fotógrafos de renome que, como os redatores, passavam muito tempo em contato com os temas a serem reportados.

Havia na revista espaço para o que pode ser chamado de “ensaios fotográficos”, como é o caso das fotos dos índios da reportagem “A última chance dos últimos guerreiros”, de autoria de Cláudia Andujar. Nesta reportagem, todas as fotos têm uma única e discreta legenda; seu uso é dispensável, pois a expressividade e naturalidade dos rostos fotografados são suficientes para aproximar o leitor desse “outro”.

Alguns jornalistas mais conscientes, assim como leitores mais atentos, buscavam veículos que contribuíssem no esclarecimento das causas reais da crise, em textos mais elaborados que conseguissem burlar a censura prévia. Além disso, havia, principalmente entre a população jovem e estudantes universitários, um desejo de conhecimento que ainda permanecia, apesar — e talvez por causa mesmo — desse clima de repressão.

Entre os assuntos citados por Terezinha FERNANDES (1988), como exemplos daqueles que viviam sufocados pela censura, está a ameaça às populações indígenas pela construção da Transamazônica, que será um dos temas abordados neste capítulo.

Pode-se dizer que, na revista *Realidade*, freqüentemente as imagens transmitiam a mensagem que não podia ser explicitada no texto, uma vez que a censura dos meios de comunicação vigorou durante todo o tempo em que a revista foi publicada. Mas, algumas vezes, fotos e

reportagens polêmicas acabavam “passando” pela censura. Foi o caso da reportagem sobre os homens que viviam da coleta de caranguejos em mangues, com fotos consideradas chocantes.

Em sua primeira edição, de abril de 1966, *Realidade* propunha-se a analisar e apontar soluções para problemas brasileiros, sendo “a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo” (CIVITA, 1966, *apud* FERNANDES, 1988:18). Até dezembro de 1968, *Realidade* manteve seus propósitos iniciais. Mas, a censura crescente dentro da própria revista e a decretação do AI-5, em dezembro do mesmo ano, levaram a uma mudança de postura da publicação. Assim encerra-se sua primeira fase.

Além da censura, um outro problema, de diferente natureza, atingia o processo de realização da revista. Declinava o interesse pela revista de interesse geral, aumentando a preferência do público por revistas de temas específicos:

“A televisão resumia tudo e impunha velocidade nas informações e aceitação maior da imagem, da recepção imediata. Neste caso, roubava o público, principalmente das revistas ilustradas, como ‘Realidade’, em que a fotografia era uma de suas grandes armas” (FERNANDES, 1988:20).

Todos esses fatores interferiram no interesse do público pela revista, o que se revela pela tiragem e pelo volume de circulação. Os três primeiros anos da revista correspondem à sua maior tiragem, que foi de 251.250 exemplares no número de lançamento. Essa tiragem foi crescente até a edição número 11, quando alcançou o pico de 505 mil exemplares. Mesmo tratando-se de uma revista de periodicidade mensal, em relação à população brasileira da época, esses são números considerados surpreendentes (MORAES, 2001: 36). A partir de 1969, nota-se uma tendência de queda na tiragem da revista, acompanhando o declínio da circulação⁷⁷.

Audálio Dantas, repórter e editor da revista, em depoimento a Terezinha FERNANDES, afirma que *Realidade* reuniu o que de melhor se produziu como texto jornalístico desde sua origem até o início dos anos 70. Apesar do lento declínio da revista ter se iniciado em 1968, ela foi boa até por volta de 1972, mas nesta época já havia uma auto-censura, dentro da própria empresa. Nesta segunda fase, que foi de 1969 a 1971-72, a revista começou a buscar o tratamento de grandes temas, como Amazônia, por exemplo, considerado por ele um trabalho primoroso.

⁷⁷ Quando a tiragem atinge os 450 mil exemplares, essa informação passa a ser impressa na página de índice da revista. A partir do número 43, deixa-se de fornecer esse dado, o que pode ser indício da queda da tiragem (MORAES, 2001:37).

As chamadas “reportagens especiais”, que tratavam de um mesmo tema em todas as matérias de uma edição, foram realizadas como estratégia para retomar o sucesso de público. O número especial sobre a Amazônia foi realizado sob grande expectativa, por parte da editora, de inversão na queda da tiragem da revista. Essa expectativa aparece no texto de Luis Carta, idealizador dessa edição, publicado nesse mesmo número. Ao mesmo tempo, é explicitado o motivo da escolha do tema e o papel representado pela Amazônia, naquele momento, na realidade brasileira:

“O nosso plano foi o maior dos que já elaboramos para uma única reportagem: queríamos documentar de maneira definitiva o momento mais dramático da vida da Amazônia. A última grande reserva natural do planeta, que já está perdendo o seu isolamento milenar e é de repente invadida por estradas, cientistas, colonos, gado, mineradores, industriais” (CARTA, 1971: 31).

É ainda Audálio Dantas quem afirma que a revista colaborou muito na formação dos universitários, uma vez que, como os outros meios de comunicação eram mais visados pelos censores, *Realidade*, sendo uma revista de textos, não chamava tanto a atenção.

“A revista tinha importância pedagógica, era instrumento de vulgarização de problemas e um documento para a história do Brasil [...] Era preciso ler nas entrelinhas o que foi escrito elaboradamente e o que não foi escrito” (DANTAS, *apud* FERNANDES, 1988:23).

A decadência da revista, propriamente, deu-se a partir de 1973, com a saída dos principais jornalistas. A editora passou a investir pouco dinheiro e a revista tornou-se medíocre, mantendo da fase anterior apenas o nome.

Para este estudo foi selecionada a edição nº 67 da revista *Realidade*, de outubro de 1971, um número especial sobre Amazônia. Portanto, é uma edição pertencente à segunda fase da revista, quando suas características originais ainda eram mantidas. Para essa reportagem, os repórteres ficaram um longo tempo envolvidos com o trabalho, tendo a oportunidade de viver o problema como um personagem do fato. E ainda contou com grandes fotógrafos, como Maureen Bisilliat, por exemplo.

Veja

Em 1968, a editora Abril decide lançar uma revista semanal. Havia condições propícias para isso: boa gráfica, revistas de sucesso e capacidade de endividamento. Decide-se que não deveria ser uma revista ilustrada, mas um semanário de notícias nos modelos das norte-americanas *Times* e *Newsweek* (HERNANDES, 2001). Assim, nasce *Veja e Leia*⁷⁸, com a ditadura militar já instaurada e poucos meses antes da decretação do AI-5. Neste período de censura, teve inúmeros trechos de reportagens prontas cortados, e alguns números apreendidos. Além da censura, *Veja* enfrentava um outro problema em seus primeiros anos: a aceitação do público⁷⁹. Embora tenha sido lançada com uma campanha milionária e vendido 700 mil exemplares na primeira edição, sua tiragem foi despencando até os 22 mil. Apenas em 1974, a revista saiu do vermelho (HERNANDES, 2001). Apesar desses percalços, *Veja* atravessa seus 34 anos de vida com um padrão que Mayra GOMES (1992) considera estável.

Nos primeiros anos da revista *Veja*, a fotografia é claramente secundarizada em relação ao texto. Quando comparadas edições do início da década de 1970 e do final da década de 1980 em diante, fica claro que a fotografia passou a ocupar um espaço maior na revista, pelo menos nas reportagens principais — reportagens de capa, por exemplo⁸⁰. Apesar do crescimento do uso de imagens em *Veja*, Nilton HERNANDES (2001:19) observa que todas elas, bem como o projeto gráfico da revista, estão “colocados como acessório de reafirmação dos conceitos já construídos pelo verbal.”

Mas é fato que as fotografias, ao longo da história da revista, passam a adquirir um papel bastante diferente do que tinham em seu início. Embora as fotos continuem com mera função ilustrativa das reportagens, melhoraram em qualidade gráfica e parecem ter a intenção de fugir do lugar comum das fotos jornalísticas. Esta transformação foi provavelmente gradual, mas é claramente percebida quando comparados estes dois momentos distintos: em 1971, mesmo sendo uma reportagem de capa, as fotos que a ilustram são pequenas e com pouca relação com o texto; as

⁷⁸ A primeira palavra do nome da revista aparecia na capa com corpo de letra bem maior. Nilton HERNANDES (2001) considera interessante o fato de que uma revista que se chama exatamente “*Veja*”, dê uma importância secundária às imagens.

⁷⁹ A não aceitação de *Veja* pelo público estaria relacionada, segundo Nilton HERNANDES (2001), à expectativa dos leitores, que esperavam uma concorrente da revista *Manchete*, publicação semanal inspirada em magazine ilustrado. Mas *Veja*, ao contrário, tinha um formato pequeno e não investia em grandes fotos, além de ter uma diagramação confusa e reportagens prolixas.

⁸⁰ Não é possível afirmar se o incremento do uso de imagens em *Veja* é simplesmente uma opção da direção da revista para diferenciar-se de outras de mesma linha editorial, como *Isto é*, por exemplo, ou se uma estratégia para cativar leitores com preferência pelo consumo de imagens ao consumo de textos.

poucas fotografias mais elaboradas, e que aliás aparecem com destaque na reportagem, são imagens originárias de *Realidade*, nas quais constam os créditos.

Na década de 1980, nota-se um papel muito mais importante da fotografia nas reportagens de *Veja*. Sua realização e seu uso, porém, são totalmente distintos daqueles das revistas *O Cruzeiro* e *Realidade*. Na revista *Veja* há um número muito pequeno de fotógrafos em relação ao de repórteres e editores (cerca de um para seis). *Veja* também publica muitas fotos de agências, feitas por fotógrafos sem vínculos com a revista (HERNANDES, 2001). Mas o que mais chama a atenção é perceber que a maioria das fotografias presentes na publicação é posada. Tales de Alvarenga, atual diretor de redação de *Veja*, justifica essa característica como uma mera seleção do melhor material fotográfico oriundo das agências de fotógrafos. “Fotos posadas e não posadas dependem da seção a que se destinam e também do assunto tratado. Nossa opção é pela foto de qualidade. Muitas vezes posada. Muitas vezes, não.”⁸¹

A publicação de *Veja* mantém-se ininterruptamente até hoje, e numa tiragem ascendente, sendo a revista de maior volume de circulação no Brasil na atualidade. Em 1992, Mayra GOMES afirmava que sua tiragem de 990.000 exemplares a colocava entre as cinco maiores revistas semanais do mundo⁸². No quadro abaixo estão os dados sobre o volume de circulação de todas as edições de *Veja* selecionadas para este trabalho, disponíveis no IVC⁸³.

QUADRO 1: Revista *Veja* - Tiragem e circulação paga das edições analisadas

Data	edição	circulação
11/ago/1971	— *	— *
5/jul/1989	1086	826.374
8/nov/1995	1417	1.173.788
24/dez/1997	1527	1.177.601
7/abr/1999	1592	1.099.085
22/nov/2000	1676	1.095.853

Fonte : IVC – Instituto Verificador de Circulação (2002).

* O IVC não dispõe destes dados.

⁸¹ Entrevista concedida a Nilton Hernandes. Ver HERNANDES (2001).

⁸² Segundo Waldemar Lichtencels, gerente administrativo da filial paulista do Instituto Verificador de Circulação - IVC, *Veja* permanece como uma das cinco revistas com maior volume de circulação no mundo, sendo a única, entre elas, publicada em país subdesenvolvido.

⁸³ Apesar de ter sido fundado em 1962, apenas na década de 90 o Instituto passou a armazenar suas informações em banco de dados informatizado. Por esse motivo, para as revistas *O Cruzeiro* e *Realidade* foram utilizadas fontes secundárias sobre tiragem e circulação.

QUADRO 2: Revista *Veja* - Tiragem e circulação médias nos meses abordados, a partir da década de 90

Ano	Mês	Tiragem (média)	Circulação (média)
1995	novembro	1.277.163	1.193.822
1997	dezembro	1.227.103	1.130.996
1999	abril	1.208.500	1.116.442
2000	novembro	1.230.690	1.125.743

Fonte : IVC – Instituto Verificador de Circulação (2002).

A importância da revista como formadora de opinião, no Brasil, pode ser percebida na homenagem da Câmara Federal de Deputados aos 50 anos da Editora Abril, em junho de 2000, na fala do deputado Geddel Vieira Lima, quando afirmou: “É por meio de ‘Veja’ que políticos, empresários, estudantes, professores, trabalhadores, profissionais liberais, donas-de-casa, tomadores de decisão e formadores de opinião compreendem mais profundamente o Brasil e o mundo”.⁸⁴

Esses motivos levaram à seleção de *Veja* para este estudo, optando-se por analisar fotografias de reportagens sobre a Amazônia publicadas entre o final da década de 1980 e a atual, pelas razões já explicitadas. Para comparação da estrutura da reportagem e do discurso sobre a região foi selecionada também uma edição de 1971, em que constava uma reportagem de capa sobre Amazônia.

A estrutura das reportagens e o papel das fotografias

Neste item, serão analisadas as estruturas das reportagens selecionadas e a importância que as imagens têm nelas. O quadro 3 relaciona todas as matérias abordadas.

⁸⁴ Revista *Veja*, 5/jul/2000, p. 9.

Revista	Data	Título da reportagem
O Cruzeiro	26/janeiro/1957	Kuarup.
O Cruzeiro	26/janeiro/1957	A Amazônia não é mais inferno.
O Cruzeiro	31/agosto/1957	As duas caras da Amazônia.
O Cruzeiro	11/outubro/1958	Gigantes de aço abrem a rota Belém-Brasília.
O Cruzeiro	7/março/1959	Nossa Senhora da Selva abençoa a Belém-Brasília.
Realidade	outubro/1971	Estradas, minérios, fazendas de gado, indústria, núcleos de colonização: Amazônia, amanhã.
Realidade	outubro/1971	Estradas: cinco como a Transamazônica.
Realidade	outubro/1971	Você já imaginou o Brasil sem a Amazônia ?
Realidade	outubro/1971	A última chance dos últimos guerreiros.
Realidade	outubro/1971	Informação publicitária: Os empresários de São Paulo mudaram-se. Estão na selva. Informação publicitária: O desenvolvimento da Amazônia começa aqui. Hoje.
Veja	11/agosto/1971	Capa: A Amazônia à espera dos conquistadores. Reportagem: Amazônia no dia da criação.
Veja	14/setembro/1988 (Ed.Especial - 20 anos)	A terra finita.
Veja	5/julho/1989	Capa: Amazônia: onde está a verdade ? Reportagem: Minério na superfície.
Veja	8/novembro/1995	Capa: Ataque à floresta. Reportagem: Inferno na fronteira verde.
Veja	24/dezembro/1997 (Ed. Especial – Amazônia)	Capa: Amazônia. Um tesouro ameaçado. Reportagens: A destruição da Amazônia. A floresta sitiada.
Veja	7/abril/1999	Capa: O massacre da moto-serra. Reportagem: Carrascos da mata.
Veja	22/novembro/2000	Capa: Amazônia. Até quando? Reportagem: Até onde a Amazônia pode resistir?

QUADRO 3: Relação das reportagens analisadas

O Cruzeiro

Em 26 de janeiro de 1957, *O Cruzeiro* publicava uma matéria sobre o Kuarup. Esta era a reportagem de capa da revista, em que figurava a foto de um índio — diferentemente das tradicionais ilustrações de figuras femininas que normalmente compunham a capa. A reportagem constituía-se de 14 páginas fartamente ilustradas, sendo todas as fotos coloridas, somando ao todo 31. Do total de 14 páginas, 4 delas podem ser consideradas textos visuais, uma vez que apresentam uma narratividade explícita das fases do ritual do Kuarup. Mas a linguagem verbal não é suprimida e todo o ritual é explicado também através dela. Também é interessante notar que poucas fotos parecem ser posadas.

FOTOS 1, 2, 3 e 4

Nessa mesma edição publicou-se “A Amazônia não é mais inferno”, reportagem com clara ênfase à atuação da SPVEA — Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia — e do governo do Presidente Juscelino Kubitschek na região. Esta reportagem caracteriza-se principalmente pela tentativa de esgotar o assunto através da fotografia, a qual cumpre aqui principalmente sua função de atestação, ou seja, de que o Presidente realmente esteve na região e que, de fato, a SPVEA vinha contribuindo para o “desenvolvimento” regional.

Em agosto do mesmo ano, *O Cruzeiro* publicava uma reportagem intitulada “As duas caras da Amazônia”. O título refere-se às distintas feições da região nas épocas de vazante e cheia. Nesta reportagem, a presença dos “caboclos” é bastante grande, enfatizando o modo de vida da região.

FOTOS 5 e 6

Em 11 de outubro de 1958 e em 7 de março de 1959 são publicadas reportagens sobre o mesmo assunto: a Rodovia Belém-Brasília. Na primeira é mostrado o início das obras e, alguns meses depois, a reportagem apresenta a inauguração da estrada. Ambas as reportagens (com 5 e 6 páginas respectivamente) contêm um grande número de fotos, todas em P/B. Mas neste caso não parece ter havido uma grande preocupação com a qualidade das imagens: são todas bastante comuns, além de apresentadas com uma qualidade gráfica inferior ao que a revista costumava apresentar. Neste caso, embora haja uma certa narratividade nas fotos, também isto parece estar sendo usado com a mera função de atestação da presença do presidente nas obras e na inauguração, da resistência da selva e, sobretudo, da força do homem e da máquina em seu embate contra a natureza.

FOTOS 7, 8, 9, 10 e 11

Realidade

Embora todas as reportagens analisadas da revista *Realidade* tenham sido retiradas do mesmo número (uma edição especial sobre Amazônia), cada uma delas tem características específicas. Aliás, isto caracteriza as edições dedicadas a grandes temas; cada reportagem que as compõem tem uma diagramação própria, uma intenção diferente no uso da imagem, enfim, tem autonomia em relação às demais, sem contudo deixar de complementar o todo.

FOTOS 12, 13 e 14

A preocupação didática da revista aparece em várias de suas reportagens. Porém, neste número, especialmente, há um momento em que isto é explicitamente marcado: entre algumas reportagens que apresentam a região e uma outra série delas problematizando questões àquela altura atuais, a revista apresenta um mapa em relevo da América do Sul acompanhada da seguinte indagação “Você já imaginou o Brasil sem a Amazônia?”. Nestas páginas explica-se qual é o conceito de “Amazônia” que está sendo utilizado, qual a origem deste conceito e o que ele representa em termos de extensão territorial. Em nenhuma outra reportagem sobre Amazônia, em qualquer outra revista ou em qualquer época, pôde-se verificar este tipo de preocupação.

FOTO 15

Na reportagem “A última chance dos últimos guerreiros”, em que é tratada a problemática da preservação dos povos indígenas, são apresentadas apenas 4 fotografias, num total de 11 páginas de reportagem. Porém, 2 das fotos são apresentadas em página inteira e as outras duas em página dupla. Assim, do total de 11 páginas, 6 correspondem a fotos, mostrando os índios em sua simplicidade e humanidade. As fotos desta reportagem podem ser consideradas um ensaio fotográfico de Cláudia Andujar, que conseguiu tamanha expressividade nas fotos que foi possível até mesmo dispensar as legendas.

FOTOS 16, 17 e 18

Também é importante ressaltar que esta revista, embora tivesse toda a intenção pedagógica que já mencionamos e um grande grupo de profissionais comprometidos com a divulgação de questões consideradas política e socialmente importantes, constituiu-se num veículo de divulgação das informações também do ponto de vista que interessava ao governo autoritário. Às vezes o discurso da ditadura era incorporado nas reportagens da própria revista; com frequência, aparecia como informe publicitário propriamente. Estas propagandas eram publicadas em meio a outras reportagens, utilizando, por vezes, o mesmo tipo de letra e a mesma diagramação, o que poderia facilmente tirar a atenção do leitor para o fato de tratar-se de uma propaganda, principalmente quando a expressão “INFORMAÇÃO PUBLICITÁRIA” vinha propositadamente colocada no canto inferior da página, como é o caso do informe “Os empresários de São Paulo mudaram-se. Estão na selva.” que, como inúmeros outros, se encontrava inserido neste número de *Realidade*.

FOTOS 19 e 20

Veja

As reportagens escolhidas constam de edições que abordam o tema “Amazônia” por meio de manchete de primeira página ou em edição especial, ou seja, com máximo destaque editorial. Tanto a importância das fotografias como a estrutura das reportagens muda bastante entre o início da década de 1970 e 2000.

É interessante notar que uma característica da revista permanece: a utilização de quadros, gráficos e outros esquemas gráficos visuais que auxiliam a compreensão do texto e “economizam” palavras. Aliás, a utilização deste tipo de recurso visual tem crescido nas últimas décadas,

acompanhando uma tendência presente em todos os meios de comunicação, não apenas na mídia impressa; isto é, utilizar todos os tipos de recursos visuais com o objetivo de aprimorar o entendimento do texto, além de chamar a atenção do leitor.

A revista *Veja* de 5 de julho de 1989 é uma edição especial sobre Amazônia. Contém 49 páginas, divididas em 6 reportagens que tratam de assuntos como biodiversidade, extração mineral, concentração fundiária, entre outros. Foi selecionada a reportagem “Minério na superfície”, de 12 páginas, cujo padrão de estrutura da reportagem não se diferencia dos demais. As imagens ocupam espaço maior do que o discurso verbal; além das fotos e de um texto em destaque, há 3 mapas e um quadro. Algumas das fotografias são plasticamente bonitas, mas em relação ao conteúdo escrito, são muito mais ilustrativas que informativas. A maioria das fotos é acompanhada de legendas que também não as explicam, e embora a compreensão da contextualização da foto se dê no texto, a presença delas é totalmente dispensável para a compreensão deste.

FOTOS 21, 22, 23 e 24

Na reportagem de 1995, intitulada “Inferno na fronteira verde”, *Veja* utiliza, além de várias fotografias, uma imagem de satélite que mostra os focos de incêndio no Brasil, além de um gráfico enfocando o crescimento deles entre 1994 e 1995. O “inferno” do título aqui se refere não à floresta, mas ao fogo que a destrói. Um mapa temático, em página dupla, chamado de “mapa da destruição”, afirma que “a devastação da Amazônia ocorre em várias frentes” e faz alusão, além das queimadas, à retirada de madeira e à formação de novos núcleos de colonização agrícola. As legendas das fotografias explicam os problemas causados pelas queimadas, mas não há relação entre o assunto e as fotografias.

FOTOS 25, 26, 27 e 28

O número 1527 da Revista *Veja*, publicado em 1997, é uma edição especial sobre Amazônia. São 98 páginas divididas entre 12 reportagens que abordam temas muito recorrentes quando o assunto é a região amazônica — duas reportagens tratam da destruição da floresta (ver FOTOS 46, 47 e 48); outras versam sobre rios, diversidade biológica, índios — além de artigos

sobre pesquisa, religião, economia e o SIVAM. O artigo sobre economia aparece no índice com o seguinte sub-título: “Como tirar dinheiro da Amazônia sem destruir o verde” e discorre sobre a atividade turística na região. Há também uma reportagem sobre a devastação da mata atlântica, aludindo a um futuro possivelmente semelhante para a Amazônia. No índice, o tema “Cidades” remete a uma reportagem sobre São Gabriel da Cachoeira, acompanhado do seguinte texto: “Um lugar onde a maioria das pessoas vive em tribos”. Deste número, foram escolhidas três reportagens: sobre a destruição da floresta — mostrando que conseqüentemente estão ameaçadas a fauna e a população indígena —, a reportagem específica sobre desmatamento e a que trata dos índios.

FOTOS 29, 30 e 31

A edição dá ênfase à floresta e sua destruição. A população, quando abordada, remete aos indígenas — e, pelo menos na metade das reportagens, de forma estereotipada. Há, ainda, uma reportagem onde são feitas inúmeras comparações relativas, principalmente, à fauna e flora da

região, como “a flor de dois metros de diâmetro”; “o peixe-boi tem o peso de 7 mergulhadores”, entre outros. Como se vê, predominam visões que reforçam vários dos estereótipos sobre a região.

Na edição de 7 de abril de 1999, lia-se na capa de *Veja* “O massacre da motosserra”. Nessa reportagem, *Veja* explica o processo de desmatamento utilizado na Amazônia pelos grandes proprietários de terras, apresentando os maiores desmatadores, segundo o IBAMA. Além das fotografias de parte destas fazendas, inclui na reportagem trechos de imagens de satélite em dois momentos distintos, mostrando a transformação de áreas de floresta em terra nua. O tom catastrófico da matéria é amenizado pela afirmação de que o IBAMA vem combatendo o desmatamento. Mas, se a leitura do texto outorga às imagens de satélite apresentadas a função de atestação das ações do IBAMA, conferindo-lhe modernidade e agilidade, a leitura visual da reportagem reforça a idéia de devastação inexorável da floresta.

Em 2000, *Veja* publicava mais uma reportagem de capa sobre a Amazônia. Nela foram apresentadas várias pesquisas sobre o ritmo de destruição das florestas na região, bem como das conseqüências desta devastação. São apresentadas duas seqüências de mapas: uma delas mostra o ritmo de devastação e a outra, as obras de infra-estrutura já construídas e as planejadas para a região. No texto, há uma forte associação entre estas obras e a destruição da floresta, reforçada pela foto, na primeira página da reportagem, cuja legenda do detalhes, afirma: “O desmatamento segue os caminhos abertos na floresta: os sinais de degradação medidos a partir das margens das estradas revelam que o estrago avança até 200 quilômetros mata adentro”.

FOTOS 32, 33 e 34

FOTOS 35 e 36

O discurso fotográfico e o discurso verbal

A partir das imagens escolhidas, será comparado o discurso fotográfico das três revistas e seus discursos verbais em relação às fotografias utilizadas, analisando a transformação do discurso verbal, nos três momentos analisados, frente a fotos semelhantes.

A relação foto/legenda tem diferentes características de acordo com os tipos de reportagem e de publicação em que estão inseridas. Apesar disso, considera-se que é possível fazer uma análise da transformação do discurso sobre a Amazônia na mídia impressa brasileira, a partir das fotografias selecionadas e das legendas que as acompanham.

Mas é importante esclarecer, então, a relação foto/legenda nas três publicações analisadas. Como ensina Heloíse COSTA, pode-se dizer que

“[...] o processo geral de apreensão de uma fotografia de imprensa dá-se, *grosso modo*, em três movimentos. Inicialmente o olhar percorre a imagem, buscando uma inteligibilidade imediata; num segundo momento lê a legenda, buscando completar sua percepção primeira; por fim retorna à imagem e conclui a interpretação da cena” (COSTA, 1994:88).

A primeira diferença no uso das imagens entre as três revistas é que apenas em *O Cruzeiro* as fotografias constituem-se no principal elemento da narratividade da reportagem. Na revista *Realidade*, as fotografias não são o elemento principal, mas ultrapassam o papel de simples ilustrações. São fundamentais na constituição do discurso de grande parte das reportagens, principalmente na edição selecionada para este estudo. É possível mesmo considerar que as imagens complementavam mensagens verbais, que ficavam incompletas devido à censura que vigorava em sua época. Na revista *Veja*, as imagens têm um papel claramente secundarizado, servindo fundamentalmente à função de ilustração.

No caso de *O Cruzeiro*, o vínculo entre foto e legenda é fundamental na construção da fotorreportagem, por se constituir na sua unidade narrativa. Diferentemente da concisão das legendas das reportagens atuais, em *O Cruzeiro* elas são “pequenos textos que buscam direcionar ao máximo a leitura das fotos” (COSTA, 1994:89). A autora demonstra, através do exemplo de retratos de índios, de que forma a legenda pode anular o potencial ambíguo da linguagem fotográfica.

Na revista *Realidade*, ao contrário, as legendas são muito sucintas e, às vezes, até mesmo ausentes. Pode-se supor pelo menos dois objetivos nessa opção: a primeira, de conceder ao leitor a possibilidade de fazer sua própria leitura sobre a imagem. A revista estaria preservando, assim, a potencialidade ambígua da fotografia e permitindo várias apropriações sobre as imagens. Outra possibilidade seria um convite à leitura integral do texto da reportagem.

As legendas na revista *Veja* não têm um padrão bem definido. São às vezes muito sucintas e, em outros casos, conduzem de forma inequívoca a apropriação, a ser feita pelo leitor, das imagens. Nas reportagens analisadas, notadamente a partir da segunda metade da década de 1990, prevalece esse segundo tipo.

Realizou-se um recorte para seleção das fotografias a serem analisadas. Foram escolhidos quatro temas muito recorrentes em reportagens sobre Amazônia: foto aérea de grande distância, desmatamento, estradas e índios. Além das fotografias referentes a estes quatro assuntos, foi selecionada uma outra — pertencente à Edição Especial de *Veja*, comemorativa dos 20 anos da revista — que fazia alusão explícita à Amazônia, intitulada “A terra finita”.

Relativos ao primeiro tema — foto aérea de grande distância —, foram selecionadas uma foto em infra-vermelho, publicada na revista *Realidade*, em 1971, e uma imagem orbital obtida a partir da nave Discovery, publicada em *Veja*, em 1989. Ambas as imagens remetem à imensidão da região. Na primeira delas, o texto refere-se às riquezas minerais do sub-solo que a foto poderia estar revelando, e na segunda, a legenda menciona o enorme estoque genético abrigado pela floresta.

Foto da região de Santarém, feita com filme infravermelho por REALIDADE.

Amazônia vista do espaço pela nave Discovery: um mundo vegetal que abriga o maior estoque genético do planeta.

FOTOS 37 e 38

O tema “desmatamento” já demonstra de forma bem mais clara as mudanças de discurso sobre a região. A foto da árvore sendo cortada aparece em 1957, 1971 e 1995. A imagem é praticamente a mesma, mas na década de 1950 o corte da árvore aparece como o resultado da luta entre a floresta e o caboclo amazônida. Pode-se perceber que o trabalho é coletivo e os instrumentos rudimentares. Estas imagens mostram quanto a região é inóspita; a mata que a recobre é apresentada como um empecilho ao progresso. Na década de 1970, a Revista *Realidade* coloca como legenda apenas “a estrada em obras”, referindo-se claramente aos motivos do desmatamento, mas sem apresentar nenhuma conotação positiva ou negativa da construção da estrada. Em 1995, o corte da árvore aparece associado à devastação da floresta, que estaria avançando em direção ao estado do Amazonas.

Um filhote de “SAMAUMEIRA” (as grandes 10 homens não abraçam) é abatido pelos caboclos.

A estrada em obras.

FOTOS 39, 40 e 41

Na década de 1990, *Veja* intensifica suas “denúncias contra a destruição do tesouro ecológico brasileiro”, se auto-proclamando “fiscal da Amazônia” (Revista *Veja*, 2000:9). Em 2000, numa seção intitulada “Carta ao leitor”, que pode ser considerada um editorial, a revista coloca a pergunta sobre como preservar a região e ao mesmo tempo garantir sobrevivência e progresso para seus habitantes, afirmando que tem mostrado esse dilema desde sua primeira reportagem de capa sobre a Amazônia, em 1971 (ver ANEXOS). Porém, apenas a capa dessa edição é suficiente para mostrar que a preservação não era a maior preocupação da reportagem de 1971. Nesse momento, no Brasil, prevalecia o discurso do “desenvolvimento e segurança”. A revista adota o discurso

ecológico a partir da década de 1980, quando, efetivamente, este passa a ser predominante, mas faz seus leitores acreditarem que esta era a tônica de suas reportagens desde o início.

FOTOS 42 e 43

De fato, a partir de década de 1990, o desmatamento é o tema que recebe maior atenção em *Veja* quando o assunto é Amazônia. Comparadas às fotografias das décadas anteriores, estas transmitem uma mensagem do triunfo do homem sobre a natureza, embora este seja representado, na maior parte das vezes, como tirano. Essa visão é bastante clara na reportagem de 1999, cujo título é “Carrascos da mata”, a qual foi comentada anteriormente.

Várias imagens, tomadas a partir do alto, retratam o homem em primeiro plano e uma enorme área desmatada ao fundo: destaca-se, ao mesmo tempo, a capacidade do ser humano tanto de subjugar a natureza como de recuperá-la.

Cachoeira Porteira, no Pará: a madeira do futuro lago já começou a ser picada.

Mineração Rio do Norte: 600 mil dólares por ano para reflorestar a área desmatada.

FOTOS 44 e 45

Em 1995, a revista apresenta uma foto de corte de árvores associada a um “mapa da destruição” e a legenda refere-se aos incentivos fiscais oferecidos para transferência de madeireiras para o estado do Amazonas (ver FOTOS 27 e 41). Esta fotografia é muito semelhante às duas fotografias citadas anteriormente, das revistas *O Cruzeiro* e *Realidade*, mas desta vez a retirada da mata é associada à destruição e não ao progresso.

O mesmo discurso permanece em 1997, enfatizando-se que o desmatamento é intenso e ininterrupto; a legenda da foto diz: “comboios como este, formado por centenas de toras amarradas [...] descem os rios da Bacia Amazônica sem parar” (ver FOTO 46). Nesta mesma edição, um número especial sobre a Amazônia, uma reportagem dedicada especialmente ao desmatamento aponta o avanço da pecuária como um dos maiores responsáveis pela destruição da floresta, ressaltando novamente a velocidade da devastação: “Em áreas como esta, de Rondônia, a selva já é um fiapo crucificado pelo pasto das boiadas. Todos os anos é devastada na Amazônia uma área maior que a metade de Alagoas” (ver FOTO 47).

Toras jogadas no meio da mata (à esq.), transporte manual de madeira até a estrada (abaixo) e o pesquisador Thomas Lovejoy em uma área devastada “a natureza da Amazônia é muito frágil para que se demore a agir”.

As legendas que acompanham as demais fotos relativas a este tema apresentam os mesmos discursos: na década de 1950, a força da selva resistindo bravamente ao poder do homem; na década de 1970, o desmatamento associado à construção de estradas e ao progresso; e nas décadas de 80 e 90, a preocupação com o reflorestamento de áreas desmatadas e a fragilidade do ecossistema (ver FOTOS 45 e 48). No texto de *Veja*, há uma certa ironia em relação às madeireiras: “árvores de graça por meio século”.

MÁQUINAS GIGANTESCAS encostam em árvores amazônicas, derrubando-as.

O GARBOSO JATOBÁ resistiu 45 minutos ao trator presidencial e exigiu duas máquinas possantes para que tombasse. Eis um exemplo da dureza da luta.

A estrada em obras.
[Transamazônica]

Madeira em
Itacoatiara: árvores
de graça por meio
século

FOTOS 49, 50, 51, 52 e 53

O tema “estradas” também marca claramente os diferentes discursos. As fotografias aéreas oblíquas das rodovias são, mais uma vez, parecidíssimas. Porém, em *O Cruzeiro* de 1959, o texto refere-se ao trabalho de bandeirantes que a estrada representa, uma vez que através dela “o vaqueiro dos pampas abraçará o caboclo amazônico”. Percebe-se a exaltação da política de integração da Amazônia ao Brasil, da qual fazia parte a construção de estradas. *Realidade* traz como legenda apenas “trecho da Transamazônica, perto de Altamira”, informando o leitor sem emitir juízo de valor a respeito da obra, já que, como foi dito anteriormente, a censura não permitia críticas às tais ações. Em 1989 e em 2000, a estrada aparece explicitamente como caminho aberto à devastação da floresta.

TRABALHO DE BANDEIRANTES
Eis um trecho da Belém-Brasília: um sulco aberto num oceano verde. Através dela o vaqueiro dos pampas abraçará o caboclo amazônico.

Trecho da Transamazônica, perto de Altamira.

Rodovia BR-364:
caminho aberto ao
oeste da Amazônia e
à devastação
desenfreada da
floresta.

O desmatamento segue os caminhos abertos na floresta: os sinais de degradação medidos a partir das margens das estradas revelam que o estrago avança até 200 km mata adentro.

FOTOS 54, 55, 56 e 57

Os discursos sobre os índios são os mais ambíguos, perpassados por uma gama de ideologias que se entrecruzam nos diferentes momentos. Mesmo assim, algumas diferenças são marcantes. Em *O Cruzeiro*, embora o texto da reportagem procure mostrar toda a beleza e riqueza do ritual do Kuarup, as legendas das fotos colocam o índio como ser totalmente “exótico”. Além disso, sua comparação, na legenda, a um animal, transforma-o em um ser integrante da natureza: “é ágil e tem a força de um jaguar” é apenas um exemplo deste discurso.

Heloise COSTA considera significativo que a temática indígena tenha sido recorrente em *O Cruzeiro* na década de 50. Na sua opinião

“O índio é um empecilho ao avanço do ‘progresso’, pois, sua imagem é incompatível com o modelo de nação desenvolvida apregoado pela revista. A dominação do índio, como parte do processo de modernização, é defendida, não só como inevitável, mas como necessária, e a revista irá engajar-se sistematicamente nesta tarefa” (COSTA, 1994:84).

Na visão dessa autora, os índios são apresentados, pela revista *O Cruzeiro*, como recursos naturais a serem utilizados em benefício da modernização do Brasil. A proposta é “civilizar” o índio brasileiro, seguindo o exemplo norte-americano. De fato, existe uma naturalização do modo de vida

indígena e do próprio índio. Se, naquele momento, o discurso era de domesticação da natureza, sendo o índio parte dela, deveria ser também domesticado.

Um conjunto de fotorreportagens sobre os índios, n’*O Cruzeiro*, é inaugurado com uma matéria sobre uma tribo xavante nunca antes contatada. O texto da reportagem deixa claro que, não apenas as fotos conferem veracidade aos índios e atestam o contato efetuado pelos repórteres da revista, mas vai muito além disto. Como afirma Helouise COSTA (1994:85), “é a própria fotorreportagem que confere existência aos índios”:

“Os chavantes existiam dentro dos sertões de Goiás. Um cronista poderia afirmar, antes da reportagem, que os chavantes existiam de fato? [...] não poderia dizer se os chavantes eram brancos, azuis ou dourados, nem mesmo chavantes [...]. Veio uma reportagem e objetivou o assunto, tornou-o palpável, material, deu-lhe formas definidas. Depois disso os antropologistas, os etnólogos, os sociólogos caminharão sobre lages e não sobre lendas, firmarão seus estudos sobre fatos, não sobre hipóteses.”⁸⁵

Em 1971, *Realidade* expõe a preocupação com o perigo que a integração da Amazônia representava para os indígenas. Em uma reportagem intitulada “A última chance dos últimos guerreiros”, diferentemente da revista *O Cruzeiro*, os índios não são apresentados como exóticos, diferentes ou animais, mas como pessoas. O *close* do índio aharaibu, na primeira página da reportagem, dá rosto e individualidade a seres humanos que geralmente são tratados como grupo, vistos como parte integrante da floresta, da natureza. As expressões de cada um deles dizem por si mesmas, tornando supérfluas quaisquer legendas.

Veja, em 1989, mostra índios já parcialmente integrados ao modo de vida ocidental, ao mesmo tempo em que mantém parte de seus costumes. Apresenta a preocupação com o índio como uma necessidade da nossa sociedade em manter o símbolo de um modo de vida que lhe é impossível compartilhar. Coloca um kaiapó como “mais rico que 90% dos brasileiros” devido à extensão das terras de sua reserva. Nesta reportagem, as legendas são bastante ambíguas, às vezes até mesmo sem qualquer significado para quem não lê integralmente a matéria. Mas o texto procura apontar algumas das várias faces do problema que se colocam atualmente. Em 1997, a ênfase é dada à taxa de crescimento da população indígena, que voltara a aumentar. Um alívio para a sociedade ocidental,

⁸⁵ “Enfrentando os chavantes.” *O Cruzeiro*, 24 de junho de 1944, pp. 46-62. *apud* COSTA, Helouise (1994:85).

que almeja a manutenção de um modo de vida integrado à natureza, mesmo que não compartilhe dele. Nas legendas das fotos permanece o discurso do índio como bom selvagem e a idealização de seu modo de vida.

TAKUMÃ, campeão xinguano do “Huka-huka”, é ágil e tem a força de um jaguar.

Os rostos calmos e belos que acompanham nossa história são de alguns dos 350 Aharaibus que vivem no alto rio Negro. [...]

Pequeno curumim no colo da índia Kaiapó: mais rico que 90% dos brasileiros.

Os índios ainda vivem como antigamente. O pajé Nelson (à esq.) herdou uma velha tarefa: evitar que o céu lhes caia na cabeça.

Em todas as reportagens de *Veja* sobre a população indígena, muitas das fotografias parecem ter sido preparadas, até mesmo posadas. Como foi visto anteriormente, essa não é uma possibilidade remota. Na maioria das vezes, os índios aparecem com pinturas corporais, cocares e outros adornos que não são, provavelmente, de uso cotidiano. Comparando-se as fotografias do índio empunhando o arco e a flecha, nas reportagens de *O Cruzeiro*, de 1957, e da edição de dezembro de 1997 de *Veja*, é difícil deixar de imaginar que, nessa segunda, se trata de uma fotografia preparada e posada. Afinal, qual seria o motivo para o uso de tantos adornos no exercício de uma atividade corriqueira, se nem há quatro décadas atrás isso acontecia?

O ADULTO não pode flechar peixe na pescaria do “Kuarup”: ficaria “panema” (azarento). Fazem-no só os meninos.

Eles produzem coletivamente, dividem o seu ganho e não conhecem a propriedade privada. Os sinais de que isso pode mudar ainda são tênues. “Dinheiro pode ser importante”, diz o tuxaua Mateus Cós.

FOTOS 65 e 66

Na reportagem sobre os índios da edição de dezembro de 1997, das cinco fotografias apresentadas, apenas uma delas mostra os índios naturalmente: trata-se de uma foto de um grupo de crianças brincando no rio.

FOTO 67

Nas reportagens de *Veja*, ao lado de fotografias em que os índios aparecem como seres exóticos estão dispostas imagens que nos aproximam deles, como a das crianças brincando no rio (ver FOTO 67). Na imagem da índia “guerreira” pode-se fazer a leitura da resistência de uma cultura (ver FOTO 62). Em outra foto, a legenda refere-se aos “bons selvagens” (ver FOTO 68). Infere-se que, ao mesmo tempo em que resistem, são pacíficos. Outra ambivalência⁸⁶ presente nessas imagens refere-se à preservação da cultura indígena: se os índios estão totalmente integrados à cultura ocidental, usando televisões, rádios à pilha e videocassetes, qual o sentido da manutenção de sua cultura? Todas essas ambivalências estão presentes nas reportagens, principalmente em *Veja*, e transparecem tanto através da linguagem visual quanto da verbal. Nessa ambigüidade do discurso e das imagens é que se constroem os imaginários sobre os indígenas e a região.

⁸⁶ Os conceitos de ambivalência e ambigüidade estão sendo utilizados na concepção de Marc Augé: “Aplicar o qualificativo ‘ambivalente’ a uma pessoa, uma atitude, uma situação ou uma proposição é postular que elas podem suportar julgamentos contrários e igualmente pertinentes [...] o diagnóstico de ambivalência aplica-se à coexistência de duas qualidades [...]” (AUGE, 1999:47). Quando alguém ou alguma coisa não pode ser qualificado, entra-se no terreno da ambigüidade. Isso acontece no momento em que alguma coisa de positivo, que não se deixa ainda qualificar, é considerada sob uma forma negativa, surgindo a necessidade de um terceiro termo. “A ambigüidade não tem o mesmo status que a ambivalência: uma mudança de ponto de vista não a dissipa, e neste sentido o seu status científico está menos assegurado, mas ela é explicitamente provisória e por isso cientificamente mais promissora; inscrita no tempo, ela contém a promessa de sua superação” (AUGÉ, 1999:48).

Os “bons selvagens”, na frente da tv: em paz com seus cocares, rádios de pilha e videocassetes.

Os Carajás, do Alto Araguaia, bailam vestidos de palha da cabeça aos pés: “diferentes”.

FOTOS 68 e 69

Em relação a todos os temas fica clara a intensificação da ação governamental na área a partir já do final da década de 1950, mas principalmente no início da década de 1970. Fica evidente, também, que o que era símbolo de progresso em um determinado momento, passa a ser de destruição em outro. E, principalmente, que o discurso ambientalista toma totalmente a cena na década de 1980, sobrepondo-se a todos os outros tipos de preocupação sobre a região.

É possível dizer que, na fase atual, o discurso sobre a região privilegia a floresta e as formas de vida diretamente associadas a ela — neste sentido, o indígena é um elemento importante nesta representação, pois vive em harmonia com a mata. O homem comum pouco aparece, mesmo aquele “caboclo”, tão presente nas reportagens da década de 1950. Parece haver uma desumanização da região, existindo apenas a floresta.

É claro que as fotografias selecionadas aqui não esgotam o assunto nem dão conta de representar todo o universo de imagens veiculadas sobre a Amazônia. Mas a escolha de revistas de grande circulação em território nacional teve o intuito de demonstrar que são essas imagens que chegam para grande parte dos brasileiros, e contribuem enormemente para a formação de um imaginário sobre a região. Mesmo se for ponderado que hoje as revistas têm um poder de veiculação de imagens muito inferior ao da televisão, deve ser lembrado que esta é uma realidade muito recente no Brasil. A televisão em cores só chega na década de 1970, permanecendo por um longo tempo acessível apenas a um reduzido número de consumidores. E, considerando que o papel da televisão é hoje muito maior que o da imprensa escrita, deve-se atentar para o fato de que os conteúdos dos

discursos em relação à Amazônia não se diferenciam muito de um meio de comunicação para outro. Assim, a predominância desse discurso ambientalista com relação à região não é um fenômeno que ocorre apenas nas revistas de informação geral, mas também na televisão, que é o principal meio de comunicação na atualidade.

Em 1988, *Veja* publicava uma edição comemorativa de 20 anos da revista, em que pretendia relembrar os acontecimentos mais marcantes ocorridos no mundo durante o tempo de sua publicação. Como mostra Nilton HERNANDES (2001), essa edição mostrava o que acontecera de mais importante, na ótica da revista, entre 1968 e 1988. Relembrando esses momentos “*Veja* reforça e valoriza a própria imagem, seu papel de testemunha, mediadora, organizadora e intérprete da história que apresenta ao seu público” (HERNANDES, 2001:57).

Assim, na qualidade de intérprete da história, *Veja* dá destaque ao fato de que, na época em que vivemos, tornou-se evidente que a Terra é uma fonte não renovável de recursos. Porém, antes de chegar a este ponto, que era o real objetivo desta página dupla da revista, o texto é iniciado citando dados de devastação na Amazônia (ver ANEXOS). E, ilustrando este texto, uma bela fotografia, mas sem conexão alguma com Amazônia ou com o fato de ser a Terra uma fonte não renovável de recursos. A foto pode ser considerada um símbolo da fragilidade e perseverança da natureza, ao focar uma pequena planta florida, nascida entre gretas de concreto e cercada de inúmeros pés calçados que facilmente poderiam destruí-la (ver FOTO 70). Uma cena bastante urbana ilustrando um texto sobre a importância de preservação do meio ambiente, que, no entanto, é iniciado citando a Amazônia. Com isto pode-se concluir que Amazônia torna-se símbolo, a palavra já pode estar desvinculada de imagens impressas, pois ela remeterá a imagens que cada leitor — ou ouvinte, ou telespectador — já tem incorporadas. E estas imagens atualmente estão tão vinculadas ao discurso ambientalista, que “Amazônia” se tornou símbolo deste discurso.

FOTO 70

Os meios de comunicação de massa e as imagens sobre Amazônia

Os textos apresentados nas revistas, bem como todas as imagens que os compõem, materializam uma ideologia. A ideologia, compreendida como “visão de mundo”, é, segundo José Luis FIORIN (1995: 29), “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social.”.

Dessa forma, toda informação veiculada por um meio de comunicação estará permeada pela visão de mundo do jornalista e, majoritariamente, pela da empresa na qual trabalha. “Não existe, portanto, o fato ‘puro’, base do mito da objetividade” (HERNANDES, 2001:48). Mas esses filtros ideológicos não são mostrados pelos meios de comunicação, que insistem em transmitir a idéia de neutralidade, evitando que o leitor faça uma interpretação mais crítica dos assuntos tratados.

“Daí a razão de se falar em *efeito de realidade*. A mídia constrói uma outra realidade a partir dos acontecimentos que escolhe e reporta. Mas quer fazer crer que o mundo filtrado por seus interesses, sua recriação, é o mundo ‘real’” (HERNANDES, 2001:48).

Como foi visto, das três revistas estudadas aqui, o conceito de *efeito de realidade* não se aplica, justamente, à revista *Realidade*, exatamente porque seu estilo questionava a objetividade dos meios de comunicação. *Veja*, ao contrário, vale-se de diversos recursos, como demonstra Nilton HERNANDES (2001), para transmitir a idéia de neutralidade e objetividade. Mas, como afirma este autor, na verdade *Veja* está opinando constantemente. Ao mostrar estatísticas, discursos de autoridades e especialistas, levantamentos históricos e fotografias, está se cercado de vários argumentos para comprovação do “fato”. Assim, sua visão de mundo é transmitida “por uma interpretação irrefutável de uma dada realidade. [...] Parece-nos [...] que a missão maior de cada profissional de *Veja*, dos repórteres a editores, é buscar obsessivamente informações de máximo poder persuasivo que façam a visão de mundo da publicação parecer ‘verdade’” (HERNANDES, 2001:156).

Há um deslizamento de sentido na interpretação sobre a Amazônia feita pelos meios de comunicação, nos últimos 50 anos. Entre as décadas de 1950 e 70, prevalece o discurso da necessidade de integração da região ao desenvolvimento do país. O progresso deve ser levado à Amazônia por homens oriundos das áreas mais desenvolvidas do Brasil e todos devem participar desse processo: índios, caboclos, migrantes.

Essa visão não é exclusiva das publicações estudadas aqui. Na revista ilustrada *Manchete*, da editora Bloch, o discurso era o mesmo. Em 1970, numa edição especial sobre o Brasil nos anos 70, elenca nove itens, apontando os problemas do Brasil, e outros nove indicando “sintomas positivos”. A Amazônia aparece em três deles; como problema:

“Na Amazônia, que representa quase metade do território brasileiro e ¼ de toda a América do Sul — e onde vivem 4 milhões de pessoas, há apenas 40 médicos, o que dá a média de 1 para 100 mil habitantes. A Amazônia consegue vencer o pior índice mundial, que é o da Nigéria, com 1 médico para 40 mil nigerianos.”

E como “sintomas positivos”:

“A Transamazônica e a Cuiabá-Santarém estão rasgando a floresta em busca da integração nacional, ao fazerem em plena selva um grande Sinal da Cruz, com 2 mil quilômetros de extensão.

A Amazônia e o Nordeste, que até há seis anos eram áreas-problemas, as áreas-críticas, as áreas-bombas, de onde poderiam surgir a qualquer momento os novos

Fidel Castro, aí estão derramando em definitivo o processo de sua redenção, através dos projetos da Sudam e da Sudene que deverão integrá-las no contexto de toda a nação.”⁸⁷

Nas considerações a seguir, será sublinhado o papel das fotografias nas reportagens analisadas, levando em conta a crescente e cada vez mais intensa veiculação de imagens da Amazônia nos últimos 50 anos.

Das três revistas estudadas, apenas em *Veja* o papel das imagens é claramente secundarizado. Porém, como já foi dito anteriormente, esse recurso, particularmente as fotografias, vêm ganhando, nesta publicação, espaço cada vez maior. Assim, ao mesmo tempo em que se afirma que hoje já não existe mais espaço para as revistas ilustradas devido ao domínio da televisão na veiculação de imagens, cresce o espaço ocupado por elas numa publicação como *Veja*, que se propõe a ser uma revista de texto.

Além do incremento do espaço ocupado pela fotografia em *Veja*, aumenta também a preocupação com a qualidade estética das imagens, embora elas continuem tendo um caráter muito mais ilustrativo, não alcançando a importância que tiveram nas duas outras revistas, onde compunham as reportagens, ao invés de apenas ilustrá-las. Coloca-se uma questão a respeito dos motivos que têm levado *Veja* a investir mais nas imagens: será uma exigência dos leitores, uma vez que o interesse pelas imagens aumenta em todos os aspectos? Ou será uma forma de “facilitar” a leitura, permitindo que a absorção de informações seja cada vez maior e mais rápida?

Quanto à intensa disseminação de imagens retratando a Amazônia — veiculadas em todos os meios de comunicação, não apenas a mídia impressa —, algumas inquietações podem ser apontadas. BARTHES (1984) fala que uma das formas que nossa sociedade encontrou de tornar a fotografia sensata é generalizá-la, banalizá-la. Isso acaba levando a uma inversão, a ponto de as imagens parecerem mais vivas que as pessoas. Segundo ele, “vivemos segundo um imaginário generalizado.[...] só existem, só se produzem e só se consomem imagens.” (BARTHES, 1984:173)

O imaginário sobre Amazônia que hoje está presente em todo o mundo foi produzido em grande parte pelos meios de comunicação de massa. Revistas ilustradas como *O Cruzeiro*, *Realidade*, *Manchete* e *Veja* tiveram um papel muito importante na construção desse imaginário no Brasil.

⁸⁷ Revista *Manchete*. Edição especial “Brasil 70”. Rio de Janeiro, RJ: Bloch, out/1970. pp.32-3.

A pergunta que fica é se essa imensa veiculação de imagens contribui para um conhecimento da região e seus problemas. Como foi visto, imagens muito semelhantes são acompanhadas de textos com conteúdos completamente diferentes, de acordo, principalmente, com o momento histórico. Os discursos têm diferentes sentidos e a apreensão das imagens acompanha o sentido do texto. Além disso, como disse BARTHES (1984:174), “generalizada [a fotografia] desrealiza completamente o mundo humano dos conflitos e dos desejos, sob pretexto de ilustrá-lo.” E é dessa forma que a Amazônia passa a figurar no imaginário da maioria das pessoas: uma floresta desumanizada onde, quando há conflitos, estes são totalmente banalizados.

Embora seja sabido que os consumidores dos produtos culturais não os recebam passivamente — ou seja, eles também têm sua produção, reelaborada a partir dos produtos oferecidos —, em relação à Amazônia prevalecem, no senso comum, as visões transmitidas pelos meios de comunicação.

Susan SONTAG (1981) aponta o mesmo perigo do consumo de imagens assinalado por BARTHES, embora com outras palavras. Para ela, as imagens consomem a realidade, e a câmara ao mesmo tempo em que dela se apodera, torna-a obsoleta.

Para essa autora, a fotografia é “parte do tema [fotografado], o prolongamento dele; como também é um meio potente de possuí-lo e controlá-lo” (SONTAG, 1981:149). Como sinônimo de aquisição de coisas e pessoas, a fotografia também coloca os indivíduos na posição de consumidores de acontecimentos, tanto aqueles que fazem parte de sua experiência quanto os que não fazem. Assim, a fotografia redefine o conteúdo da experiência cotidiana.

E é dessa forma que realidades tão distintas e distantes, como a amazônica, são incorporadas por pessoas que jamais sonharam em conhecê-la de fato — e que talvez preferissem não conhecê-la, mesmo que tivessem a oportunidade. As pessoas vivem a Amazônia cotidianamente através das imagens, apropriam-se daquela realidade e dessa forma consideram-se dela conhecedoras.

Susan SONTAG (1981:167) afirma que “a noção mesma que temos do mundo — o ‘mundo único’ capitalista do século XX — é uma visão fotográfica geral”. A visão que a maioria das pessoas têm da Amazônia também o é, uma vez que as imagens que chegam aos “consumidores” formam um todo coerente e homogêneo, uma Amazônia única. “As imagens são sempre compatíveis, ou podem ser compatíveis, ainda quando as realidades que pintem não o sejam” (SONTAG, 1981:167).

Capítulo 5

A representação da Amazônia

Para verificar de que forma as concepções de Amazônia, construídas pelos discursos tratados nos capítulos anteriores, foram assimiladas pelos brasileiros, realizou-se três séries de entrevistas.

O levantamento ocorreu em três capitais brasileiras e a amostra, selecionada aleatoriamente, totalizou 80 entrevistas, sendo 20 na cidade de São Paulo, 30 em Manaus e 30 em Belém (ver QUADROS 4, 5 e 6)⁸⁸. Nas três cidades, as enquetes foram realizadas nas zonas centrais, em locais de grande circulação de transeuntes.

A forma de realização das entrevistas foi a seguinte: em primeiro lugar era feita a pergunta: “Você já ouviu falar em Amazônia?” Como em nenhuma das vezes a resposta foi “não”, apresentava-se ao entrevistado um mapa da América do Sul com destaque para o Brasil dividido em estados (ver FIGURA 5). Perguntava-se, então, se ele conhecia aquele mapa. Quando a resposta era afirmativa, solicitava-se que fosse marcada, no mapa, a área que ele considerava corresponder à Amazônia (neste momento a prancheta e a caneta lhe eram entregues). Depois disso, questionava-se: “Quando se fala em Amazônia, qual é a primeira coisa que você pensa; qual é a primeira imagem que lhe vem à cabeça?” Finalmente eram solicitados os dados sobre o entrevistado, apenas para que se pudesse ter uma referência sobre grau de instrução e local de nascimento.

⁸⁸ A amostragem levantada não obedeceu a critérios estatísticos.

FIGURA 5: Exemplos de localização de Amazônia obtidos nas entrevistas

A síntese das respostas pode ser vista no quadro a seguir:

QUADRO 4: Resumo das entrevistas

TEMA RELACIONADO À IDÉIA	IDÉIAS ASSOCIADAS À AMAZÔNIA	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO
meio-ambiente	floresta (ou mata, mato, selva)	43
	água, rios	5
	pulmão do mundo	3
	natureza	5
	animais	6
	preservação ou destruição	9
população	“vazio demográfico”	2
	índios	5
outros	Zona Franca	5
	cidades ou estados	9
	minérios	1
	turismo	2
-	não soube dizer	3

No que se refere à localização, observou-se que grande parte das pessoas associou a Amazônia ao estado do Amazonas. Somente um dos entrevistados demonstrou conhecer a distinção entre ambos. Quando solicitada a delimitação da Amazônia no mapa, ele perguntou: “Amazonas ou Amazônia?” Quando respondi “Amazônia”, ele disse “Ah! Amazônia eu não sei, não.” Alguns delimitaram a Amazônia clássica, outros a Amazônia Legal. Também houve casos em que foi assinalada a área correspondente à Pan-Amazônia ou Amazônia Internacional (ver FIGURA 5). Apenas um dos entrevistados levou em conta que existe mais de um critério no estabelecimento dos limites da região. Antes de demarcar a Amazônia, este entrevistado perguntou “Amazônia Legal?”

As características fisiográficas atribuídas à região denominada Amazônia, de fato firmaram a crença nela enquanto unidade. Mesmo a delimitação da Amazônia Legal, baseada em normas totalmente arbitrárias — e que contraria, portanto, a homogeneidade regional baseada na presença da floresta — não parece ter mudado essa convicção na unidade regional da Amazônia.

As concepções sobre Amazônia não diferem muito entre os que vivem na região amazônica — neste caso, Manaus e Belém — e os que poderiam ser considerados “exteriores” àquela realidade. Como pode ser notado, as noções vinculadas ao que foi classificado de “meio-ambiente”, são as que predominam. Isto se deve, provavelmente, a dois fatores; primeiro, ao critério de delimitação da região, que foi por muito tempo pautado pelo conceito de região natural e, segundo, à predominância atual, na mídia, das questões ambientais vinculadas à Amazônia. Embora com menor influência, as idéias transmitidas pelos livros didáticos também colaboraram para a formação desse imaginário. Como foi demonstrado a partir do exemplo dos livros de Aroldo de Azevedo, a Amazônia sempre foi caracterizada pela forte presença da natureza, particularmente pela grandiosidade dos rios e da floresta.

A idéia de “pulmão do mundo”, embora já bastante antiga e há muito tempo considerada equivocada pelos cientistas, continua difundida até os dias atuais. Mas as pessoas que citaram essa expressão têm mais de 40 anos, o que talvez revele um indício de que esta noção já seja considerada ultrapassada. Aparecem relacionadas à região não apenas a destruição da natureza, mas também da camada de ozônio da Terra. Numa das entrevistas realizadas em Manaus, foi respondido que a Amazônia “é apelidada inclusive de pulmão do mundo, que eu não acredito que seja, não. As queimadas que acontecem no estado têm contribuído muito para acabar com a camada de ozônio; por isso não é mais o pulmão do mundo”. Em Belém, um entrevistado respondeu que a imagem que lhe vinha à cabeça ao se falar em Amazônia era “a mata atlântica, a mata, né?”

Nota-se que várias questões ambientais divulgadas pela mídia confundem-se. Como a Amazônia está muito ligada aos problemas ambientais, não raro se observa a correlação com temas, tais como, efeito estufa, camada de ozônio, aquecimento global, biodiversidade, mico leão dourado, pirataria genética e chuva ácida, mesmo que não estejam diretamente relacionados à região.

Nas entrevistas, algumas pessoas fazem associação imediata com o lugar em que vivem — como pode ser percebido nas referências a Manaus, ou “O meu estado, o Pará”. O melhor exemplo é a resposta de um jovem paraense, técnico em edificações, para quem falar em Amazônia não traz à mente “nada em especial, por conviver com isso diariamente, por estar vivendo nela”. Apesar dessas exceções, a associação imediata com a imagem de floresta é a mais freqüente, o que leva a uma visão distanciada da Amazônia. Significa que, onde não há floresta, não é Amazônia. Isso fica claro em algumas respostas, como a de um militar cearense que, mesmo vivendo há vinte quatro anos em Belém, diz que a primeira coisa que passa pela sua cabeça quando se fala em Amazônia é que “tinha vontade de conhecer”. Outro entrevistado vê a Amazônia como “uma cidade não muito desenvolvida. Porque o nome tá falando, onde tem a selva”.

A entrevista com o militar cearense também demonstra a dissociação feita, em alguns casos, entre o lugar, a partir do qual se fala, e a região. Em outra entrevista, um vendedor nascido no Espírito Santo, mas morando em Manaus há dois anos, apontou no mapa o estado do Amazonas como localização da Amazônia, mas quando questionado sobre a visão que tem dessa região respondeu que não sabia dizer, por não conhecer o “lugar”.

Os planos governamentais de desenvolvimento para a região ainda estão presentes na memória das pessoas, que citaram a Zona Franca, fizeram alusão ao “minério” e também falaram em “despovoamento” e “espaço”. Como a maioria destes entrevistados tem idade superior a 36 anos, é possível deduzir que, entre os mais jovens, decaiu, na concepção sobre a região, a importância do papel das políticas públicas.

Predominam as idéias mais recentes veiculadas pelos meios de comunicação, que apresentam a Amazônia como uma região que está sendo devastada pelo homem, em ritmos alarmantes, mas que deve ser preservada. Transparece a visão de que o motivo pelo qual a região deve ser mantida intocada é a beleza de sua floresta e seus animais. Um entrevistado fez menção específica à televisão, ao falar das imagens que vinham à sua cabeça quando o nome Amazônia é pronunciado: “Pelo que vejo na televisão e tudo mais... Destruição, preservar a natureza...”

O mesmo entrevistado que disse ser a Amazônia “uma cidade não muito desenvolvida”, complementou dizendo que “Manaus fica longe do Rio de Janeiro, de São Paulo”. Embora tenha delimitado no mapa, aproximadamente a Pan-Amazônia, associou-a a uma cidade, Manaus, comparando-a com outras duas do sul do país⁸⁹. Nesta comparação, o sul é considerado desenvolvido, enquanto a Amazônia permanece numa posição de inferioridade. Assim, a selva aparece completamente vinculada ao não desenvolvimento. Um outro entrevistado, também em Manaus, fez uma correlação na qual os mesmos elementos estão presentes; disse que a Amazônia “é o fim do Brasil, porque foi onde chegou a descoberta por último. Porque começou com Rio de Janeiro e Minas Gerais, e terminou com a região norte, que pega a Amazônia”.

Quando a região aparece qualificada na resposta, há um equilíbrio entre a associação de aspectos positivos e negativos. Nos positivos, a maior frequência é a de respostas que afirmam que “há muita coisa bonita para ser vista na Amazônia”. Outras respostas destacam o desenvolvimento, o turismo, a preservação da natureza e o fato da floresta ser o pulmão do mundo. A perspectiva negativa predominante nas respostas é a destruição da natureza, afirmando-se, até mesmo, que a Amazônia não é mais o pulmão do mundo por causa das queimadas. Mas também se falou no

⁸⁹ Na região norte do Brasil, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são comumente associados ao sul do país.

desprezo do governo pela região, na falta de recursos, no seu “pouco desenvolvimento”, afirmando-se mesmo que a Amazônia é “o fim do Brasil”.

Nas respostas em que os índios são citados e qualificados, estão associados a uma conotação negativa. Em várias respostas, destacou-se que a Amazônia é conhecida pelos índios, embora não seja a única característica da região. Em Manaus, uma entrevistada afirmou que “o pessoal conhece a Amazônia como indígena, raça indígena”; uma outra afirmou que “o pessoal fala que só tem índio, mas não é não; tem muita coisa bonita pra se ver”. Em Belém, um funcionário público comentou que na Amazônia tem “muito mato [e] lá fora eles acham que, além de muito mato, muito índio”. Vê-se que estes entrevistados afirmam que a visão que associa a Amazônia aos indígenas é uma visão externa à região, além de equivocada. Também em Belém, um outro servidor público que apontou o estado do Amazonas como localização da Amazônia, respondeu que a imagem que tem da região é de “jacaré, jabuti, cobra, onça, índio... e o desprezo do governo”. Nesta resposta o índio está inteiramente associado com a natureza, vínculo freqüente tanto nos meios de comunicação quanto nos livros didáticos.

Um comentário muito interessante foi feito, em São Paulo, por uma tecelã cearense. Esta respondeu que a primeira imagem que vinha à sua cabeça ao se mencionar Amazônia era a de “mato, bicho, índio, falta de cultura”, mas complementou: “Apesar que não é isso, mas é o que a gente pensa. Você perguntou o que a gente pensa.”

Estes exemplos demonstram que o imaginário de brasileiros sobre a Amazônia está muito influenciado pelas políticas governamentais para a região e pelo conteúdo exposto nos livros didáticos, mas, preponderantemente, pelo discurso da mídia sobre a região. É evidente que todos os três estão fortemente imbricados, mas como foi visto, os meios de comunicação são, atualmente os maiores veiculadores de imagens sobre a região e no seu discurso predomina a destruição da Amazônia e a necessidade de sua preservação.

QUADRO 5: Resultado das entrevistas realizadas em São Paulo - SP

Dados sobre o entrevistado					Localização da área*	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em S.Paulo		
Alexandre	30	empresário	S. Paulo-SP	30	disse ser uma área dentro do estado do Amazonas, mas não soube delimitar	floresta
Edson	25	auxiliar de escritório	S. Paulo-SP	25	delimitou a porção noroeste do estado do Amazonas	floresta, animais, rios
Ezequiel	30	advogado	Paraná	20	Delimitou área correspondente à Pan-Amazônia	floresta
Francisca	49	tecelã	Cratos-CE	44	não soube localizar	mato, bicho, índio, falta de cultura. "Apesar que não é isso, mas é o que a gente pensa. Você perguntou o que a gente pensa."
Hildebrando	43	cartorário	Uberaba-MG	22	apontou o estado do Amazonas	Zona Franca
Iranildo	26	auxiliar de almoxarifado	Bahia	6	disse ser uma área dentro do estado do Amazonas, mas não soube localizar	mata; mata Atlântica
Israel	37	vendedor ambulante	S. Paulo-SP	37	correspondente ao estado do Amazonas	pulmão do mundo
Jair	52	comissário de justiça	Minas Gerais	42	apontou o estado do Amazonas	floresta
João	32	ferramenteiro	S. Paulo-SP	32	delimitou a Amazônia clássica, aproximadamente	mata, rios
João	70	office-boy	S. Paulo-SP	70	correspondente ao estado do Amazonas	mata; verde
José Roberto	37	professor	S. Paulo-SP	37	correspondente ao estado do Amazonas e adjacências	floresta

QUADRO 5: Resultado das entrevistas realizadas em São Paulo – SP (cont.)

Dados sobre o entrevistado					Localização da área	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em S.Paulo		
Licínia	68	costureira aposentada	Colina-SP	53	apontou o estado do Amazonas	matas
Lurdes	51	auxiliar de serviços	General Salgado-SP	28	apontou o estado do Amazonas	estado do Amazonas
Milton*	55	vendedor	Garças-SP	40	delimitou área correspondente à Pan-Amazônia	pecuária, terra arenosa, devastação, falta de comunicação, falta de recursos, longas distâncias, etc., etc.
Raimundo	40	desempregado	Ceará	5 meses	não soube localizar	não soube dizer
Ramon	19	balconista	Bahia	6	disse ser uma área dentro do estado do Amazonas, mas não soube localizar	mata, floresta
Ricardo	23	trabalha no comércio	S. Paulo-SP	23	correspondente ao estado do Amazonas	floresta, mata amazônica
Roseli	31	educadora	S. Paulo-SP	31	delimitou área correspondente à Pan-Amazônia	mata
Vinícius	20	cobrador	S. Paulo-SP	20	delimitou uma área dentro do estado do Amazonas	mato
Willian	30	promotor comercial	S. Paulo-SP	30	localizou aproximadamente	Em primeiro lugar floresta Amazônica e em segundo lugar Zona Franca

* único entrevistado, em São Paulo, que disse conhecer a região. Possui uma propriedade (220 alq.) no estado do Mato Grosso.

QUADRO 6: Resultado das entrevistas realizadas em Manaus - AM

Dados sobre o entrevistado					Localização da área	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em Manaus		
Madson	16	office-boy	Manaus - AM	16	apontou o estado do Amazonas	Zona Franca
Ioney	66	militar da reserva	Rio Grande do Sul	15	apontou o estado do Amazonas	“A maior floresta do continente... Porque a Rússia é a maior floresta do mundo.”
Ricardo	23	vendedor	Parintins- AM	7	delimitou estado do Amazonas e países amazônicos da América do Sul	a selva amazônica
Jair	45	cravador	São Paulo - SP	20	marcou aproximadamente a Pan-Amazônia	o rio Amazonas
João	34	madeireiro	Pauni - AM	34	delimitou a Pan-Amazônia	preservação, ecologia, ecossistema
Josimar	21	auxiliar de contabilidade	Guari - AM	3	apontou os estados correspondentes à região norte	não soube dizer
Fernando	26	fiscal	Manaus - AM	26	apontou o estado do Amazonas	floresta
Brígida	20	estudante	Manicoré - AM	18	apontou o estado do Amazonas	floresta
Samuel	41	técnico de manutenção	Ceará	15	delimitou os estados da região norte, exceto o estado do Tocantins e disse: “e também uma parte pra cá [no continente americano], que não sei onde é”	“Ainda é a nossa reserva de floresta; o pulmão do mundo, ainda ... da terra.”
Francy	15	estudante	Manaus - AM	15	apontou o estado do Amazonas	Manaus
Raimundo	40	músico	Rio Grande do Norte	25	apontou o estado do Amazonas	desenvolvimento (de modo geral)
Raimundo	37	bancário	Manaus - AM	37	delimitou os estados do Amazonas, Acre e Roraima	verde, água, espaço
Clodoaldo	45	comerciante	Belém - PA	30	apontou o estado do Amazonas	cidade bonita. “Situação financeira melhor no Amazonas; melhor cidade que tem é o Amazonas.”

QUADRO 6: Resultado das entrevistas realizadas em Manaus - AM (cont.)

Dados sobre o entrevistado					Localização da área	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em Manaus		
Maria de Jesus	34	dona de casa	Santarém - PA	25	apontou o estado do Amazonas	“ela ser bonita”
Rui	55	administrador	Manaus - AM	55	delimitou aproximadamente	Amazonas
Cintia	24	auxiliar de administração	Manaus - AM	24	apontou o estado do Amazonas	floresta
José Ricardo	28	militar e professor	Manaus - AM	28	delimitou o contorno da região norte, exceto o estado do Tocantins	estados
Mara	20	estudante	Guari - AM	4	apontou o estado do Amazonas	Amazonas
Lucenilda	27	vendedora	Parintins - AM	12	apontou o estado do Amazonas	“O pessoal conhece a Amazônia como indígena, raça indígena.”
Rodolfo	42	marinheiro mercante/ garçon	Peru	28	marcou aproximadamente a Pan-Amazônia	“Amazônia é uma cidade não muito desenvolvida. Porque o nome tá falando, onde tem a selva. Manaus fica longe do Rio de Janeiro, São Paulo...”
Nizete	39	vendedora autônoma	Japurá - AM	30	apontou o estado do Amazonas	“cidade grande; cheia de floresta pra tudo quanto é lado”
Leonardo	64	auxiliar administrativo	Canutama - AM	27	não soube apontar no mapa, mas disse que a Amazônia são 8 estados: Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins e completa com Maranhão	“É o fim do Brasil, porque foi onde chegou a descoberta por último. Porque começou com Rio de Janeiro e Minas Gerais, e terminou com a região norte, que pega a Amazônia.”
Eliane	23	estudante	Manaus - AM	23	apontou os estados da região norte	“Um país cercado pelo verde, pela mata. O pessoal fala que só tem índio, mas não é não; tem muita coisa bonita pra se ver.”

QUADRO 6: Resultado das entrevistas realizadas em Manaus - AM (cont.)

Dados sobre o entrevistado					Localização da área*	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em Manaus		
Marcio	22	militar	Manaus - AM	22	apontou apenas uma parte do limite, correspondente à região norte, exceto o estado do Tocantins; disse haver “mais uma mancha no sul”, mas não sabe onde	índios, plantas medicinais
Zildo	20	vendedor	Espírito Santo	2	apontou o estado do Amazonas	não sabe; não conhece o lugar
Aristides	57	securitário	Paraíba	24	apontou o estado do Amazonas	“É apelidada inclusive de pulmão do mundo, que eu não acredito que seja, não. As queimadas que acontecem no estado têm contribuindo muito para acabar com a camada de ozônio; por isso não é mais o pulmão do mundo.”
Shirley	20	estudante	Parintins - AM	2	apontou o estado do Amazonas	“Pelo que vejo na televisão e tudo mais... Destruição, preservar a natureza...”
Elizabete	36	vendedora ambulante	Ceará	8	não soube localizar	mata
Antonia	53	vendedora ambulante	Fortaleza - CE	15	apontou o estado do Amazonas	índios
Eliane	21	lojista	Manaus - AM	21	apontou o estado do Amazonas	a mata; verde
Roberto	36	vendedor	Juruti - PA	20	apontou o estado do Amazonas	Amazônia Legal

QUADRO 7: Resultado das entrevistas realizadas em Belém - PA

Dados sobre o entrevistado					Localização da área	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em Belém		
Francisco	35	militar	Fortaleza -CE	24	apontou América do Sul e estado do Amazonas	“A primeira coisa que passa na minha cabeça é que tinha vontade de conhecer.”
Luiz	52	representante de vendas	Pernambuco	10	apontou todos os estados da região Norte do Brasil, além do Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	“Minério.”
Gilmax	28	técnico em edificações	Castanhal - PA	vem a Belém todos os dias	delimitou os estados da região Norte do Brasil, exceto Rondônia e Tocantins	“Nada em especial, por conviver com isso diariamente, por estar vivendo nela.”
Maria	35	contadora	Belém - PA	35	delimitou os estados da região Norte do Brasil, exceto Tocantins	“Mata virgem.”
Naudó	23	estoquista	Belém - PA	23	apontou o estado do Amazonas	“Floresta, natureza, bichos, animal.”
Maria Joana	61	dona de casa	Belém - PA	61	disse não conhecer o mapa	“Tá quase que acabando. Muita coisa que existia não existe mais.”
Ealy	57	bancária aposentada	Camanducaia - MG	6	delimitou aproximadamente a Amazônia Legal	“A beleza da floresta, ecoturismo, ecossistema. Infelizmente os brasileiros não conhecem. Eu não sou daqui, adoro isso aqui.”
Lúcia	38	comerciante	Belém - PA	38	“Amazonas ou Amazônia? Ah! Amazônia eu não sei, não.”	“Me lembra floresta, é uma parte do nosso país que ainda ... Não está tão preservada, mas ainda tem um pouco de ... coisa nativo mesmo.”

QUADRO 7: Resultado das entrevistas realizadas em Belém - PA (cont.)

Dados sobre o entrevistado					Localização da área	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em Belém		
Augusto	39	comerciante	Macapá - AP	36	delimitou estados da região Norte do Brasil, exceto Rondônia e Tocantins	“Floresta.”
Carlos	32	funcionário público / sindicalista	Belém - PA	32	apontou estados do Amazonas e Pará	“Muito mato. Lá fora eles acham que, além de muito mato, muito índio.”
Walter	40	metalúrgico	São Paulo - SP	11 no Pará*	“Amazônia Legal?” delimitou os estados da região Norte do Brasil, exceto Tocantins	“Preservar, preservação.”
Luiz Otávio	61	servidor público aposentado	Belém - PA	61	apontou o estado do Amazonas	“Jacaré, jabuti, cobra, onça, índio ... e o desprezo do governo.”
Fausto	34	despachante	Belém - PA	34	delimitou os estados da região Norte do Brasil, exceto Tocantins	“Mata, verde.”
Raimundo	64	contador aposentado	Santarém - PA	43	delimitou a Amazônia Legal	“Despovoamento. Mato, água, principalmente água. Água, floresta e desabitado.”
Severino	50	motorista	Benjamin Constant - AM	20	apontou os estados do Amazonas e Acre	“É uma das regiões mais ricas do país e uma das mais desprezadas, também, pelas autoridades do país.”
Adriana	22	estudante	Macapá - AP	7	apontou o estado do Amazonas	“Árvores, pássaros, animais. Natureza em si.”
Wagner	28	emendador de cabo telefônico	Belém - PA (foi criado no Rio de Janeiro)	5	apontou o estado do Amazonas	“Muita natureza, muitos animais, muita coisa bonita que Deus deu e que tão acabando, já.”

QUADRO 7: Resultado das entrevistas realizadas em Belém - PA (cont.)

Dados sobre o entrevistado					Localização da área	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em Belém		
Walquíria	36	dona de casa	Belém - PA	36	apontou o estado do Amazonas	“Zona Franca.”
Mauro	25	comerciante	Belém - PA	25	apontou o estado do Amazonas	“Tem tantas coisas, né? Zona Franca de Manaus, algumas coisas da floresta amazônica, folclore da Amazônia.”
Laurito	56	comerciário	Curuçá - PA	30	apontou o estado do Amazonas	“Amazônia pra mim é a mata. Amazonas é o estado. Amazônia é praticamente o país todo, mas já está tudo destruído, sobrou praticamente a terça parte da Amazônia.”
Maria Inês	49	professora de português	Belém - PA	49	disse que delimitaria a Amazônia Legal e delimitou-a aproximadamente	“O meu estado, o Pará.”
Maria Alice	39	técnico em laboratório	Belém - PA	39	apontou o estado do Amazonas	“A floresta, os animais.”
Silvia	22	estudante	Belém - PA	22	apontou o estado do Amazonas	“Nem sei, olha!... Amazônia mesmo, as matas...”
Manuel	47	representante comercial	Belém - PA	47	apontou o estado do Pará, mas disse: “Belém fica na Amazônia, Manaus, Santarém, Breves, tudo isso fica na Amazônia. Nordeste não é Amazônia.”	“Devastação, devastação da floresta amazônica, poluição, queimada.”
José Juracy	38	comerciante	Sobral - CE	23	não soube localizar	“A mata atlântica, a mata, né?”
Ilma	32	comerciante (ambulante)	Soure - PA	16	não soube localizar	“A natureza, o desperdício. As árvores e os animais, que cada dia fica mais difícil de preservar. O turismo, também.”

QUADRO 7: Resultado das entrevistas realizadas em Belém - PA (cont.)

Dados sobre o entrevistado					Localização da área	Imagem relacionada à Amazônia
Nome	Idade	Profissão	Onde nasceu	Há quantos anos em Belém		
Elizabeth	27	estudante	Belém -PA	27	apontou os estados do Amazonas e Maranhão	“Natureza.”
Maria do Socorro	45	advogada	Belém - PA	45	hachurou praticamente os estados do Amazonas e Pará	“Amazônia a gente pensa logo em mata, em floresta ... naquilo que é nosso, que é do Pará.”
Manuel	35	funcionário público / técnico da FNS	Belém - PA	35	apontou o estado do Amazonas	“Floresta.”
Assis	30	agente de saúde	Cametá - PA	- (mora em Cametá)	delimitou os estados da região Norte do Brasil, além do estado do Mato Grosso	“Floresta.”

Considerações finais

O imaginário sobre Amazônia que povoa hoje as mentes de brasileiros, ao nível do senso comum, está referido principalmente à percepção transmitida pelos meios de comunicação. Mas essas noções não são mais do que a reelaboração, por jornalistas, de concepções anteriores, algumas delas com origem também em imaginários mais remotos. A construção da Amazônia hoje se faz sobre aquela Amazônia recriada, em décadas anteriores, a partir de autores que escreveram ou produziram imagens sobre ela no início deste século, como Euclides da Cunha e Alberto Rangel. Estes, por sua vez, construíram suas “Amazônias” a partir da reelaboração de informações colhidas em autores dos séculos que os antecederam, os quais também partiram dos primeiros cronistas que viajaram ao Novo Mundo. E mesmo estes chegaram aqui já imbuídos de uma concepção das novas terras, cuja origem remonta a tempos muito pretéritos. Há uma constante reelaboração da representação de Amazônia, mas que sempre remonta a idéias anteriormente concebidas.

“[...] o analista não toma o texto como o ponto de partida absoluto (dada a relação de sentidos) nem como ponto de chegada. Quando se trata de um discurso não temos origem e não temos unidade definitiva. Um texto é uma peça de linguagem de um processo discursivo muito mais abrangente” (ORLANDI, 1996:61).

Apesar de a consciência sobre a Amazônia ser profundamente marcada pelos diferentes discursos produzidos a seu respeito desde os séculos anteriores, é, sobretudo, neste século, que o discurso científico, principalmente a Geografia, passa a ter um papel importante nessas representações. Esse saber institucionalizado sobre a chamada Amazônia é transmitido através de programas escolares, que reforçam as idéias que se quer transmitir sobre a região. Às representações que antes havia em torno dela, somam-se outras, que não apenas se sobrepõem, mas são reformuladas na sua inter-relação, modificando também as representações em torno da região. Nas palavras de Antonio Carlos MORAES (1988), transformando a consciência sobre a região.

As últimas décadas, particularmente, foram de intensa disseminação de idéias sobre o nosso território, reforçando as que já estavam presentes no imaginário de brasileiros sobre o Brasil, e baseadas fundamentalmente em dicotomias do tipo centro-periferia, litoral-sertão etc. O Nordeste e a Amazônia foram os principais alvos desses discursos — e dessas políticas, pois um justificava o outro —, o que se verifica facilmente nas práticas políticas, como as criações das superintendências para o desenvolvimento das duas regiões.

“O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos ‘objetivos’, [...] são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade [...] que [...] tende a gerar a unidade real. Em suma, os veredictos mais ‘neutros’ da ciência contribuem para modificar o objecto da ciência: logo que a questão regional ou nacional é objectivamente posta na realidade social, [...] qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui [...] para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (BOURDIEU, 1989:119-20).

No que diz respeito à Amazônia, várias vertentes contribuíram para a formação do imaginário brasileiro sobre a região: a propaganda governamental — que difundia as idéias contidas em seus planos de desenvolvimento para a área, principalmente nos governos Getúlio Vargas e no período militar —, o ensino de Geografia nos níveis médio e fundamental e os meios de comunicação de massa. Todas as vertentes estão associadas e a Geografia, como foi visto, teve

um papel fundamental na difusão das idéias sobre a Amazônia, das quais o IBGE constituiu-se no principal divulgador.

Muitos artigos publicados por esse órgão são representativos dessas visões. No início da década de 1970, um artigo publicado pelo DNER e transcrito pelo Boletim Geográfico tem como título “Rodovia transamazônica em busca de um novo mundo”. O título já é bastante interessante ao falar de “mundo novo”, e mais adiante o texto reforça os estereótipos de espaço vazio e selva virgem:

“Sendo o quinto país do mundo em extensão territorial, êle [o Brasil] tem a metade do seu território praticamente virgem, na Região Amazônica, constituída pela maior reserva natural hoje existente, dotada de caudalosos rios e coberta por densa floresta tropical.”⁹⁰

Este é um exemplo de texto inserido em uma publicação de um órgão científico. Portanto, não é apenas nos meios de comunicação que estes estereótipos são difundidos. E os livros didáticos, particularmente de Geografia, por muito tempo apresentaram textos de conteúdo semelhante, como foi visto pelo exemplo de Aroldo de Azevedo.

Também o fato da demarcação da região norte para fins didáticos ser muito próxima da delimitação de Amazônia — sendo que o próprio IBGE não diferencia as duas nomenclaturas — levou a um predomínio de uma visão naturalizada de Amazônia. Luís BAHIANA (1989) considera que a região norte é percebida pela opinião pública, tanto no Brasil, como no exterior, no enquadramento sócio-espacial da Amazônia e, portanto, pelo ângulo do meio ambiente e dos conflitos.

Luís BAHIANA (1989:21) vê a região norte marcada por uma “tríade de sinônimos, que ora esclarece, ora encobre: a região norte equivale à Amazônia que por sua vez dá o recorte da questão ambiental do País.”

A configuração territorial daquilo que hoje se chama Amazônia, conforme afirma Lia Osório MACHADO, permanece com limites imprecisos até os dias atuais. Ela considera que “o que se conhece como região amazônica é um híbrido de conceitos geográficos, políticos e

⁹⁰ “Rodovia transamazônica em busca de um novo mundo”. *Boletim Geográfico* no 219. Ano 29. Nov/dez 1970, p. 23.

históricos”. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de que o território amazônico tem uma “história precisa”, contribui para determinadas delimitações regionais (MACHADO, 1996:837).

Os conceitos de região amazônica e região norte brasileira confundem-se. O próprio IBGE, em seus volumes sobre as grandes regiões brasileiras (1977), já na apresentação nomeia a região norte como Amazônia: “além do descompasso intra-amazônico, um distanciamento físico e sócio-econômico existe entre a Amazônia e as demais áreas do país” (IBGE, 1977:IX). Em seguida, prossegue, nomeando os tópicos do texto de “O conhecimento da Amazônia”, “A bacia amazônica”, “A planície amazônica” e assim por diante, ou seja, considerando sempre região Norte e Amazônia como sinônimos.

Antonio Carlos MORAES considera que o processo de sedimentação de uma mentalidade sobre o espaço não é autônomo em relação ao movimento político da sociedade, pelo contrário, é componente fundamental dele. Embora algumas discussões sobre gestão e representação do espaço não sejam rotuladas “geográficas”, a materialidade do espaço vai sendo construída através delas:

“As transformações efetuadas na superfície da terra seguem muito mais esta ‘Geografia dos Estados Maiores’, da ‘mídia’, etc., do que da que flui nos currículos, nos tratados e nas academias. Se bem que muitas se articulem, notadamente na formação da opinião pública” (MORAES, 1988:33).

Não apenas as transformações materiais são afetadas pela geografia da mídia e dos políticos, mas também as representações sobre os lugares, os espaços, até porque ambos estão vinculados.

A Amazônia é um exemplo patente dessa articulação entre os discursos da mídia, dos governos, da academia. E existe uma incorporação efetiva desses discursos na assimilação e posterior representação da região ao nível do senso comum.

As concepções e percepções sobre essa área certamente refletem-se na sua “construção material” — para utilizar termo de MORAES (1988). Ao mesmo tempo, todas as políticas para a região, justificadas ou não por discursos geográficos acadêmicos, influem nessa representação. Desta forma, a construção material da Amazônia também se reflete na maneira como ela é percebida. Mas como variam espacialmente a intensidade e a velocidade das transformações na região, certamente também variam as influências sobre as percepções nos diferentes lugares.

Sendo a região, antes de tudo, representação, conforme afirma BOURDIEU (1989), existiria um universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados, envolvidos em cada um dos usos do conceito de região. Tal universo só pode ser vislumbrado a partir de um conjunto de estudos de caso que visem apreender sua gênese e as representações que lhe estão associadas, de descrever os processos em jogo nos quais e por meio dos quais ele é reproduzido.

Preocupada em entender a unidade territorial do Brasil e a apropriação de uma extensa área territorial, correspondente à Amazônia, Lia Osório MACHADO (1989) considerou que esse apropriar-se — ou apoderar-se, em suas palavras — de um território envolve não apenas o que se descreve como “realidade”, mas também “as imagens mentais das coisas e dos eventos, o que abre caminho não só para os conceitos como para as ideologias e os mitos” (MACHADO, 1989:vii).

Pode-se perceber, nesta visão, o poder simbólico do qual fala BOURDIEU:

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.”

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1989:14-5).

O conceito de região amazônica, ou melhor, a conceituação — e portanto o reconhecimento, pelo menos por parte do grupo do qual ela partiu — da Amazônia como região

envolve uma série de lutas e interesses. Como assinala BOURDIEU (1989), é um objeto de luta entre cientistas.

No caso da Amazônia, tal definição legítima é disputada não somente por cientistas, mas também por outros grupos interessados não apenas na divisão, mas, sobretudo, no que ela implica em termos de políticas e investimentos. Ainda que nem sempre de forma direta, estão envolvidos neste debate políticos, estrategistas militares, ambientalistas, empresários de vários setores (agrícolas, de empresas de colonização, transportes, mineradoras, madeireiras, construtoras, de telecomunicações). Dessa forma, mesmo não estando interessados nos “critérios científicos” envolvidos na definição da região, interessa-lhes o resultado desta disputa pela definição a ser legitimada. Os agentes envolvidos nesta definição têm um papel maior ou menor em função dos interesses de cada época, de cada contexto histórico.

De qualquer forma, grande parcela da população — do Brasil ou da região amazônica — permanece alheia a estas discussões, tendo apenas a percepção dos resultados das políticas e ações delas derivadas.

BOURDIEU (1989) aponta os diferentes elementos que participam da luta pela divisão e classificação dos espaços e a interação entre eles. Segundo este autor, a luta pela autoridade científica sobre o conceito de região está vinculada a políticas governamentais de “ordenamento do território” ou de “regionalização”, assim como de ações regionalistas. Assim, é importante não apenas desvendar quais são os agentes envolvidos nessa luta, mas também entender a divisão entre real e representação do real e a necessidade de se incluir o segundo na compreensão do primeiro.

Ao vocábulo Amazônia podem ser correspondidas diferentes configurações territoriais. Se a Amazônia correspondia primordialmente à bacia do rio que lhe deu o nome, teve seus limites um pouco acomodados para finalidades estatísticas e passou a corresponder à área dos estados que compõem o que também se convencionou chamar região Norte do Brasil. Mas, a mais significativa alteração, tanto nos contornos e limites, como nos princípios de classificação da região, deu-se em 1966, com a criação da Amazônia Legal. Este novo conceito ampliava os limites da chamada Amazônia clássica, substituindo os critérios fisiográficos utilizados para o estabelecimento desta, por critérios políticos na definição daquela. Estes, apesar de justificados tecnicamente, foram impostos por um Estado autoritário, que se utilizou largamente dos meios de comunicação e do sistema escolar no processo de legitimação da nova classificação.

Apesar de “Amazônia Legal” estar presente no vocabulário de brasileiros, não há uma correspondência na sua visualização territorial. Foi percebido nas entrevistas realizadas em Belém,

Manaus e São Paulo, que embora muitas pessoas já tenham incorporado o termo, poucas sabem o que isso significa e qual é a área que corresponde a esse conceito. Mesmo tendo havido uma modificação dos critérios para classificação da Amazônia brasileira, quando se fala em Pan-Amazônia, por exemplo, continuam prevalecendo as características fisiográficas.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que existe um reconhecimento em torno do termo “Amazônia”. Não é possível deixar de admitir que o mesmo remete a uma configuração territorial, seja Amazônia clássica ou Amazônia Legal, sejam quais forem os critérios que subsidiaram a institucionalização dessas bases territoriais.

A constituição da Amazônia como uma região tem uma historicidade que cabe ser elucidada, bem como os agentes cujos critérios predominaram neste ou naquele momento histórico. Não se pode negar que a ocorrência da floresta equatorial úmida tenha sido um dos fatores mais recorrentes nessa delimitação. Se essa classificação sempre implicou em uma grande generalização — uma vez que a floresta não é homogênea na área da Amazônia clássica⁹¹ —, atualmente ela é ainda mais problemática, pois devido a devastação da mata, tal princípio já não se aplica do ponto de vista empírico. Mas o que importa, no atual momento histórico, é muito menos a floresta enquanto representação objetiva e muito mais enquanto representação mental da região — utilizando terminologia de BOURDIEU (1989). Não se pode negar que, simbolicamente, trata-se ainda de uma característica bastante forte.

Para BOURDIEU é necessário que se apreenda ao mesmo tempo o que é instituído — sem perder de vista que a instituição é apenas um momento, fruto das relações de força entre os vários interesses de classificação naquele momento — e as representações. É necessário “restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e a relação com estas estruturas” (BOURDIEU, 1989:118), para melhor compreender a realidade.

Diversas representações sobre Amazônia podem ser percebidas nos vários discursos produzidos sobre a região. Desde a chegada do europeu ao Novo Mundo vêm sendo produzidos discursos sobre a região e, apenas neste século, no Brasil, diferentes enunciados podem ser distinguidos. Para citar alguns dos mais significativos: o de Euclides da Cunha e Alberto Rangel no começo do século, com preocupações de inserção da Amazônia no cenário nacional; o discurso também nacionalista de Getúlio Vargas; o desenvolvimentista de JK; o integracionista dos governos militares; o ambientalista, predominante nos meios de comunicação de massa desde a década de 1980; o discurso da Universidade; da elite regional; das ONGs. São discursos produzidos

⁹¹ Os estudos para propostas de zoneamento geo-ecológico-econômico diferenciam sub-unidades na região amazônica, mesmo utilizando-se apenas critérios fisiográficos.

por diferentes agentes em momentos históricos distintos. Mas, o que muda nestes discursos, de acordo com os agentes e os diferentes momentos históricos? E o que permanece neles? É possível perceber uma unidade ou um fio condutor entre eles? Seria um projeto civilizatório que permeia todos eles?

Pode-se considerar que a domesticação da natureza é um elemento presente em todos eles, apesar das suas diferentes finalidades e dos distintos meios propostos para alcançá-la. Assim, a representação da natureza é um dos aspectos mais importantes para a compreensão da intenção destes discursos. No que diz respeito à Amazônia, predominam os discursos com elementos ambivalentes. A natureza, esteve, por bastante tempo, associada à dicotomia paraíso/inferno. Esta, por sua vez, relaciona-se a outra ambivalência: natureza/cultura — expressa, principalmente, em Euclides da Cunha e Alberto Rangel. A natureza estaria vinculada à barbárie, à selvageria, ao inculto, ao caos, ao desconhecido; a cultura, associada à civilização, ao desenvolvimento, à organização, ao disciplinado. Estes pares de opostos culminariam na ambivalência barbárie/civilização. A população indígena, por estar diretamente associada à natureza, também estaria atrelada a essa classificação. Mas há um deslocamento das adjetivações, de acordo com o momento histórico. A partir de um determinado momento, a cultura ocidental e o progresso passam a ser demonizados.

Embora a maior parte destes discursos seja construída por meio da dicotomia, permanece neles a ambigüidade. As ambigüidades emergem como fruto do imaginário social, resultado das negociações de representações culturais. A categoria “caboclo” pode ser considerada um bom exemplo dessa ambigüidade. O caboclo, representante “típico” da população tradicional, não estaria nem na natureza, nem na cultura; estaria na fronteira entre ambos. Por meio dele, é possível criar novos sentidos e novas interpretações para as representações da Amazônia. Sua ausência, na maior parte das reportagens sobre a região, pode ser explicada justamente pela dificuldade de enquadramento desse elemento na formação discursiva predominante nos meios de comunicação.

Dessa construção discursiva exógena, o que permanece como representação da Amazônia para o nativo? A representação de Amazônia da população tradicional amazônica tem alguma semelhança com tais representações? Em que medida as representações expressas por esses discursos foram assimiladas por este grupo? Qual a influência do discurso imagético dos meios de comunicação de massa na formação da representação de Amazônia do habitante tradicional?

Pode-se considerar a representação de Amazônia da elite regional⁹² mais próxima de um discurso “oficial” sobre a Amazônia, isto é, aquele da Universidade, dos meios de comunicação de massa, das ONGs, do Estado.

A visão endógena de Amazônia é constituída por uma polifonia que representa a população local. Assim como a Amazônia não é homogênea, tampouco é a população da região. Com toda a heterogeneidade e polifonia de discursos, pode-se fazer uma distinção entre três grandes grupos: os intelectuais, as populações tradicionais e os demais, que estão entre os dois extremos, ou seja, os grupos urbanos, pessoas que têm maior acesso à informação e, portanto, às visões de Amazônia produzidas externamente. Todos esses grupos percebem os lugares e a heterogeneidade da região, mas os intelectuais usam a noção de conjunto como uma forma possível de inserção política e de resistência.

Nesta pesquisa buscou-se resgatar a representação endógena do espaço amazônico a partir de um estudo de caso. Como foi visto, existem algumas perspectivas em Geografia que consideram importante abordar as representações espaciais.

Para a perspectiva humanística dois conceitos utilizados em Geografia são fundamentais: espaço e lugar. Enquanto o espaço refere-se a algo abstrato, sem referencial concreto, o lugar emerge da experiência, é um mundo ordenado e com significado, pois é o espaço vivido cotidianamente. A Amazônia é um espaço, pois não é passível de ser percebida concretamente. Mas a região é constituída de lugares, estes sim experienciados diretamente. A intensidade da região, e mesmo do país, é vivida na experiência do universo cotidiano de cada um. A assimilação da região pode dar-se através do reconhecimento da inserção do espaço vivido em uma escala mais abrangente e na medida em que surja um sentimento de pertencimento em relação a este universo maior. A existência da região e do país é estimada por elementos simbólicos, da identidade e do pertencer. Se não houver uma identificação com a região, ela inexistente.

“Em resumo, podemos dizer que lugares muito queridos não são necessariamente visíveis, quer para nós mesmos, quer para os outros. Os lugares podem se fazer visíveis através de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com outros lugares,

⁹² A despeito de todas as discussões em torno da conceituação de “elite”, neste texto este termo estará sempre referido a “qualquer grupo ou categoria em um sistema social que ocupa uma posição de privilégio e dominação. Os exemplos incluem a classe alta, os altos comandos militares, os professores catedráticos em algumas universidades, executivos-chefes de empresas, líderes da religião organizada, altos funcionários de partido na OLIGARQUIA política ou peritos em sistemas sociais que dependem de conhecimentos especializados.” (JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. São Paulo: Zahar, 1977).

proeminência visual e o poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos”
(TUAN, 1983: 197).

Outro meio que pode dar visibilidade ao lugar e à região é o poder da escola, através do ensino de algumas disciplinas, particularmente a Geografia, como foi visto no terceiro capítulo. Pode-se, dessa forma, cultivar um “sentido de lugar”, que é uma experiência diferente de estar arraigado a um lugar. O arraigamento se origina da experiência direta, enquanto o sentido de lugar pode surgir através de meios simbólicos como a arte, a política e mesmo a mídia.

Assim, segundo TUAN (1980:219-21), criar um sentimento pela pátria — portanto, transformar a pátria em lugar — é um esforço consciente. Trata-se da formação de um sentimento pela pátria, transformando-a em lugar. Da mesma forma, é possível a geração de um sentimento pela região. Pode-se considerar que este é o processo de criação de identidade em curso na Amazônia, e do qual os intelectuais são os melhores representantes.

Mas, no Brasil, a percepção predominante de Amazônia, como foi demonstrado, é a de uma paisagem, mais especificamente a paisagem da floresta.⁹³ Por isso a visão endógena e a exógena são dissonantes. Quem mora na Amazônia vivencia os lugares e o lugar onde se vive nunca é visto como uma paisagem. A paisagem representa o lugar almejado, pretendido.

As percepções em torno do lugar estão muito distantes da imagem de Amazônia que predomina nos discursos políticos, nos meios de comunicação de massa ou no meio acadêmico. Os interesses do Estado e da sociedade criam representações que atribuem uma imagem de Amazônia definida a partir dos interesses de vários grupos. Esse é o papel principal da ideologia que opera a imagem de Amazônia; cria uma representação exógena, atribui, a partir de fora, uma imagem para a região que tem a função de silenciar as representações endógenas.

A visão exógena de Amazônia atribui, através do conceito de região, uma feição característica para a Amazônia. Essa atribuição ou caracterização acontece em determinados momentos como instituição política, em outros como qualificação, inserida num determinado momento histórico. A qualificação e mesmo a delimitação da área, criando a região — e, concomitantemente, definindo a paisagem —, está inserida num determinado momento histórico, portanto inserida nas condições da sociedade que a produziu. Exploradores, jornalistas, escritores, planejadores, professores, políticos, enfim, todos que vêem a Amazônia a partir de um

⁹³ Na concepção de paisagem utilizada aqui se considera que, para apreensão desta, é necessário um afastamento do observador.

distanciamento criam dela uma imagem que terá características diferenciadas de acordo com o momento histórico que a produziu. Ao mesmo tempo existe uma permanência nesses discursos, embora com diferentes intenções políticas: a maior constância refere-se à homogeneidade da paisagem. Pode-se afirmar que os discursos divulgados por esses agentes não levam em conta as visões das pessoas que lá vivem.

A visão das populações tradicionais, por sua vez, não leva à construção de uma Amazônia ou de uma paisagem amazônica, pois não há o distanciamento necessário. As pessoas que fazem parte da população local não vivem a região, mas os lugares. Conhecem o seu espaço de vida, criam uma teia de relações que reconhecem o lugar e com ele se identificam. Na verdade, esse é um processo dinâmico, porque varia de acordo com a conjuntura cultural. Existe, assim, o espaço vivido, construído a partir das relações no lugar, que se diferencia do espaço atribuído, elaborado a partir de uma percepção exógena. Vista a partir do lugar, a homogeneidade amazônica não existe, aliás, nem existe a Amazônia. Existem os diversos locais vivenciados por vários grupos. É por isso que, a partir dos lugares, quando se fala em Amazônia, a referência é sempre “depois da estrada” ou “onde têm as queimadas”, ou seja, “lá”, “em outro lugar” — distanciado, portanto, daquele que fala.

Bibliografia

Bibliografia citada

- ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi de & SADER, Regina T. Paisagem e cultura. *Revista Imaginário* n° 5. São Paulo, SP: NIME/LABI; Instituto de Psicologia; Universidade de São Paulo, 1999. pp. 83-9.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia* n° 54. São Paulo, SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, junho/1977. pp. 5-28.
- ARAÚJO, Tania Bacelar. A experiência do planejamento regional no Brasil. In: *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, SP: ANPUR/ Hucitec, 1993. pp. 87-95.
- AUGE, Marc. *O sentido dos outros*. Atualidade da antropologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Geografia das Crianças*. Destinada ao ensino primário. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1947.
- _____. *Geografia do Brasil*. A Terra, o Homem, a Economia. 93ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1959.
- _____. *As regiões brasileiras*. (O Brasil e o Mundo Vol. III). 5ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1969.

- BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e Discurso: História e Literatura*. São Paulo, SP: Ática, 1995.
- BAHIANA, Luís Cavalcanti. "O Norte na organização regional do Brasil." In: FIBGE/ Diretoria de Geociências. *Geografia do Brasil. Vol. 3: Região Norte*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1989. pp. 15-23.
- BAILLY, Antoine & DEBARBIEUX, Bernard. "Géographie et représentations spatiales." In: BAILLY, Antoine S. (Coord.) *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1995. pp. 157-64.
- BALLESTEROS, Aurora Garcia. "Presentación." In: BALLESTEROS, Aurora Garcia (Ed.). *Geografía y Humanismo*. Barcelona: Oikos-tau, 1992. pp. 9-17.
- BARROS, Lourival Holanda. Historiografia a tintas nada neutras. *Revista USP nº 13*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, março/abril/maio de 1992. pp. 44-7.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1984.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EDUSP, 1979 (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v.53).
- BECKER, Bertha K. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia - um poder territorial? *Revista Brasileira de Geografia Vol. 4 nº 52*. Rio de Janeiro, RJ: FIBGE, out./dez. 1990. pp.117-26.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 5ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.
- BELUZZO, Ana Maria. A propósito d' *O Brasil dos Viajantes*. *Revista USP nº 30*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. pp. 8-19.
- BOURDIEU, Pierre . "Sobre o poder simbólico." In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989. pp. 7-15.
- _____. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região." In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989. pp. 107-32.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo, SP: EDUSP, 1996.
- CABREIRA, Márcia M. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira – um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. *In: Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/ Hucitec, 1993. pp.35-58.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*. David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo, SP: Ed. Senac, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. “Visibilidade da região e do regionalismo.” *In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da F.; NABUCO, Maria Regina. (Orgs.) Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. pp.155-169.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. *Região e sociedade na Amazônia brasileira: política, ciência e mitos*. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- COSTA, Helouise. *Um olhar que aprisiona o outro*. O retrato do índio e o papel do fotojornalismo na Revista *O Cruzeiro*. Revista Imagens no 2. Campinas, SP, ago./1994.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo, SP: Cultrix; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1975.
- _____. Org. [da coletânea] Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, SP: Ática, 1984. (Col. Grandes Cientistas Sociais)
- _____. *Um paraíso perdido*. Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. (Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins). 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1994.
- DAOU, Ana Maria “Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lay.” *In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001. pp.135-62.
- DNER. Rodovia transamazônica em busca de um novo mundo. *Boletim Geográfico nº 219*. Ano 29. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, nov./dez. 1970. pp. 22-6.
- EGLER, Cláudio A. G. “Questão regional e gestão do território no Brasil.” *In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto. Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. pp. 207-238.
- ENTRIKIN, J. Nicholas. O humanismo contemporâneo em Geografia. *Boletim de Geografia Teórica*. Vol.10 nº 19. Rio Claro, SP, 1980. pp. 5-30.

- FARO, José Salvador. Realidade e o novo jornalismo. *Comunicação e Sociedade* n° 27. São Bernardo do Campo, SP:Umesp/Facon, 1997. pp. 9-20.
- FERNANDES, Terezinha Fátima Tajé Dias. *Jorge Andrade, repórter Asmodeu* (leitura do discurso jornalístico do autor na Revista “Realidade”). Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1988.
- FERRARA, Lucrécia D’Alessio. “Do mundo como imagem à imagem do mundo.” In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, SP: Hucitec/ANPUR, 1994.
- FERREIRA, Oliveiros S. “Reflexões sobre a nação e a Amazônia.” In: D’INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 97-101.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 4ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1995.
- FREITAS, Inês Aguiar de. *Em nome do pai*. A geografia dos jesuítas no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 1992.
- FREMONT, Armand. Pesquisas sobre o espaço vivido. Tradução de Maria Regina C. de T. Sader (não publicado) do original Recherches sur l’espace vécu. *L’Espace Géographique* n° 3, 1974. pp.231-237.
- _____. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.
- _____. “Histoire d’une recherche.” In: FREMONT, Armand et al. *Espaces vécus et civilisations*. Paris: CNRS, 1982. pp. 11-27.
- _____ & CHEVALIER, Jacques. “Liex, classes, cultures, mobilités.” In: FREMONT, Armand; CHEVALIER, Jacques; HÉRIN, Robert; RENARD, Jean. *Géographie sociale*. Paris: Masson, 1984.
- GALLAIS, Jean. “La perception et la pratique de l’espace dans les pays tropicaux.” In: FREMONT, Armand et al. *Espaces vécus et civilisations*. Paris: CNRS, 1982. pp. 29- 47.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Euclides, elite modernizadora e enquadramento.” (Introdução) In: CUNHA, Euclides da. Org. [da coletânea] Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, SP: Ática, 1984. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo*. História de uma polêmica (1750-1900). São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1996.
- GERVAISE, Yves. L'analyse de l'espace vécu en région rurale tropicale: l'exemple du Minas Gerais (Brésil). *L'Espace Géographique n° 1*. Paris: CNRS, jan./mar., 1976. pp. 27-32.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Um texto icônico-verbal por semana: vendo/lendo capas de Veja*. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1992.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. "O conceito de região e sua discussão." In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. pp. 49-76.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo, SP: Contexto, 2001.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, SP: Marco Zero, 1994.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo, SP: Cia. Das Letras, 2001.
- HERNANDES, Nilton. *A Revista Veja e o discurso da globalização*. Uma análise semiótica. Dissertação (Mestrado). Departamento de Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- HOBBSAWN, Eric. "Introdução." In: *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990. pp. 11-22.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 3ª ed. São Paulo, SP: Cia. Editora Nacional, 1977.
- IBGE. *Geografia do Brasil. Vol. 1. Região Norte*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1977.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. São Paulo, SP: Zahar, 199?
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem ao Amazonas (1735-1745)*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.
- LEITE, José Roberto Teixeira. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, séc. XV-XVII. *Revista USP n° 30*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. pp. 8-19.
- LENCIONI, Sandra. "Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico." In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo, SP: Contexto, 1999. pp. 187-204. (Col. Caminhos da Geografia)

- _____. *Região e geografia*. São Paulo, SP: EDUSP, 1999. (Coleção Acadêmica, 25).
- LIMA-AYRES, Deborah de Magalhães. *The social category caboclo. History, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an amazonian region (the Middle Solimões)*. Department of Social Anthropology. University of Cambridge. Cambridge, 1992.
- MACHADO, Lia Osório. *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional. (1540-1912)*. Vol. 1. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia Humana. Universidade de Barcelona. Barcelona, 1989.
- _____. "Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem." In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. pp. 309-353.
- _____. "Sistemas 'longe do equilíbrio' e reestruturação espacial na Amazônia." In: MAGALHÃES, Sônia B., BRITTO, Rosyan de C. e CASTRO, Edna R. (Orgs.) *Energia na Amazônia*. Vol. 2. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Universidade Federal do Pará/ Associação das Universidades Amazônicas, 1996a. pp. 835-59.
- _____. O controle intermitente do território amazônico. *Território Vol. 1 n° 2* (jan./jun. 1997) Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará/ LAGET-UFRJ, 1996b. pp.19-32.
- MAGNANO, Angélica Alves. "A estrutura do espaço regional." In: FIBGE/ Diretoria de Geociências. *Geografia do Brasil. Vol. 3: Região Norte*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1989. pp. 273-307.
- MAHAR, Dennis J. "Políticas de desenvolvimento da Amazônia: passado e presente." In: *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Planejamento Econômico e Social/ Instituto de Pesquisas, 1978. pp.7-48. (Relatório de Pesquisa n° 39).
- MANTHORNE, Katherine E. O imaginário brasileiro para o público norte-americano do século XIX. *Revista USP n° 30*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. pp. 58-71.
- MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. 2ª ed. revista. Manaus, AM: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- MICHILES, Aurélio. Zapping amazônico. Amazônia, Brasil? *Revista USP n° 13*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, março/abril/maio de 1992. pp. 58-60.

- MINGUET, Hélène. "Introdução." In: LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem ao Amazonas (1735-1745)*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. Espaço, Cultura e política no Brasil. São Paulo, SP: Hucitec, 1988.
- MORAES, Leticia *A dança efêmera dos leitores missivistas na Revista Realidade (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- MOREIRA, Eidorfe. "Amazônia: o conceito e a paisagem." In: *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Vol. I. Belém, PA: CEJUP, 1989.
- NOBRE, Carlos A. & NOBRE, Antonio D. O balanço de carbono da Amazônia Brasileira. *Revista de Estudos Avançados*. Vol.16, nº 45. São Paulo, SP: IEB/USP, maio/agosto de 2002.
- NONN, Henri. "Régions, nations." In: BAILLY, Antoine S. (Coord.) *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1995. pp. 63-76.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Integrar para não entregar*. Políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- PEREGRINO, Nadja. "*O Cruzeiro*": A revolução da fotorreportagem. Rio de Janeiro, RJ: Dazibao, 1991.
- PERIDES, Paulo Pedro. A divisão regional do Brasil de 1945. Realidade e método. *Revista Orientação* nº 9. São Paulo, SP: Departamento de Geografia - USP, 1991. pp. 15-22.
- _____. A divisão regional o Brasil de 1968. Propostas e problemas. *Revista do Departamento de Geografia* nº 7. São Paulo, SP: Departamento de Geografia - USP, 1994. pp. 87-94.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Léry. *Revista USP* nº 30. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. pp. 84-93.
- PIMES/UFPE/IPEA/SUDENE. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. Vol. 3: A política de desenvolvimento regional. Recife, PE: SUDENE, 1984.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, SP: Ática, 1993.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. 4^a ed. França: Tours, Typographia Arrault & Cia., 1927.

_____. “Aspectos gerais do Brasil.” In: _____. *Rumos e perspectivas*. (Discursos e conferências). São Paulo, SP: Cia. Editora Nacional, 1934. pp. 139-251. (Col. Brasileira, série V, vol.XXVI)

REVISTA NOSSO PARÁ nº 3. *A economia dos contrastes*. Belém, PA: Agência Ver Editora, s/d.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. *Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental*. (Cap. II) Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993. pp. 32-67.

RIBEIRO, Luis Antonio de M. “Retrospecto histórico dos livros didáticos no século XX e sua relação com a evolução do pensamento geográfico e com a ação do estado.” in *O estudo da população nos livros didáticos de geografia para a 5^a série de 1^o grau*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987. pp. 52-83.

ROCQUE, Carlos. “Inferno Verde”. In: *Antologia da cultura Amazônica*. Introdução geral: Arthur Cézár Ferreira Reis. Vol. III (Contos - trechos de romances). Belém, PA: Amada, s/d.

SADER, Maria Regina C. de Toledo. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1986.

SALGADO, Maria de Jesus Pires. *A Amazônia: de inferno verde a celeiro do mundo*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 1979.

SANGUIM, Andre-Louis. La géographie humaniste ou l’aprocche phénoménologique des lieux, des paysages et des espaces. *Annales de Géographie XC^e Anné n^o 501*. Paris: Armand Colin, sep./oct. 1981. pp. 560-587.

SANTA-ANNA NÉRI, Frederico José de. Santana. *O país das amazonas*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EDUSP, 1979. (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v.43).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

- SANTOS, Wilson. *A obra de Aroldo de Azevedo – uma avaliação*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, SP, 1984.
- SEIXO, Maria Alzira. Entre cultura e natureza. Ambigüidades do olhar viajante *Revista USP* n° 30. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. pp. 120-133.
- SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura *Revista USP* n° 30. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. pp. 108-119.
- SIOLI, Harald. *Amazônia*. Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- SOARES GUIMARÃES, Fábio de Macedo. Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 50. Número especial. T. 1. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1988. pp. 9-66. (Ed. Fac-símile)
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Rio de Janeiro, RJ: Arbor, 1981.
- SORRE, Maximilien. “A noção de gênero de vida e sua evolução.” *In: Max Sorre: geografia*. Org. [da coletânea] Januário Francisco Megale. São Paulo, SP: Ática, 1984. (Col. Grandes Cientistas Sociais) pp. 99-123.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986.
- SPIX, Johann Baptiste von & MARTIUS, Karl Friederich Philipp von. *Viagem pelo Brasil - 1917-1820*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EDUSP, 1981.
- SUDAM. *O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia*. Legislação básica/ Vol. 1. Rio de Janeiro, GB: SUDAM/Spencer, 1967.
- _____. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia: 1972-1974*. Belém, PA: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1971.
- TOCANTINS, Leandro. “Prefácio.” *In: Amazônia: tipos e aspectos*. (Excertos de “Tipos e aspectos do Brasil, edição do Conselho Nacional de Geografia) 2ª ed. Rio de Janeiro, GB: SUDAM, 1966. p.7-13.
- _____. *O rio comanda a vida*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1973.

- TOURINHO, Helena Lúcia Z. (Coord.) *Repercussões sócio-econômicas do complexo Albrás-Alunorte em sua área de influência imediata*. Belém, PA: IDESP, 1991.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, SP: DIFEL, 1980.
- _____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, SP: DIFEL, 1983.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EDUSP, 1979.

Bibliografia consultada

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro, RJ: Funarte; Rocco, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. "Introdução." In: *Carajás: a guerra dos mapas*. 2ª ed. revista e ampliada. Belém, PA: Seminário de Consulta, 1995. pp. 35-48.
- ANDERSON, Scott D. "Engenhos na Várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia." In: LÉNA, Phillipe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.) *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém, PA: CEJUP/ Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. (Col. Eduardo Galvão) pp. 101-21.
- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. "Introdução." In: *Mitologia da mineiridade*. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.
- AUBERTIN, Catherine. Heurs e malheurs des ressources naterelles en Amazonie brésilienne. *Cahiers des Sciences Humaines*. Vol. 32 n° 1, avr./1996.
- BAILLY, Antoine & BÉGUIN, Hubert. "L'espace géographique." In: *Introduction à la géographie humaine*. Paris: Masson, 1982. (Collection Géographie)
- BAKHITIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7ª ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1995.
- BECKER, Bertha K. e VALVERDE, Orlando. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.

- _____. “Estado, Nação e Região no final do século XX.” In: D’INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 103-9.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: a guerra na floresta*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1992.
- BERGUER, Peter e LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1998.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- BUERO, Carlos. “Cambio, tiempo y toponímia.” In: BALLESTEROS, Aurora Garcia (Ed.). *Geografía y Humanismo*. Barcelona: Oikos-tau, 1992. pp. 97-114.
- BUTTIMER, Anne. “Antropogeografia y morfología social.” In: _____. “Sociedade y medio en la tradición geográfica francesa.” Barcelona: Oikos-tau, 1980. pp.41-53.
- _____. “Aprendendo o dinamismo do mundo vivido.” In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. 2ª ed. São Paulo, SP : DIFEL, 1985. pp.165-193.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1977.
- CASTRO, Iná Elias de. “Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar.” In: SOUZA, Maria Adélia A. de et al. (Orgs.) *O novo mapa do mundo*. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo, SP: Hucitec/ ANPUR, 1993. pp. 56-63.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CLAVAL, Paul. A Geografia e a percepção do espaço. *Revista Brasileira de Geografia Vol. 45 nº 2*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, abr./jun. 1983.
- CNDDA - COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *A Amazônia brasileira em foco nº 11*. Rio de Janeiro, RJ: CNDDA, jul./dez., 1976.

- _____. I Congresso Nacional de defesa e pelo desenvolvimento da Amazônia. *A Amazônia brasileira em foco n° 17*. Rio de Janeiro, RJ: CNDDA, 1988.
- COELHO, Geraldo Mártires. “História e identidade cultural na Amazônia.” In: D’INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 177-84.
- CORREIA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 2ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1987. (Série Princípios)
- CORTEZ, Roberto. “Mas, afinal, o que é identidade?” In: D’INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 317-22.
- COSTA, Helouise. *Aprenda a ver as coisas: fotojornalismo e modernidade na revista “O Cruzeiro”*. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1992.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. “*Gaúchos*” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no município de Careiro da Várzea – AM*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1975.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815): uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores*. Belém, PA: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 3ª ed. Belém, PA: CEJUP, 1990.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- FARO, José Salvador. *Revista Realidade: 1966-1968*. Tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre, RS: Ulbra/AGE, 1999.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Loyola, 1996.
- FRAIXE, Therezinha J. P. *Homens anfíbios*. Etnografia de um campesinato das águas. São Paulo, SP: Annablume; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desportos do Governo do Estado do Ceará, 2000.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do Rio Amazonas*. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GABINETE DA SENADORA MARINA SILVA. Brasília, DF, Brasil. Chico Mendes. Entrevista realizada durante 3º Congresso nacional da CUT (9/9/1988) [21/09/2001] Disponível em <<http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/marinasi.htm>>
- GALLAIS, Jean. Alguns aspectos do mundo vivido nas civilizações do mundo tropical. *Boletim Geográfico Ano 35 nº 254*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, jul./set. 1977. pp.5-13.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Antropologia, modernidade, identidade. Notas sobre a tensão entre o global e o particular. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. Vol. 5, nºs 1-2. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1993. (editado em novembro/1994) pp. 123-143
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- HARVEY, David. “Espaços e tempos individuais na vida social.” In: _____. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 1994. pp.195-206.
- HERIN, Robert. “Las dimensiones personales en la Geografía Social. In: BALLESTEROS, Aurora Garcia (Ed.). *Geografía y Humanismo*. Barcelona: Oikos-tau, 1992. pp. 57-67.
- HOLZER, Werther. A geografia humanista anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90. *Revista Brasileira de Geografia Vol. 55 nºs 1-4*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, jan./dez. 1993. pp. 109-46.
- HOLZER, Werther. *Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do Século XVI*. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1998.
- IANNI, Octávio. “Nação e globalização.” In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.) *O novo mapa do mundo*. Fim de século e globalização. São Paulo, SP: Hucitec/ANPUR, 1993. pp. 66-74.

- JOHNSTON, R. J. *Geografia e geógrafos. A Geografia Humana anglo-americana desde 1945*. São Paulo, SP: DIFEL, 1986.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em **Seleções**: Oeste, *Wilderness* e Fronteira (1942-1970). Tese (Doutorado). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.
- LEONEL, Mauro. *A morte social dos rios*. São Paulo, SP: Perspectiva/ Instituto de Antropologia e Meio Ambiente/ FAPESP, 1998.
- LOPES, Luis Otávio do Canto. *Várzea e varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1998.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica. Uma poética do imaginário*. Belém, PA: CEJUP, 1995.
- LOWENTHAL, David. "Geografia, experiência e imaginação em direção a uma epistemologia geográfica." In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. 2^a ed. São Paulo, SP: DIFEL, 1985. pp. 103-141.
- MALDI, Denise. Pantanaís, planícies, sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros. *Boletim Paulista de Geografia n° 71*. São Paulo, SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1993.
- Mc GRATH, David *et al.* Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas. *Cadernos do NAEA n° 11*. Belém, PA: NAEA/UFPa, nov/1993. pp. 91-125.
- MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1977.
- MELLO, Alex Fiúza de. "Pescadores da indústria: o complexo de Icoaracy." In: FURTADO, Lourdes G., LEITÃO, Wilma e MELLO, Alex Fiúza de (Orgs.) *Povos da Águas*. Realidade e perspectivas na Amazônia. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi , 1993. pp.83-99.
- MELLO, João Batista Ferreira de. "Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo." *Revista Brasileira de Geografia vol. 52 n° 4*. Rio de Janeiro, RJ: FIBGE, out./dez. 1990. pp. 91-115.

- MENDES, Armando Dias. *O mato e o mito*. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1987.
- NASCIMENTO, Maria da Graças. A identidade fragmentada. *Presença. Publicação de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Vol. 1*. Porto Velho, RO: Universidade Federal de Rondônia, 1993. pp. 27-9.
- NOGUÉ I FONT, Joan. “El paisaje existencial de cinco grupos de experiencia ambiental. Ensayo metodológico.” In: BALLESTEROS, Aurora Garcia (Ed.). *Geografía y Humanismo*. Barcelona: Oikos-tau, 1992. pp. 87-96.
- NOGUEIRA, Ricardo José B. “Amazônia: uma visão que emerge das águas.” *Revista do Departamento de Geografia nº11*. São Paulo, SP: Humanitas, Publicações FFLCH- USP, 1997. pp.211-15.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, SP: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. “A reconquista da Amazônia.” In: D’INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 85-95.
- OLIVEIRA JR., Paulo Henrique B. de. *Ribeirinhos e roceiros*. Gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-PA. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “Um conceito antropológico de identidade.” In: _____. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, SP: Pioneira, 1976. 33-52.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2^a ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- _____. “Cultura, modernidade e identidades.” In: SCARLATO, Francisco Capuano *et al* (Orgs.) *O novo mapa do mundo*. Globalização e espaço latino-americano. São Paulo, SP: Hucitec/ ANPUR, 1993. pp. 20-7.
- PENHA, Eli Alves. “Geopolítica da integração: projetos e realizações.” In: SOUZA, Maria Adélia A. de *et al*. (Orgs.) *O novo mapa do mundo*. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo, SP: Hucitec/ ANPUR, 1993. pp. 86-95.

- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. "O sitiante tradicional e a percepção do espaço." In: _____. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilizações e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo, SP: EDUSP, 1973. pp. 48-71.
- PINTO, Lúcio Flávio. "A Amazônia entre estruturas desfavoráveis." In: D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 111-7.
- _____. "Amazônia de hoje; O caos 'organizado'." In: MAGALHÃES, Sônia B., BRITTO, Rosyan de C. e CASTRO, Edna R. (Orgs.) *Energia na Amazônia*. Vol. 2. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Universidade Federal do Pará/ Associação das Universidades Amazônicas, 1996. pp. 929-36.
- PINTO, Maria Magdalena Vieira. "Glossário Regional da Amazônia" In: GUERRA, Antonio Teixeira (Org.) *Geografia do Brasil. Grande Região Norte*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1959.
- PLATAGEAN, Evelyne. "A história do imaginário." In: LE GOFF, Jacques. (Org.) *A história nova*. 3^a ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995. pp.292-316.
- RAYOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, PA: Ed. UFPa, 1970.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Amazônia e a cobiça internacional*. 5^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, 161).
- ROSÁRIO, Ubiratan. *Cultura brasileira*. 2^a ed. revista e atualizada. Belém, PA: CEJUP, 1993.
- SALATI, Enéas e JUNG, Wolfgang J. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. Vol. 5, n^{os} 1-2. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1993. (editado em novembro/1994) pp. 31-52.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, Marilene Correa da. A construção da Amazônia lusitana. *Amazônia em cadernos*. V. 1 n^o 1. Manaus, AM: Museu Amazônico/Universidade do Amazonas, dezembro/1992. pp. 3-60.
- _____. *O paiz do Amazonas*. Manaus, AM: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1977.
- _____. *O empate contra Chico Mendes*. 2^a ed. São Paulo, SP: Marco Zero, 1990.
- _____. “Representação regional. Cabanagem e leseira. ‘Só é elite quem age contra os interesses da região’.” In: D’INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 119-23.
- _____. Amazônia, modernidade e atraso ou o Brasil e seus paradoxos regionais. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Vol. 1 n^o 1. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1997. pp. 1061-71.
- THEODORO, Janice. Visões e descrições da América: Cabeça de Vaca (XVI) e Hercules Florence (XIX). *Revista USP* n^o 30. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996. pp. 74-83.
- TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. 2^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1982.
- TUAN, Yi-Fu. “Geografia humanística.” In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. 2^a ed. São Paulo, SP: DIFEL, 1985. pp. 143-164.
- _____. “Realism and fantasy in art, history and geography.” *Annals of The Association of American Geographers*. Vol. 80 n^o 3, 1990. pp. 435-446.
- VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária - Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília, 1989.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. Estudo do homem nos trópicos. 3^a ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EDUSP, 1988.
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1993.

Jornais

Abaetetuba perde seus alambiques. Jornal *O Liberal*. Belém, PA, 19/06/94. 3º Caderno, p.3.

Contrabando substitui cachaça e vai sustentando Abaetetuba. Jornal *O Liberal*. Belém, PA, 19/07/92. 1º Caderno, p.2.

Abaetetuba faz 100 anos com problemas de cidade grande. Jornal *A Província do Pará*, Belém, PA, 16/08/95. 1º Caderno, p.5.

Abaetetuba faz 100 anos. Jornal *A Província do Pará*, Belém, PA, 15/08/95. 2º Caderno, p.1.

Anexos